

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL EM OBRA

MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

EMPREITADA DE: REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA



INDICE

CONTROLO DE REVISÕES.....	4
CONTROLO DE DISTRIBUIÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	5
2. ÂMBITO E OBJETIVOS	6
3. IDENTIFICAÇÃO DA EMPREITADA	6
4. ORGANOGRAMA	7
5. PLANEAMENTO	7
5.1. ACTIVIDADES PREVISTAS	7
6. GESTÃO AMBIENTAL	8
6.1 DESCRITORES AMBIENTAIS	8
6.1.1. Recursos Hídricos	9
Qualidade do Ar	10
Ruído.....	11
6.1.4. Resíduos	11
6.1.5. Ocupação e uso do solo.....	12
6.1.6. Socioeconómica	13
6.1.7. Fauna e Flora	13
6.1.8. Energia.....	14
6.1.9. Substâncias Perigosas.....	14
6.2 PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	15
6.3. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS	15
6.3.1. Descrição do Método	15
6.3.2. Identificação dos Aspetos Ambientais.....	16
6.3.3. Avaliação dos Aspetos Ambientais	16
6.3.4. Revisão da Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais.....	19
6.4 ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO.....	19
6.5 PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM OBRA	20

6.6 INSPECÇÃO E PREVENÇÃO	20
6.7 REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL	21
6.8 GESTÃO DE RESÍDUOS EM OBRA.....	21
7. RESPONSABILIDADES.....	22
8. PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO	24
9. DOCUMENTAÇÃO.....	25
10. CONTROLO OPERACIONAL	25
11. PREVENÇÃO E CAPACIDADE DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS E GESTÃO DE OCORRÊNCIAS ...	26

CONTROLO DE REVISÕES

REVISÃO	RESUMO DA ALTERAÇÃO	DATA
0	Primeira versão	

CONTROLO DE DISTRIBUIÇÃO

ENTIDADE	FUNÇÃO	NOME DO DETENTOR	EXEMPLAR Nº
OMATAPALO	Coordenador de Obra		Original
	Diretor de Obra		
	Coordenador SGA		
Município de Paredes de Coura	Dono de Obra		1

1. INTRODUÇÃO

A indústria da construção é uma atividade agressiva para o ambiente e a realização das obras leva a impactos adversos significativos, ainda que temporários. Desta forma, é imprescindível tomar providências para minimizar danos a quem habita ou transita nas proximidades das obras e reduzir os impactos no meio ambiente circundante. Durante a execução da obra são de maior visibilidade, pelo incómodo imediato que produzem, fatores como o ruído, as poeiras e as lamas. Porém se estes são os que mais se notam, outros há, mais insidiosos, como a contaminação de solos e aquíferos, resíduos e emissões gasosas que é necessário acautelar e que podem resultar em alterações da qualidade do ambiente a longo prazo e em grandes extensões.

O presente documento desenvolve-se em formato de um Plano de Gestão Ambiental (PGA), tendo por base a sistematização das medidas de minimização e recomendações preconizadas para a presente empreitada e tendo por base os requisitos da legislação e normas aplicáveis. Refere-se também aos procedimentos a adotar para a concretização de medidas de minimização de Impacto Ambiental. São

ainda definidas funções e responsabilidades, bem como a respetiva metodologia de implementação.

2. ÂMBITO E OBJETIVOS

O PGA contém a informação essencial em matéria de gestão ambiental, relativa à empreitada, constituindo o principal instrumento de prevenção dos Impactes Ambientais em Obra.

O presente PGA constitui-se como uma ferramenta de trabalho para todas as partes envolvidas nomeadamente, Dono de Obra, Empreiteiro e Fiscalização.

Para o Dono de Obra, o PGA assume-se como o documento de compromisso da OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, que, desta forma, assegura a implementação das medidas de minimização dos impactes ambientais, garantindo-se, no mínimo, o cumprimento dos requisitos estabelecidos.

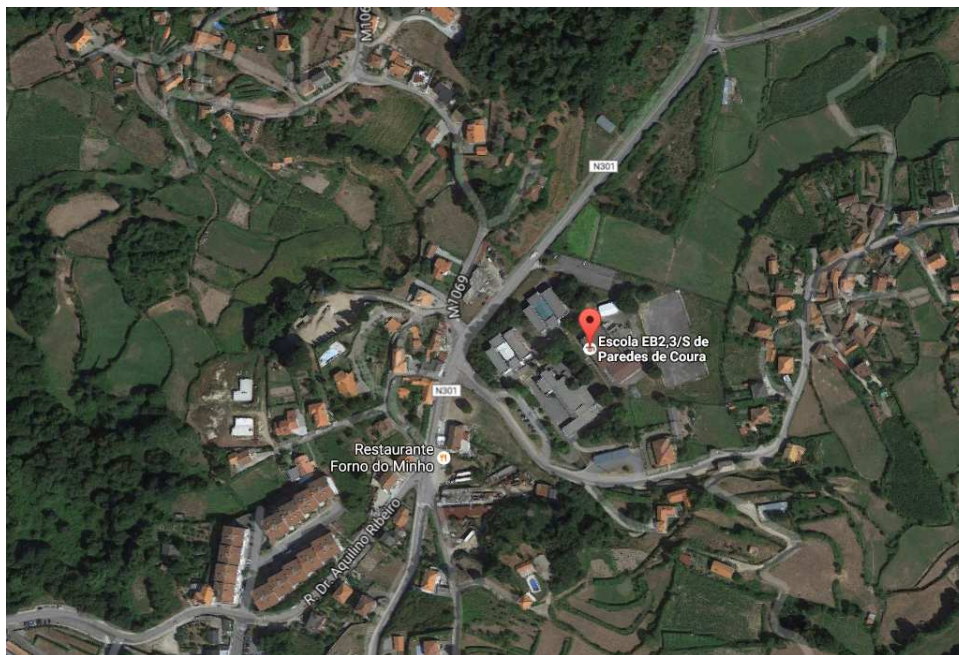
Para a Fiscalização, o PGA será um elemento facilitador da verificação do controlo ambiental implementado pelo Empreiteiro.

De uma forma geral, os principais objetivos do PGA são os seguintes:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis;
- Minimizar os impactes ambientais decorrentes da obra;
- Racionalizar a gestão dos recursos naturais e energéticos;
- Prevenir situações de risco ambiental e definir modos de operação em situações de acidente;
- Definir responsabilidades e procedimentos de gestão ambiental.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EMPREITADA

Empreitada:	Reabilitação da Escola EB 2,3/S de Paredes de Coura
Estaleiro:	Escola EB 2,3/S de Paredes de Coura
Prazo de Execução:	420 dias
Dono de Obra	Município de Paredes de Coura
Empreiteiro Geral	Omatapalo – Engenharia e Construção Unipessoal, Lda



- Pinturas e Envernizamentos;
- Equipamento Sanitário;
- Instalações Hidráulicas - Rede de Distribuição de Água, Incêndios, Águas Residuais e Pluviais;
- Instalações Elétricas, Telefónicas e de Segurança;
- Rede de Gás;
- Instalações Mecânicas;
- Final Dos Trabalhos.

6. GESTÃO AMBIENTAL

O conhecimento dos aspetos ambientais associados ao desenvolvimento de empreitadas é fundamental, para que se realize um controlo eficaz dos mesmos, alcançando assim um bom nível de desempenho ambiental na obra.

O PGA é composto pela Análise da Conformidade Legal, Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais, Programa de Gestão Ambiental, Definição da Gestão de Resíduos, Fichas de Prevenção Ambiental, Acolhimento e Formação, e diversas outras atividades associadas à implementação do presente PGA, tais como a elaboração/atualização do Plano de Prevenção de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e a elaboração de Fichas de Inspeção/Relatórios de Ambiente onde são inscritos objetivos, sistematização das principais medidas de minimização de impactes ambientais em obra e a verificação da implementação das mesmas.

6.1 DESCRITORES AMBIENTAIS

As Fichas de Prevenção Ambiental (IMP03.06) servem de apoio à adoção de medidas de minimização dos aspetos ambientais e consequente prevenção dos Impactes Ambientais.

As Fichas de Prevenção Ambiental encontram-se no Anexo 5 e serão distribuídas a todas as entidades que exerçam atividade no Estaleiro.

Os aspetos ambientais associados às atividades descritas no ponto 5.1. foram identificados por descritor ambiental e encontram-se sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais Descritores Ambientais e Respetivos Objetivos

DESCRIPTOR AMBIENTAL	ASPETOS AMBIENTAIS	DOCUMENTO
Recursos hídricos	Probabilidade de derrame de substâncias perigosas/indesejáveis (óleos, entre outros).	
	Impacte na qualidade das águas superficiais.	
Qualidade do ar	Emissão de poeiras para a atmosfera.	
	Emissões gasosas para a atmosfera.	
Ruído	Emissão de ruído para o exterior. Produção de vibrações.	
Resíduos	Produção de resíduos de construção e demolição (RCD) e resíduos sólidos urbanos.	
Ocupação e uso do solo	Alteração do subsolo devido a escavação e movimentos substanciais de terras.	
	Ocupação e impermeabilização; Probabilidade de erosão do solo.	
	Incómodo ao tráfego normal de peões e automóveis.	
	Probabilidade de danificação de infraestruturas enterradas.	
Socioeconómica	Afetação à qualidade de vida das populações.	
	Incómodos e riscos associados aos condicionamentos previstos.	
Fauna e flora	Destruição do coberto vegetal endógeno.	
Energia	Consumo de energia.	
Substâncias Perigosas	Utilização de substancias perigosas e produção dos respetivos resíduos.	

6.1.1. Recursos Hídricos

Os recursos hídricos fornecidos ao Estaleiro da obra são provenientes da rede pública. Tendo em conta as características da obra, não se prevê a utilização do domínio hídrico, logo não existe a necessidade de efetuar captação de água. Sendo assim não será necessária qualquer diligência em termos de licenças.

O consumo de recursos hídricos encontram-se associados maioritariamente à rega de estruturas em betão, rega das terras a movimentar, limpeza dos rodados dos veículos e maquinaria, produção de argamassas e à lavagem da via pública e dos pavimentos sempre que necessário. Desta forma pretende-

se evitar o levantamento de poeiras ou o arrastamento de terras ou lamas para a via pública. O consumo humano e a utilização dos sanitários representam algum consumo, no entanto, consideravelmente menos significativo.

Uma das medidas a adotar de minimização do consumo de recursos hídricos será a sensibilização, nas frentes de obra, dos trabalhadores no sentido de não desperdiçarem água.

No que diz respeito aos efluentes líquidos, existem efluentes do tipo doméstico e industrial.

Os efluentes do tipo doméstico são resultantes da utilização dos sanitários do Estaleiro, onde são utilizados contentores sanitários químicos e/ou contentores sanitários com ligação ao coletor municipal. Os efluentes resultantes dos contentores sanitários químicos são encaminhados por empresa subcontratada para a remoção dos efluentes e responsável pelo encaminhamento para destino final. É feito um arquivo do registo de manutenção dos sanitários.

As águas resultantes da lavagem de betão são encaminhadas para local apropriado e devidamente identificado. As águas resultantes das lavagens das ferramentas são armazenadas em recipiente apropriado/estanque e devidamente identificado e encaminhadas para operador licenciado. Os restantes efluentes líquidos contêm essencialmente restos de terra e material inerte, pelo que serão drenados naturalmente para os coletores de águas pluviais, não sendo necessário tratamento.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-01-Recursos Hídricos*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar os impactos nos meios hídricos.

Qualidade do Ar

Os trabalhos que podem dar origem à libertação de poeiras são sobretudo as demolição, escavação, movimentação de terras e outros trabalhos resultantes destas atividades, tais como, circulação de máquinas e veículos, armazenamento de agregados finos e transporte de cargas a granel de ou para a obra.

As principais medidas a adotar no sentido de minimizar os seus efeitos sobre o ambiente é a aspersão com água, humedecendo as terras e materiais sujeitos a movimentação, transporte efetuado em veículos de caixa fechada ou de caixa aberta com a carga devidamente coberta. Sempre que necessário proceder-se-á à rega de caminhos de terra batida e à limpeza das vias de circulação.

No que diz respeito aos produtos químicos, de forma a minimizar a libertação de compostos voláteis provenientes da sua utilização, as embalagens permanecerão abertas durante o tempo estritamente necessário à sua utilização, sendo depois devidamente fechadas e guardadas, as embalagens deverão ser corretamente manuseadas destes, de forma a evitar eventuais derrames.

Todos os equipamentos deverão ser sujeitos a manutenções e revisões periódicas, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas;

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-02-Ar*, encontram-se todas as medidas a adoptar de forma a minimizar os impactos na atmosfera.

Ruído

Como principais atividades ruidosas, suscetíveis de causar incomodidade, identificam-se a utilização de retroescavadoras e outros equipamentos pesados, a descarga das autobetoneiras e o funcionamento de algumas ferramentas ligeiras.

A eliminação/redução do ruído na fonte poderá conseguir-se através da utilização de equipamentos com menor potência sonora ou com barreiras acústicas instaladas, sempre que possível.

Não serão permitidos em obra equipamentos para utilização no exterior que não obedeçam ao disposto no Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente de Equipamentos para Utilização no Exterior.

Nesse sentido, todos os equipamentos de utilização no exterior deverão cumprir as disposições do referido Regulamento, exibir a marcação CE e a indicação do nível de potência sonora garantido. As atividades ruidosas (de carácter temporário) a desenvolver nas proximidades de edifícios de habitação, escolas, hospitais ou similares estão, à partida, interditas durante o período decorrido entre as 20 e as 8 horas e aos Sábados, Domingos e feriados. Caso venha a ser necessário proceder à execução de trabalhos em condições que contrariem o referido no parágrafo anterior, será solicitada uma licença especial de ruído à Câmara Municipal, conforme previsto no Regulamento Geral do Ruído.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-03-Ruído e Vibrações*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar os impactos do ruído e vibrações no meio ambiente.

6.1.4. Resíduos

Os resíduos resultantes de todas as atividades inerentes à obra encontram-se descritos no *IMP03.16-Gestão de Resíduos*, onde são especificados os resíduos que poderão ser produzidos, a sua identificação segundo a Lista Europeia de Resíduos (LER), o tipo de armazenamento, a localização e o respetivo destinatário.

Poderão existir em obra resíduos domésticos e resíduos industriais. Os resíduos domésticos são essencialmente resíduos associados às instalações administrativas do estaleiro da obra. Destacam-se papel e cartão, embalagens, vidro e resíduos urbanos. Dos resíduos industriais, a título de exemplo apresentam-se de seguida alguns grandes grupos de resíduos existentes em obra.

- Papel / Cartão;

- Plásticos;
- Vidro;
- Madeira;
- Metais;
- Embalagens contaminadas;
- Betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos;
- Solos não contaminados
- Misturas betuminosas.

Os resíduos cuja reutilização em obra não seja possível, o respetivo armazenamento e transporte para destino final é feito de acordo com *IMP03.16-Gestão de Resíduos*. A documentação associada aos transportadores e destinatários é arquivada em obra em anexo ao presente Plano de Acompanhamento Ambiental.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-04-Resíduos*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar os impactos dos resíduos no meio ambiente.

6.1.5. Ocupação e uso do solo

A minimização da afetação e alteração, temporária e definitiva, dos usos do solo nas zonas adjacentes às obras, a redução da compactação dos solos, otimização dos percursos existentes e recolonização rápida com os menores custos possíveis são os principais objetivos da OMATAPALO – Engenharia e Construção Unipessoal Lda, de forma a minimizar os efeitos da ocupação do solo.

Para tal, durante o armazenamento temporário de terras, efetuar-se-á a sua proteção com coberturas impermeáveis. Será privilegiado o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou à melhoria dos acessos existentes, deverá estar prevista em obra a redução ao mínimo das alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso.

Será igualmente implementado um sistema de lavagem permanente de rodados dos veículos de apoio, à saída das zonas afetadas à obra e garantida a limpeza regular dos acessos e da área afetada à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por Ação do vento, quer por ação da circulação de veículos e de equipamentos de obra;

Os camiões de transporte de terras para vazadouro estarão munidos de toldo de cobertura para evitar a queda de terra durante o percurso;

Após o término da obra deverá ser removido todo o material e equipamento, efetuar a recuperação paisagística das áreas utilizadas para estaleiro, recuperação dos solos após a construção (repondo no mínimo as características iniciais do solo, através de medidas de descompactação e arejamento dos mesmos e/ou eventual cobertura com terra arável) e repor, ou substituir adequadamente, as infraestruturas e serviços existentes nas zonas adjacentes à obra.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-05-Solos*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar os impactos associados à ocupação do solo no meio ambiente.

6.1.6. Socioeconómica

Serão criados esquemas alternativos de circulação da população, implementando a necessária sinalização, evitando o tráfego de veículos pesados nas horas mais críticas e limitando a velocidade de circulação dos veículos afetos às obras. Será assegurada uma boa iluminação nas zonas envolventes à obra e continuidade dos pavimentos nos acessos localizados na zona de obras;

Os camiões de transporte de terras para vazadouro estarão munidos de toldo de cobertura para evitar a queda de terra durante o percurso.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-06-Socioeconómica*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar a afetação à população.

6.1.7. Fauna e Flora

Serão adotadas medidas que visem a minimização da afetação de espécies faunísticas e arbóreas, existentes nos locais de obra e a preservação dos agrupamentos vegetais.

Será minimizada a afetação de elementos arbóreos existentes na zona de obras, minimizada a destruição do coberto vegetal e limitadas as áreas estritamente necessárias para a execução do trabalho.

Após o término das obras deverá garantir-se a remoção dos resíduos da obra e limpeza do local, de forma a permitir uma rápida recuperação e/ou colonização da área afetada;

A biomassa vegetal e outros resíduos resultantes destas atividades devem ser removidos e devidamente encaminhados para destino final, privilegiando-se a sua reutilização.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-07-Fauna e Flora*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a preservar os agrupamentos vegetais.

6.1.8. Energia

As fontes de energia que serão utilizadas são a eletricidade e o gasóleo. O gasóleo é utilizado como combustível das máquinas e veículos e a energia elétrica será proveniente da rede pública.

Antes da entrada em obra, é ministrada a todos os trabalhadores formação de acolhimento onde são explicadas as regras ambientais para a preservação do meio ambiente, entre as quais as regras para a utilização racional de energia.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-08-Energia*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a minimizar os consumos de energia.

6.1.9. Substâncias Perigosas

As substâncias perigosas mais utilizadas em obra são gasóleo, óleo descofrante e tintas.

Relativamente à utilização de gasóleo, as viaturas são abastecidas no posto de abastecimento do Estaleiro Central da OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, ou na sua impossibilidade em bombas de gasolina. Os equipamentos da obra que consomem gasóleo são abastecidos em obra. Para tal, é efetuada a trasfega do recipiente para o equipamento.

Aquando da trasfega, são tomadas medidas para evitar o derrame de pequenas quantidades no solo, como por exemplo é feita a trasfega sobre uma tina de contenção ou caso não seja possível é colocada uma película impermeável sobre a zona de trasfega. Em cada abastecimento e em todas as situações de manuseamento de produtos químicos serão tidos todos os cuidados necessários, de modo a evitar qualquer risco de contaminação do solo ou das águas. Em caso de derrame accidental, recorrer-se-á à ficha de dados de segurança que se encontra junto do produto e implementado o Plano de Emergência (IMP12.34).

Todos os produtos químicos e resíduos de embalagens contaminadas com produtos químicos são acondicionados em bacias de contenção devidamente dimensionadas para o efeito ou em zona impermeabilizada, ambas protegidas das intempéries.

Na Ficha de Prevenção Ambiental, *FPA-09-Substâncias Perigosas*, encontram-se todas as medidas a adotar de forma a preservar os agrupamentos vegetais.

6.2 PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

O objetivo do Plano de Prevenção de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) consiste em assegurar o cumprimento dos princípios gerais de gestão de resíduos de construção e demolição, e das demais normas aplicáveis constantes do Decreto-Lei N.º 46/2008, de 12 de Março e do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que estabelece o Regime Geral de Gestão de Resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Diretiva n.º 91689/CE, do Conselho, de 12 de Dezembro.

Pretende-se, desta forma, adotar metodologias e práticas que minimizem a perigosidade dos resíduos de construção e demolição, designadamente por via de reutilização dos materiais e da utilização dos materiais não suscetíveis de originar resíduos contendo substâncias perigosas; maximizar a valorização dos resíduos, nomeadamente por via de utilização de materiais reciclados e recicláveis, favorecer os métodos construtivos de modo a facilitar a demolição orientada para a aplicação dos princípios da redução e da hierarquia das operações de gestão de resíduos.

A gestão dos resíduos de construção e demolição produzidos na obra será da responsabilidade de todos os intervenientes no seu ciclo de vida, desde o produto original até ao resíduo produzido, na medida da respetiva intervenção no mesmo, nos termos do disposto no art. 3º do Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março.

No ponto 4 do Anexo 10, encontra-se o modelo de PPGRCD (IMP03.02) para a presente obra e a respetiva memória descritiva do planeamento de gestão de resíduos, onde são descritos os seguintes pontos:

- Caracterização de resíduos a produzir em obra;
- Metodologia de incorporação de resíduos;
- Metodologia de prevenção de resíduos;
- Métodos de acondicionamento e triagem.

6.3. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS

6.3.1. Descrição do Método

Numa primeira fase é feito o levantamento dos Aspectos Ambientais associados à obra. Os mesmos são devidamente identificados de acordo com as suas Condições de Operação e se são Direta ou Indiretamente aplicáveis à empresa.

Na fase seguinte os Aspectos Ambientais são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Gravidade das Consequências: O aspeto ambiental é avaliado pelas consequências que provoca no ambiente, estando relacionado com os seus danos;
- Probabilidade/Frequência de Ocorrência: O Aspeto Ambiental é avaliado de acordo com: Probabilidade de ocorrência (em situações de emergência) e Frequência de ocorrência (em condições de operação normal e anormal).

De acordo com a sua avaliação, são definidas as medidas a implementar e os mecanismos de controlo operacional.

6.3.2. Identificação dos Aspetos Ambientais

A identificação dos aspetos ambientais é efetuada e registada no IMP03.01 – “Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais” (Anexo 2), de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 2 – Critérios na Identificação dos Aspetos Ambientais	
Condições de Operação	Condição Normal (N) – Actividades de rotina
	Condição de Anormal (A) – Actividades não rotineiras
	Situações Potenciais de Emergência (E)
Directo (D)	Aquele sobre o qual a organização exerce ou pode exercer controlo efectivo, originando um impacte ambiental directo.
Indirecto(I)	Aquele sobre o qual a organização pode apenas exercer influência, junto das partes interessadas externas, originando um impacte ambiental indirecto.

6.3.3. Avaliação dos Aspetos Ambientais

A classificação dos aspetos ambientais efetua-se com base no IMP03.01 – “Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais” (Anexo 2).

A atribuição dos valores corresponde aos critérios de avaliação, com base na informação recolhida. A classificação é o resultado da multiplicação dos parâmetros Gravidade das Consequências e Probabilidade/Frequência de Ocorrência com fatores de ponderação 1:1 respetivamente.

Os parâmetros de quantificação da Gravidade das Consequências e Probabilidade/Frequência encontram-se apresentados nos quadros 3 e 4 respetivamente.

Quadro 3 – Gravidade das Consequências: O aspeto ambiental é avaliado pelas consequências que provoca no ambiente, estando relacionado com os seus danos.

seus dados.

Classificação	Consumo de Recursos	Produção de Resíduos	Efluentes Líquidos	Efluentes Atmosféricos		Emissão Ruído Ambiental	Situações de emergência
1 - Baixo impacto no ambiente	Renovável em qualidade e quantidade	Não perigoso e valorizado	Não perigosos e encaminhados para estação de tratamento	Veículos / Equipamentos com inspeção conforme	Abaixo 80% do VLE	≤ VLE	Produção de resíduos efluentes não perigosos
2 - Moderado impacto no ambiente (tipo I)	Renovável em quantidade Não renovável em qualidade	Perigoso e valorizado	Não perigosos e não encaminhados para tratamento	Abaixo 60% do VLE		Abaixo 60% do VLE	Produção de resíduos não perigosos e efluentes perigosos
3 - Moderado impacto no ambiente (tipo II)	Não renovável em quantidade nem qualidade	Não perigoso e eliminado	Perigosos e encaminhados para estação de tratamento	Veículos / Equipamentos com inspeção não conforme	Abaixo 40% do VLE	> VLE	Produção de resíduos perigosos e efluentes não perigosos
4 - Elevado impacto no ambiente		Perigoso e eliminado	Perigosos e não encaminhados para tratamento	Abaixo 20% do VLE		Abaixo 20% do VLE	Produção de resíduos efluentes perigosos

TEP: Tonelada Equivalente de Petróleo
VLE: Valor Limite de Emissão

Quadro 4 – Probabilidade/Frequência de Ocorrência.

Classificação	Frequência de Ocorrência	Probabilidade
	Condições de operação normal e anormal	Em situações de emergência
1	Muito baixa - Corresponde a uma situação provável de acontecer, mas que nunca aconteceu.	Nunca aconteceu – Situação de emergência remota.
2	Baixa - Corresponde a uma situação provável e que já aconteceu, com um espaçamento de pelo menos de 1 ano a 6 meses.	Repetição improvável – Situação de emergência possível. Sabe-se que já ocorreu.
3	Moderada - Corresponde a uma situação provável e que já aconteceu pelo menos 1 vez por mês.	Raro – Situação de emergência rara, mas possível de acontecer
4	Elevada - Corresponde a uma situação provável e que acontece várias vezes durante o mês.	Possível – Situação de emergência perfeitamente possível de acontecer.
5	Muito elevada - Corresponde a uma situação de ocorrência frequente, várias vezes durante a semana.	Muito Provável – Situação de emergência provável e esperada, caso aconteça.

É analisado se a classificação para cada aspeto ambiental é superior ou inferior a 10. Caso o resultado da classificação seja inferior a 10, o aspeto ambiental é considerado não significativo. Os aspetos ambientais são classificados como significativos quando a pontuação obtida for superior ou igual a 10.

Mediante a classificação, os Aspetos são hierarquizados como Prioritário 1, Prioritário 2 ou Não Prioritário na Avaliação Final.

O aspeto ambiental é considerado Impacte Ambiental Significativo Prioritário 1 (P1) caso a classificação (Gravidade das Consequências x Probabilidade/Frequência de Ocorrência) se situe entre 16 e 20. É considerado Impacte Ambiental Significativo Prioritário 2 (P2) quando a classificação se situa entre 10 a 15 e entre 1 a 9 o aspeto ambiental é considerado não significativo, logo não prioritário (NP).

Quadro 5 – Avaliação Final

Avaliação Final	
P1	De 16 a 20
P2	De 10 a 15
NP	De 1 a 9

Observações /Medidas Estabelecidas / Tipo de Controlo Operacional

Após a hierarquização dos Aspetos Ambientais, os mesmos são sujeitos à implementação de medidas e mecanismos de controlo operacional dependendo do tipo de prioridade. Mesmo que o impacte ambiental seja não significativo, caso possa ser controlado, a OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, poderá decidir o estabelecimento do tipo de controlo operacional.

As medidas a implementar e o tipo de controlo operacional são definidos em função do seu nível de prioridade mencionado anteriormente, em que a prioridade 1 (zona vermelha) é a que requer ação imediata, sendo a sua resolução prioritária relativamente à prioridade 2. O Impacte não prioritário não requer qualquer medida especial, a não ser o seu acompanhamento.

6.3.4. Revisão da Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais

A revisão da identificação e avaliação dos aspetos ambientais é realizada semestralmente após a avaliação da conformidade legal ou sempre que ocorra uma das seguintes situações:

- Alteração dos processos;
- Adoção de novas tecnologias;
- Modificações significativas (p. ex. ampliações);
- Novos projetos;
- Alteração de práticas, atividades e/ou serviços.

6.4 ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO

As Fichas de Prevenção Ambiental (FPA) servirão de apoio às formações previstas no Plano de Formação da Obra (Anexo 6).

O acolhimento e formação de todos os intervenientes da obra para as questões ambientais serão asseguradas pelo CSGA designado pela OMATAPALO S.A., salientando a importância da aplicação das medidas e ações que minimizem os impactes ambientais decorrentes das obras.

Aquando da formação de acolhimento dada aos colaboradores que entrem em obra pela primeira vez, será entregue o desdobrável FF.03 (Anexo 6), onde serão explicadas as regras gerais de proteção ambiental. Sempre que necessário e dependendo da atividade que irão exercer, as fichas de prevenção ambiental poderão ser igualmente distribuídas.

As ações de formação/sensibilização serão realizadas nos seguintes momentos:

- No início dos trabalhos;
- Aquando da entrada de novos trabalhadores em obra;
- Sempre que se julgue necessário.
- O número de ações de formação será adequado ao número de trabalhadores a formar, sendo que o número de pessoas por sessão não deverá ultrapassar 15.

Todas as ações de acolhimento, formação, sensibilização, reciclagem e aperfeiçoamento serão objeto de registo próprio (IMP02.07), que serão arquivados no Anexo 10.

6.5 PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM OBRA

Após a identificação e avaliação dos Aspetos Ambientais, de acordo com a avaliação dos mesmos serão definidos, no Programa de Gestão Ambiental, objetivos e metas para cada aspeto ambiental significativo.

Para cada objetivo são definidas as ações a implementar, os respetivos recursos, os responsáveis pela implementação e o prazo de validade para a implementação das ações.

O Programa de Gestão Ambiental (PGA) definido para a obra em referência encontra-se presente no Anexo 3. No decorrer da obra, sempre que ocorram alterações à Avaliação dos Aspetos Ambientais, o PGA será revisto de acordo com a nova avaliação.

6.6 INSPECÇÃO E PREVENÇÃO

Será implementado um plano de carácter preventivo, com o intuito de se instituir um sistema de deteção de anomalias, que se tenham verificado ou que poderão vir a verificar-se, analisá-las e corrigi-las, evitando riscos ou danos para o meio ambiente.

Através de visitas/auditorias periódicas à obra (no mínimo uma por semana), o CSGA registará de forma ordenada e sistemática a totalidade da informação referente a riscos potenciais decorrentes da realização de várias atividades ou elementos de construção da obra, as medidas de prevenção e a periodicidade das correções. Estes dados serão registados na Ficha de Inspeção (IMP04.03).

Quando a mesma anomalia é repetida em 3 Fichas de Inspeção consecutivas, imediatamente a anomalia se transformará em não conformidade. Efetua-se o preenchimento do Boletim de Não Conformidades que posteriormente se entrega/comunica ao Diretor do Sistema Integrado de Gestão, que iniciará o tratamento da não conformidade.

Será elaborado o Relatório Mensal (IMP04.04).

Os Relatórios Mensais e Fichas de Inspeção serão arquivados no Anexo 10, ponto 2.

6.7 REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

No Anexo 1 encontra-se presente a listagem da legislação e respetiva avaliação da conformidade de cada diploma aplicável à obra. A avaliação da conformidade legal é realizada no início da obra e após a primeira avaliação é feita semestralmente e inserida no IMP01.01.

6.8 GESTÃO DE RESÍDUOS EM OBRA

Após consulta da listagem de operadores autorizados, disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente (www.apambiente.pt), o Departamento de Compras seleciona os operadores de gestão e transportadores de resíduos licenciados de acordo com a tipologia dos resíduos e a zona do país onde irá decorrer a obra.

Antes do contrato, as empresas de gestão de resíduos deverão disponibilizar uma cópia do alvará de autorização para a gestão dos resíduos em causa e as empresas de transporte apresentarem uma cópia do alvará para a realização de transporte de resíduos.

Quando a obra inicia, é instalada a zona de gestão de resíduos de acordo com a planta de estaleiro previamente elaborada.

Durante a montagem da zona de gestão de resíduos, caso exista necessidade de serem efetuadas alterações, as mesmas deverão ser feitas na planta de estaleiro.

No Anexo 4 encontra-se a planta de estaleiro com a definição da Zona de Armazenamento de Resíduos com a identificação segundo a Lista Europeia de Resíduos (LER), o tipo de armazenagem, a localização e o respetivo destinatário.

Os recipientes para a colocação dos resíduos deverão estar identificados com o nome, código LER e perigosidade.

Existem as seguintes tipologias de recipientes:

- Big Bag
- Contentor
- Bidão
- Mini-ecoponto (que poderá ser constituído por 4 baldes – Papel e Cartão/Plástico/Vidro/Resíduos

Indiferenciados)

O processo de recolha dos resíduos por parte das empresas de Gestão/Transporte de resíduos é acionado pelo Coordenador do SGA (CSGA) e pela Direção de Obra da OMATAPALO, S.A., que formalmente contacta as empresas no sentido de solicitar a recolha.

A OMATAPALO, S.A. efetua o pedido sempre que entenda ser necessário ou quando os contentores /recipientes atinjam a capacidade máxima.

Aquando da recolha dos resíduos em obra, o motorista em conjunto com a Direcção de Obra ou CSGA ou Encarregado preenchem a Guia Transporte de RCD. Os resíduos são encaminhados para destino final autorizado.

Os resíduos saem das instalações da obra da OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, devidamente acompanhados das Guias de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição (Modelos da OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, IMP03.04 e/ou IMP03.05 ou modelos da empresa subcontratada), corretamente preenchidas de acordo com a tipologia dos resíduos.

Num período máximo de 30 dias, o destinatário final terá que enviar o Certificado de Receção de RCD com todos os campos devidamente preenchidos.

Sempre que necessário e com a autorização prévia da Fiscalização, a OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, efetua a atualização de PPGRCD.

Ao longo da obra os dados que constam no PPGRCD serão revertidos para o Mapa de Gestão de Resíduos (IMP03.13) que permitirá o registo anual no Sistema Integrado de Registo da Associação Portuguesa para o Ambiente (SIRAPA).

7. RESPONSABILIDADES

A Entidade Executante será a principal responsável por:

- Cumprimento do PGA em Obra;
- Periodicamente, elaboração da Ficha de Inspeção (IMP04.03), com o objetivo de verificar o funcionamento do Estaleiro;
- As visitas à obra têm como objetivo sensibilizar os diversos responsáveis de obra para a necessidade de melhorar a gestão ambiental a implementar em estaleiro, bem como para o cumprimento das práticas e procedimentos ambientais estipulados no presente Plano, com vista à

consequente minimização de impactes nas zonas envolventes;

- Sempre que se justifique, realizar medições:
- Do nível de ruído nas diversas frentes de obra;
- Da qualidade da água;
- Da qualidade do ar.
- Fornecer informação sobre as implicações ambientais significativas de determinadas ações propostas, bem como sugerir modificações da ação, com vista à eliminação ou minimização dos impactes negativos inevitáveis e potenciação
- dos impactes positivos, antes da decisão ser tomada;
- implementação de medidas, inicialmente não previstas, que venham a ser exigidas no decorrer da empreitada pelo Dono de Obra e/ou pela Fiscalização.

De acordo com o organograma apresentado no anexo 9, a OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, designa para a obra uma série de intervenientes de entre os quais se destacam o Coordenador do SGA (CSGA), Diretor de Obra (DirO) e Encarregado de obra.

De seguida apresentam-se algumas das funções o Coordenador do SGA (CSGA), Diretor de Obra (DirO) e Encarregado da obra no que diz respeito à vertente ambiental.

- Coordenador do SGA (CSGA):
 - Identificação de Aspetos Ambientais e Avaliação de Impactes Ambientais;
 - Elaborar, distribuir, atualizar e controlar a implementação do PGA;
 - Planear, preparar e realizar ações de formação e/ou sensibilização na área do Ambiente;
 - Elaborar um relatório mensal sobre o ponto de situação das obras;
 - Atender as solicitações do Dono de obra e Fiscalização no âmbito do Ambiente;
 - Responder às solicitações das entidades oficiais;
 - Proceder à análise das ocorrências;
 - Controlar os documentos e registos pelos quais tem responsabilidade;
 - Informar e sensibilizar todos os trabalhadores e subempreiteiros para a importância da correta implementação das medidas de minimização propostas no Plano de Acompanhamento Ambiental.
 - Estudar, propor e implementar medidas tendentes à redução dos efeitos poluidores sobre o meio ambiente;
- Diretor de Obra (DirO):
 - Cumprir e fazer cumprir o PGA:

- Reforçar a divulgação do PGA a todos os trabalhadores da obra;
 - Assegurar a implementação do PGA;
 - Disponibilizar os recursos necessários ao desempenho eficaz do Sistema de Gestão Ambiental;
 - Assegurar a implementação de ações corretivas e preventivas;
 - Fornecer ao CSGA toda a documentação/informação associada ao desempenho do Sistema de Gestão Ambiental;
-
- Encarregado da Obra:
 - Cumprir e fazer cumprir o PGA:
 - Reforçar a divulgação do PGA a todos os trabalhadores da obra;
 - Coordenar as intervenções em caso de emergência ambiental;
 - Garantir a limpeza e manutenção do estado de conservação das vias, das zonas de circulação de peões e da envolvente da obra;
 - Garantir, de um modo geral, o cumprimento do estabelecido no PGA;
 - Disponibilizar os recursos necessários ao desempenho eficaz do Sistema de Gestão Ambiental;
 - Assegurar a implementação de ações corretivas e preventivas;
 - Fornecer ao CSGA toda a documentação/informação associada ao desempenho do Sistema de Gestão Ambiental;

No anexo 9 encontra-se a descrição mais detalhada de cada função constante no organograma da obra.

8. PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

Os processos de comunicação serão baseados num sistema de circulação, gestão e registo, de forma a garantir a transmissão de informação relevante sobre o decorrer da obra entre Entidade Executante, Fiscalização e Dono de Obra.

A OMATAPALO – Engenharia e Construção Lda, nomeado para esta obra, deverá assegurar os seguintes processos de comunicação:

- Notificar à Fiscalização, o ponto da situação relativo à aplicação das medidas de minimização registadas nas Fichas de Controlo Ambiental;
- Notificar à Fiscalização, através de relatórios específicos, a ocorrência de acidentes passíveis de provocar impactes no ambiente, a aplicação de medidas preventivas e corretivas, entre outras;
- Manter e fornecer à Fiscalização um registo atualizado com cópias de todas as

comunicações escritas, recebidas ou transmitidas e de todas as licenças e autorizações obtidas;

- Informar a Fiscalização de todas as dificuldades sentidas na aplicação dos procedimentos e medidas de minimização previstas;
- Disponibilizar o PGA a todos os subempreiteiros afetos à obra com vista ao seu cumprimento.

9. DOCUMENTAÇÃO

O registo de documentação a efetuar compreende:

- Documentos de Conformidade Legal
 - Certificados legais e documentos de inspeção periódica dos equipamentos;
 - Guias de acompanhamento de resíduos (modelo A da Imprensa Nacional Casa da Moeda e Modelo de RCD);
 - Comprovativos da entrega de resíduos a entidades devidamente licenciadas para o efeito (operadores de gestão de resíduos), que se adequem ao destino final dos mesmos.
- Documentos de Controlo de Operações
 - Documentos comprovativos dos locais de depósito de solos e de extração de solos e inertes;
 - Ficha de Inspeção Ambiental;
 - Relatório de Acompanhamento Ambiente e Fichas de Inspeção
 - Investigação da ocorrência

10. CONTROLO OPERACIONAL

O controlo operacional realiza-se ao nível das atividades associadas aos aspetos ambientais mais significativos que, no âmbito da implementação do Plano de Acompanhamento Ambiental, são as decorrentes das operações da obra em referência. Neste sentido, torna-se fundamental o seu correto acompanhamento e a verificação da aplicação das medidas de minimização.

A Entidade Executante, através do CSGA, assegurará e manterá atualizadas as Fichas de Prevenção Ambiental (Anexo 5).

No sentido de controlar e/ou minimizar, o CSGA registará trimestralmente os consumos de Eletricidade, Gasóleo e Água (Anexo 10, ponto 5).

O acompanhamento das operações de obra é realizado ao nível da Entidade Executante, Fiscalização e Dono de Obra.

11. PREVENÇÃO E CAPACIDADE DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS E GESTÃO DE OCORRÊNCIAS

Neste ponto são previstas medidas eficazes para a capacidade resposta a emergências ambientais, tais como, derrames, incêndios e inundações.

Será afixado em obra o procedimento de Gestão de Ocorrências (Anexo 8) e o Plano de Emergência (Anexo 7) onde contempla as medidas a tomar em caso de emergência.

Nas ações de acolhimento/formação será distribuído e explicado aos trabalhadores o processo de gestão de ocorrências e o plano de emergência.

Caso ocorram acidentes/incidentes ambientais, será elaborado imediatamente pelo Encarregado o Registo da Ocorrência (IMP04.01), que encaminhará para o CSGA e que consequentemente dará início ao “Inquérito de Ocorrência” (IMP04.02), sob a supervisão da Fiscalização, onde consta a descrição e avaliação da ocorrência, incluindo as causas, consequências e necessárias correções nos processos, de forma a evitar a reincidência de situações semelhantes. Caso seja o CSGA a detetar a ocorrência, o mesmo dará início diretamente ao “Inquérito da Ocorrência”, não efetuando o “Registo da Ocorrência”.

Os registos e investigações das ocorrências em obra serão arquivados no Anexo 10, ponto 3.

ANEXO 1

ANÁLISE DA CONFORMIDADE LEGAL

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
ENERGIA										
Energia	Portaria n.º 228/90 de 27 de Março	Cria um quadro de definição dos requisitos de concepção ecológica dos produtos consumidores de energia, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho	A frota própria da OMATAPALO NÃO é consumidora intensiva de energia, pois o seu consumo energético não atinge as 500t de equivalente a petróleo.	Conhecimento	-	x	x	x	Registo de Consumos (IMP03.08r00)	Os diplomas NÃO SE APLICAM à OMATAPALO, contudo é necessário controlar os consumos continuamente no sentido de ir verificando a aplicabilidade ou não do diploma.
	Decreto-Lei n.º 78/2006 de 04 de Abril	Aprova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios	Artigo 9º	Conhecimento			x			
	Decreto-Lei n.º 79/2006 de 04 de Abril	Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios	Capítulo I, Art.2º n.º2, c) (Edifícios industriais e agrícolas destinados a actividades de produção, excluem-se) Capítulo I n.º1, alínea a) (O regulamento aplica-se a todos os edifícios ou fracções autónomas não residenciais existentes com área útil superior aos valores limites definidos no presente Regulamento). Capítulo IX, A rt.º 27º n.º1 (Até à publicação da portaria referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º, o presente Regulamento aplica-se a todos os grandes edifícios de serviços existentes com uma área útil superior a 1000 m2.)	Conhecimento			x			A área útil da empresa é de 961 m2 (361 + 600). Ou seja, inferior a 1000 m2.
	Decreto-Lei n.º 80/2006 de 04 de Abril	Aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)	---	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Energia	Decreto – Lei n.º 71/2008 de 15 de Abril	Estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas e revoga os Decretos-Leis n.os 58/82, de 26 de Novembro, e 428/83, de 9 de Dezembro.	A OMATAPALO NÃO é uma instalação consumidora intensiva de energia. Para se ser consumidor intensivo de energia é necessário consumir 500 toneladas equivalentes petróleo (500 tep/ano).	Conhecimento	-	x	x	x	Registo de Consumos (IMP03.08r00)	Os diplomas NÃO SE APLICAM à OMATAPALO, contudo é necessário controlar os consumos continuamente no sentido de ir verificando a aplicabilidade ou não do diploma.
	Portaria n.º 519/2008 de 25 de Junho	Aprova os requisitos de credenciação dos técnicos e entidades responsáveis, previstos no Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de Abril, que criou o sistema dos consumos intensivos de energia (SGCIE).	A OMATAPALO NÃO é uma instalação consumidora intensiva de energia. Caso se transforme em consumidor intensivo de energia a OMATAPALO terá que recorrer a técnicos ou entidades credenciadas pela Direcção -Geral de Energia e Geologia.	Conhecimento	-	x	x	x	IMP03.08r00	Os diplomas NÃO SE APLICAM à OMATAPALO, contudo é necessário controlar os consumos continuamente no sentido de ir verificando a aplicabilidade ou não do diploma.
	Decreto-Lei n.º 90/2010	Aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio.	É necessário efectuar o registo, obter a placa de registo, e o licenciamento dos ESP que façam parte do âmbito.	Cumprimento	Conforme	x	-	x	Documentação dos Compressores Fixos	-
	Decreto-Lei n.º 211/99 de 14 de Julho	Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 97/23/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Maio, relativa aos equipamentos sob pressão	Destinado aos fabricantes	Conhecimento	-					
	Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio	Estabelece as condições em que podem ser efectuados com segurança a instalação, funcionamento, reparação e alteração de equipamentos sob pressão.	O proprietário é responsável pela conservação e manutenção, em bom estado e conservação da documentação referente ao equipamento (Art.10º). É necessário efectuar o requerimento à DRE de acordo com o Art.º 19, na Secção II art.º 20 (registo) e 22 (aprovação da instalação - prova de pressão), Secção III art.º 25 (renovação da autorização de funcionamento) e 27, Capítulo V art.º 28, Capítulo VIII art.º 39 e Capítulo IX art.º 40.	Cumprimento	Conforme	x	-	x	Documentação dos Compressores Fixos	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Equipamentos sob Pressão	Despacho n.º 1859/2003, de 30 de Janeiro	Regras técnicas aplicáveis a recipientes sob pressão de ar comprimido.	Os recipientes de ar comprimido classificam-se 3 classes de perigo (A, B e C) consoante a energia potencial dos mesmos e o risco associado à instalação e funcionamento, tendo em conta a definição de diferentes graus de exigência para cada uma das instalações. Nos compressores da OMATAPALO PSxV=5500, logo são classe C pois, 3000XPSxV!15 000barxlitro. Caso o diploma seja aplicável, é necessário cumprir com o ponto 6 do Anexo. O Recipiente de Ar Comprimido (RAC) não pode funcionar a um valor de pressão superior à sua pressão máxima admissível (PS) (Ponto 6.1). A formação necessária do pessoal que intervém no RAC e equipamentos associados, de forma a garantir o conhecimento dos riscos inerentes e medidas de controlo dos mesmos, é da responsabilidade do proprietário ou utilizador (Ponto 6.2.)	Cumprimento	Conforme	x	-	x	Documentação dos Compressores Fixos	
			A purga de condensados devem ser feitas de acordo com instruções de manutenção emitidas pelo proprietário ou utilizador (Ponto 6.3). O proprietário ou utilizador do RAC deve retirá-lo de funcionamento e comunicar de imediato à DRE competente quando ocorram situações de risco, nomeadamente: Deformações permanentes e profundas no RAC; Fissuras ou fugas no corpo do RAC; Fenómenos de corrosão intensa (Ponto 6.4). Devem ser comunicadas à DRE competente eventuais alterações de instalação e mudança de proprietário (6.5). Renovação da autorização de funcionamento - O período máximo entre autorizações de funcionamento de RAC é de seis anos (Ponto 8.2). Orgãos de Segurança (Ponto 9) Prova de Pressão Hidráulica - Condições (Ponto 10)							

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Portaria 646/97 de 11 de Agosto	Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 94/63/CE, de 20 de Dezembro, relativa ao controlo das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes do armazenamento de gasolinas e da sua distribuição dos terminais para as estações de serviço.	Artigo 2º., n.º1 e n.º2 d). Anexo I (aqui não existem pontos directamente aplicáveis à OMATAPALO.	Conhecimento		-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	
	Portaria 131/2002 de 9 de Fevereiro	Aprova o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis.	Os postos de abastecimento para consumo próprio ou de cooperativas devem ser implantados em recintos afectos às actividades do consumidor (ponto 3 Art.º4); Os postos de abastecimento devem ser localizados a céu aberto ou em local com abrigo simples, com garantia de altura livre não inferior a 5 m acima do pavimento (ponto 4 Art.º 4); Ver também Art.º 5º e 7º. Artigo 8º "... 5 — O acesso à área de abastecimento deverá ser assegurado pelas vias necessárias à circulação dos veículos rodoviários a abastecer. 6 — Para postos de abastecimento de consumo próprio e cooperativo, o acesso às áreas de abastecimento poderá ser realizado através das vias de circulação existentes na instalação. 7 — O acesso dos veículos-cisterna para reabastecimento dos reservatórios de combustíveis só poderá ser efectuado pelas vias de ligação e o seu estacionamento ser realizado em local apropriado próximo dos bocais ou válvulas de enchimento dos reservatórios e de forma a permitir a escapatória sem necessidade de quaisquer manobras..."	Cumprimento	Conforme	-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Postos de Abastecimento	Decreto – Lei 267/2002 de 26 de Novembro	Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.	É necessário ter o licenciamento. Consultar Artigos 4º, 5º, 7º, 8º e 10º.	Cumprimento	Conforme	-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	-
	Portaria 1188/2003 de 10 de Outubro	Regula os pedidos de licenciamento de combustíveis.	O pedido de licenciamento é composto por: Identificação completa do requerente, Localização da instalação a licenciar, Caracterização da instalação, Produtos a armazenar e capacidades respectivas, Fim a que se destina, Indicação do prazo de exploração previsto. (Verificar Art. 1º , 2º, 5º, 6º)	Cumprimento	Conforme	-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	-
	Despacho nº 9482/2004 (2ª série) de 29 de Abril de 2004 do Director Regional, publicado no D.R. (2ª série), nº 113 de 14 de Maio de 2004	Aprova os montantes relativos aos seguros de responsabilidade civil para cobertura de riscos associados à actividade de projecto, execução e exploração de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis e outros derivados do petróleo.	É necessário ter o seguro de responsabilidade civil.	Cumprimento	Conforme	-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	-
	Portaria 362/2005 de 4 de Abril	Altera o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento, aprovado pela portaria 131/2002 de 9 de Fevereiro	Os pontos que foram alterados não se aplicam à OMATAPALO.	Conhecimento	-	-	-	-		

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Decreto – Lei 389/2007 de 30 de Novembro	Altera o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, e o Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, que estabelece as disposições relativas ao projecto, à construção e à exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família, simplificando o respectivo licenciamento.	Ver Artigos 4º e 5º.	Cumprimento	Conforme	-	-	x	Licenciamento do posto de abastecimento	-
	Portaria 1515/2007 de 30 de Novembro	Altera a Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, que regula os pedidos de licenciamento de combustíveis.	O artigo 16º que foi alterado e os restantes artigos que foram aditados não dizem respeito à OMATAPALO.	Conhecimento	-	-	-	-		
SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS										

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Substâncias Perigosas	Decreto-Lei n.º 446/99 de 3 de Novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º97/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Outubro, que altera a Directiva n.º 76/69/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, e a Directiva n.º 97/64/CE, da Comissão, de 10 de Novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo I da Directiva n.º 76/769/CEE, introduzindo os ajustamentos daí decorrentes aos Decretos-Leis n.os 47/90, de 9 de Fevereiro, e 264/98, de 19 de Agosto.	No diploma encontra-se a listagem das substâncias perigosas. O presente diploma destina-se à colocação de substâncias perigosas no mercado, não se aplicando directamente à OAMTAPALO- Engenharia e Construção Unipessoal, Lda, contudo a empresa tem conhecimentos das substâncias perigosas existentes e os cuidados que implicam a sua utilização.	Conhecimento	-	x	-	x	-	

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Tansportes Rodoviários	Decreto-Lei n.º 257/2007 de 16 de Julho de 2007	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 1/2007 de 11 de Janeiro, institui o regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg	Exclui-se a circulação de veículos aos quais estejam ligados, de forma permanente e exclusiva, equipamentos ou máquinas (Artigo 1.º, n.º2 c)); "A actividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, nacional ou internacional, por meio de veículos de peso bruto igual ou superior a 2500 kg, só pode ser exercida por sociedades comerciais ou cooperativas, licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT) (Artigo 3.º) - Licenciamento da actividade. A OMATAPALO exclui-se pois o diploma destina-se essencialmente a empresas cuja actividade é o transporte de mercadorias por conta de outrem.	Conhecimento						Actividade da OMATAPALO é construção civil e obras públicas, pelo que os transportes que efectua são de apoio às obras (transporte de máquinas, equipamentos, materiais e resíduos produzidos por si mesma)
Substância Perigosas	Decreto – Lei n.º 101/2005 de 23 de Junho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1999/77/CE, da Comissão, de 26 de Julho, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, alterando o Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de Agosto	Caso surja a necessidade de em alguma obra se proceder à OMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal, Lda, remoção de placas de fibrocimento, a . terá que efectuar a rotulagem da seguinte forma: a) Dimensões mínimas: Altura (H)—5 cm; e Largura—2,5 cm; b) Apresentação: A parte superior (h1=40%H) deve ter a letra «a» impressa em cor branca sobre fundo preto; A parte inferior (h2=60% H) deve ter as frases tipos bem legíveis, impressas em cor preta e ou branca sobre fundo vermelho. O exemplo do Rótulo encontra-se apresentado no diploma.	Cumprimento	Conforme	x	-	x	-	-
Transporte Rodoviário de Substâncias Perigosas	Decreto – Lei n.º 170-A/2007 de 4 de Maio	Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2004/111/CE, da Comissão, de 9 de Dezembro, e 2004/112/CE, da Comissão, de 13 de Dezembro, aprovando o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) e outras regras respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.	De acordo com a c), ponto 1.1.3.1, Decreto-Lei 170-A/2007 de 4 de Maio, a OMATAPALO, encontra-se isenta da aplicabilidade.	Conhecimento	-	x	-	x	-	

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Decreto-Lei n.º 63-A/2008 de 3 de Abril	Altera o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e respectivos anexos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.	De acordo com a c), ponto 1.1.3.1, Decreto-Lei 170-A/2007 de 4 de Maio, a OMATAPALO. encontra-se isenta da aplicabilidade.	Conhecimento	-	x	-	x	-	
Amianto	Decreto-Lei 228/94 de 13 de Setembro	Altera o Decreto-Lei n.º 28/87, de 14 de Janeiro (limita a comercialização e a utilização do amianto e dos produtos que o contenham)	A comercialização e a utilização de produtos contendo fibras de crisótilo adicionadas às fibras de amianto é proibida em: Tintas e vernizes, Material de pavimentação de estradas com teor em fibras superior a 2%, Argamassas, revestimentos de protecção, materiais de enchimento, indutos, compostos para preparação de juntas, mastiques, colas, pós decorativos e produtos para acabamentos, Materiais de isolamento acústico ou outro, de baixa densidade (densidade inferior a 1 g/cm3), Bases para revestimentos plásticos de pavimentos e de paredes,	Conhecimento	-	x	-	-	-	

ÁGUA

	Decreto-Lei n.º226-A/2007 de 31 de Maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	Sempre que a empresa pretenda possuir novas captações ou efectuar rejeição de águas, terão que cumprir com todos os pontos exigidos na presente lei para a obtenção de título de utilização/rejeição. Capítulo I (Títulos de utilização de recursos hídricos), Secção I, Art.º 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Secção II (Atribuição dos títulos de utilização) Art. 11º, 14º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 22º. Capítulo II (Utilizações), Secção I(Captação de águas) Art. 40º, 42º, 43º, 44º, 46º, Secção III (Rejeição de águas residuais) Art.48º, 49º, 50º, 51º, 53º, 55º, 56º e 57º.	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-
	Portaria n.º 1450/2007 de 12 de Novembro	Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos	Sempre que a empresa pretenda possuir novas captações, terão que cumprir com todos os pontos exigidos na presente lei para a obtenção de título de utilização. Ponto 1(Pedido de emissão do título de utilização de recursos hídricos), Ponto 2(comunicação prévia do início da utilização), Ponto 7(relatório demonstrando a boa execução do poço).	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Recursos Hídricos	Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de Julho	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva	Seguro de responsabilidade ambiental ou garantia bancária	Cumprimento	O processo encontra-se em tratamento.	x	x	x	-	Devido às incertezas tanto da parte das autoridades como das seguradoras, aguarda-se proposta da seguradora Império Bonança.
	Decreto-Lei n.º 137/2009 de 8 de Junho	Prorroga, por um ano, o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos previsto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio	Não Aplicável, pois a empresa tem regularizado o título de utilização de recursos hídricos.	Conhecimento						
Lei da Água	Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. (Revoga o Decreto-Lei 46/94)	O presente diploma é genérico pois faz referência à gestão das águas, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas. A OMATAPALO deverá ter conhecimento das políticas nacionais.	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-
	Declaração de Rectificação n.º 11-A/2006	De ter sido rectificada a Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas	Faz alteração ao n.º 1 do Artigo 76 e ao n.º 3 do Artigo 76º da Lei n.º 58/2005	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
AR										
	Portaria n.º 286/93 de 12 de Março	Fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono	Foram revogados os anexos IV e X pela Portaria n.º 675/2009.	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.
	Declaração de Rectificação n.º 91/93	De ter sido rectificada a Portaria n.º 286/93 do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, que fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o azoto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 60, de 12 de Março de 1993	Valores dos poluentes atmosféricos, nomeadamente de monóxido de carbono.	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.
	Decreto-Lei n.º 78/2004 de 3 de Abril	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objectivos e instrumentos apropriados à garantia da protecção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações	Medidas gerais de Prevenção (Art. 9º). Proibição de queima a céu aberto (Art.13º). Autorização ou licença da instalação e suas renovações (Art. 14º). O autocontrolo das emissões sujeitas a VLE é obrigatório e da responsabilidade do operador (Art.18º). Monitorização Pontual (n.º1, 3, 4 Art.19; n.º1 Art. 23º; n.º2 Art.º24. Monitorização Contínua (Art. 20º; n.º1 Art. 24º). n.º 4 Art. 23º; n.º 1, 2 e 4 Art. 25º; n.º1 Art.26º; Art.29º; Art.30º; Art. 32º)	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.
	Portaria n.º 263/2005 de 17 de Março	Fixa novas regras para o cálculo da altura de chaminés e define as situações em que devem para esse efeito ser realizados estudos de poluentes atmosféricos	Cumprimento do Anexo I do diploma.	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Emissões de Fontes Fixas	Declaração de Rectificação n.º 38/2005	De ter sido rectificad a Portaria n.º 263/2005 de 17 de Março, que fixa novas regras para o cálculo da altura de chaminés e define as situações em que devem, para esse efeito, ser realizados estudos de poluentes atmosféricos, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 54, de 17 de Março de 2005	Cumprimento do Anexo I do diploma.	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.
	Portaria n.º 80/2006 de 23 de Janeiro	Fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.	Valores dos poluentes atmosféricos, nomeadamente de monóxido de carbono.	Cumprimento	Em tratamento	-	-	x	Relatório de Ensaio às emissões atmosféricas.	AOMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal Lda., encontra-se a aguardar a recepção de orçamentos para a colocação de filtro.
	Decreto-Lei n.º 126/2006 de 3 de Julho	Primeira alteração ao regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril.	Foi aditado o n.º 3 do Art. 34º sobre as contra ordenações e coimas e o n.º 5 do Art. 38 foi revogado.	Conhecimento						
	Portaria n.º 675/2009 de 23 de Junho	Fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril	São revogados os anexos IV e V da Portaria n.º 286/93, de 12 de Março.	Conhecimento						
	Portaria n.º 676/2009 de 23 de Junho	Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.	Diploma não aplicável, uma vez que as emissões atmosféricas da caldeira da serração não possui nenhuma das substâncias constantes na tabela n.º3.	Conhecimento						
	Declaração de Rectificação n.º 62/2009	Rectifica a Portaria n.º 675/2009, de 23 de Junho, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009	-	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Declaração de Rectificação n.º 63/2009	Rectifica a Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009	-	Conhecimento						
	Decreto do Presidente da República n.º90/2009	Ratifica o Protocolo sobre Registos de Emissões e Transferências de Poluentes, adoptado em Kiev em 21 de Maio de 2003	-	Conhecimento						
Emissões Gasosas	Decreto-Lei n.º 276/99 de 23 de Julho	Define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de Setembro, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente.	-	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Camada de Ozono	Decreto 20/88 de 30 de Agosto	Aprova, para ratificação, o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono.	Políticas ambientais.	Conhecimento						
	Regulamento 2037/2000/CE de 29 de Junho	Relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono	A utilização de todos os hidroclorofluorocarbonos é proibida a partir de 1 de Janeiro de 2015 (alínea c, ponto v, Artigo 5º). A partir de 1 de Janeiro de 2010, a utilização de hidroclorofluorocarbonos virgens é proibida para a manutenção e reparação de todo o equipamento de refrigeração ou de ar condicionado existente nessa data.	Cumprimento	Conforme	x	x	-	Registo dos Ar Condicionados (IMP03.07)	Actualmente alguns contentores possuem ar condicionado com HCFC's. Os ar condicionados irão ser gradualmente substituídos até ao final de 2014.
	Decreto-Lei 119/2002 de 20 de Abril	Assegura o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.	Transpõe o Regulamento 2037/2000	Cumprimento	Conforme	x	x	-	Registo dos Ar Condicionados (IMP03.07)	Actualmente alguns contentores possuem ar condicionado com HCFC's. Os ar condicionados irão ser gradualmente substituídos até ao final de 2014.
	Decreto-Lei 152/2005 de 31 de Agosto	Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.	Define os técnicos são qualificados para as operações de para intervenções em equipamentos de refrigeração e de ar condicionado.	Cumprimento	Conforme	x	x	-	Registo dos Ar Condicionados (IMP03.07)	Actualmente alguns contentores possuem ar condicionado com HCFC's. Os ar condicionados irão ser gradualmente substituídos até ao final de 2014.
	Regulamento 842/2006 de 17 Maio	Relativo a determinados gases fluorados com efeito de estufa	Prevenir e reduzir as emissões de gases fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto. Art.3º, n.º1, Art. 4º n.º1, a). Todos os equipamentos da OMATAPALO possuem ar condicionados com peso inferior a 3kg.	Cumprimento	Conforme	x	x	-	Registo dos Ar Condicionados (IMP03.07)	-

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
RUÍDO										
Ruído	Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro	Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.	n.º1 (alínea a e b) do Art. 2º; Art. 14º (Actividades ruidosas temporárias das 20h às 8h); Art.15º (Licença especial de ruído).	Cumprimento	Conforme	-	x	x	Relatório de Ensaio ao Ruído Ambiental	-
	Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído	Art. 15º (Licença especial de ruído)	Cumprimento	Conforme	x	-	-	-	-
RESÍDUOS										
Código LER	Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março	Aprova a Lista Europeia de Resíduos. Revoga as Portarias n.º 15/96, de 23 de Janeiro e n.º 818/77, de 5 de Setembro.	A OMATAPALO terá que gerir os resíduos produzidos de acordo com a presente portaria. Essencialmente na Lista Europeia de Resíduos (Anexo I), Características de Resíduos (Anexo II) e Operações de Valorização e Eliminação de Resíduos (Anexo III).	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	A identificação e classificação de todos os resíduos é feita de acordo com o código LER
	Decisão n.º 2000/532/CE de 3 de Maio	Substitui a Decisão 94/3/CE, que estabelece uma lista de resíduos em conformidade com a alínea a) do artigo 1.º da Directiva 75/442/CEE do Conselho relativa aos resíduos, e a Decisão 94/904/CE do Conselho, que estabelece uma lista de resíduos perigosos em conformidade com o n.º 4 do artigo 1.º da Directiva 91/689/CEE do Conselho relativa aos resíduos perigosos	O que se encontra em vigor é a Portaria 209/2004 de 3 de Março	Conhecimento						
	Decisão da Comissão 2001/118/CE, de 16 de Janeiro	Altera a Decisão 2000/532/CE no que respeita à lista de resíduos	O que se encontra em vigor é a Portaria 209/2004 de 3 de Março	Conhecimento						
	Decisão da Comissão 2001/119/CE, de 22 de Janeiro	Altera a Decisão 2000/532/CE que substitui a Decisão 94/3/CE, que estabelece uma lista de resíduos em conformidade com a alínea a) do artigo 1.º da Directiva 75/442/CEE do Conselho relativa aos resíduos, e a Decisão 94/904/CE do Conselho que estabelece uma lista de resíduos perigosos em aplicação do n.º 4 do artigo 1.º da Directiva 91/689/CEE relativa aos resíduos perigosos.	O que se encontra em vigor é a Portaria 209/2004 de 3 de Março	Conhecimento						
	Decisão do Conselho 2001/573/CE, de 23 de Julho	Altera a Decisão 2000/532/CE da Comissão no que respeita à lista de resíduos.	O que se encontra em vigor é a Portaria 209/2004 de 3 de Março	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Veículos em Fim de Vida	Decreto-Lei n.º 196/2003 de 23 de Agosto	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro, relativa aos veículos em fim de vida.	Os proprietários e ou detentores de VFV são responsáveis pelo seu encaminhamento para um centro de recepção ou para um operador de desmantelamento (n.º3 Art.5º). Os proprietários ou detentores de VFV são responsáveis, nos termos do disposto no presente artigo, pelo seu encaminhamento, e custos do mesmo, para um centro de recepção ou para um operador de desmantelamento, que exerça a sua actividade de harmonia com o disposto nos artigos 19.º e 20.º (n.º 2 Art.14º).	Cumprimento	Conforme	-	x	-	Guias de acompanhamento	Sempre que aOMATAPALO& Filhos possuir VFV encaminhará para operador autorizado
Pneus	Decreto-Lei n.º 111/2001 de 6 de Abril	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pneus e pneus usados.	É proibida a combustão de pneus sem recuperação energética, nomeadamente a queima a céu aberto, e o abandono de pneus usados, bem como a sua gestão por entidades não autorizadas e ou licenciadas para o efeito (Art.º 5º). A recolha de pneus usados, mediante entrega nos locais adequados, é feita sem qualquer encargo para o utilizador final (n.º1 Art.9)	Cumprimento	Conforme	-	-	x	-	Os pneus são encaminhados para uma empresa de recauchutagem.
	Decreto-Lei n.º 43/2004 de 2 de Março	Altera o Decreto-Lei n.º 111/2001, de 6 de Abril, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pneus e pneus usados.	recolha de pneus usados, mediante entrega nos locais adequados, é feita sem qualquer encargo para o detentor (n.º3 Art. 9º)	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Decreto-Lei n.º 277/99 de 23 de Julho	Transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes	Os detentores devem tomar as medidas necessárias para garantir, logo que possível, a eliminação dos PCB usados e a descontaminação ou eliminação dos PCB e dos equipamentos que contenham PCB (n.º1, Art. 1). Todo o detentor de equipamentos que contenham mais de 5 dm3 de PCB deve comunicar ao Instituto de Resíduos e à direcção regional do ambiente respectiva a quantidade que detém, através da informação prevista no anexo I a este diploma, que dele faz parte integrante, no prazo máximo de dois meses após a data da sua entrada em vigor (n.º1, Art.4 - foi alterado). O detentor destes resíduos pode proceder ao seu armazenamento temporário, à espera de eliminação, por um período de tempo não superior a 18 meses e de acordo com as instruções publicadas no Diário da República por despacho do presidente do Instituto de Resíduos (n.º5, Art.5º - foi alterado).	Conhecimento	A OMATAPALO não é detentora de equipamentos que contenham PCB's	-	x	x	-	-
	Declaração de Rectificação n.º 13-D/99. D.R. n.º 203, 2.º Suplemento, Série I-A de 1999-08-31	De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 277/99 do Ministério do Ambiente, que transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 170, de 23 de Julho de 1999	Efectua correcções no n.º6, artigo 5.º, e n.º 2, artigo 7.º. Alterações não significativas para a OMATAPALO- Engenharia e Construção Unipessoal, Lda.	Conhecimento						
	Decreto-Lei n.º 72/2007 de 27 de Março	<u>Altera o Decreto-Lei n.º 277/99 de 23 de Julho</u> , que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras para a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes	Os detentores de equipamentos que contenham mais de 5 dm3 de PCB devem comunicar à Autoridade Nacional dos Resíduos (ANR) a quantidade que detém, através da informação prevista no anexo I deste diploma, do qual faz parte integrante (n.º1, Art.4º). O detentor destes resíduos pode proceder ao seu armazenamento temporário antes da eliminação por um período de tempo não superior a 18 meses e de acordo com as instruções aprovadas por despacho do presidente da ANR, publicado no Diário da República (n.º5, Art.5).	Cumprimento	Conforme	-	x	-	-	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Pilhas e Acumuladores	Decreto-Lei n.º 6/2009 de 6 de Janeiro	Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva n.º 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março	Todos os intervenientes no ciclo de vida das pilhas e acumuladores, desde a sua concepção até ao manuseamento dos respectivos resíduos, são co-responsáveis pela sua gestão, devendo contribuir para o funcionamento dos sistemas de gestão criados.(Art.5º). Os utilizadores finais estão obrigados a proceder à entrega dos resíduos de pilhas e acumuladores portáteis que detenham, sem quaisquer encargos, em pontos de recolha selectiva destinados para o efeito (n.º1, Art.9). Os distribuidores de pilhas e acumuladores portáteis estão obrigados a aceitar a devolução dos respectivos resíduos, independentemente da sua composição química e da sua origem, sem encargos para os utilizadores finais e sem que estes tenham de adquirir novas pilhas ou acumuladores (n.º4, Art.9º). Os utilizadores finais estão obrigados a proceder à entrega dos resíduos de baterias e acumuladores industriais e de baterias e acumuladores para veículos automóveis que detenham, sem quaisquer encargos, em pontos de recolha selectiva destinados para o efeito (n.º1, Art.10). Os produtores e os distribuidores de baterias e acumuladores industriais estão obrigados a aceitar a devolução dos respectivos resíduos pelos utilizadores finais, independentemente da sua composição química e da sua origem (n.º2, Art.10).	Cumprimento	Conforme	-	x	x	-	Ecopilhão

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Declaração de Rectificação n.º 18-A/2009	Rectifica o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva n.º 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2009.	Alterações efectuadas que não interferem com as obrigações da Sã Machada & Filhos, S.A.	Conhecimento						
	Decreto-Lei 266/2009 de 29 de Setembro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/103/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos no que respeita à colocação de pilhas e acumuladores no mercado, que altera a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006.	Altera o artigo 28.º g) e efectua aditamento ao artigo 34.º - A do Decreto-Lei n.º 6/2009.	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Óleos Usados	Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados	É proibido: descarga de óleos usados nas águas de superfície, nas águas subterrâneas, nas águas de transição, nas águas costeiras e marinhas e nos sistemas de drenagem, individuais ou colectivos, de águas residuais; Depósito e ou descarga de óleos usados no solo; Qualquer operação de gestão de óleos usados ou de resíduos resultantes dessas operações sem a respectiva autorização; Qualquer operação de gestão de óleos usados susceptível de provocar emissões atmosféricas que ultrapassem os valores limite previstos; Qualquer mistura de óleos usados de diferentes características ou com outros resíduos ou substâncias, que dificulte a sua valorização em condições ambientalmente adequadas, nomeadamente para fins de regeneração." (Art.5º)	Cumprimento	Conforme	x	-	x		Separador de Gorduras

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
REEE	Decreto-Lei n.º 230/2004, 10 de Dezembro	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003	Todos os intervenientes no ciclo de vida dos EEE e dos REEE são co-responsáveis pela sua gestão (Art. 8º). Sobre os utilizadores impende a obrigação de proceder à entrega gratuita dos REEE que detenham nas instalações de recolha selectiva a tal destinadas, de acordo com as informações fornecidas (Art.9º). "Informação aos utilizadores" (Art. 21º).	Cumprimento	Conforme	-	x	x	-	-
	Decreto-Lei 132/2010, de 17 de Dezembro	Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, e transpõe parcialmente a Directiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro	"São revogadas as alíneas a), f), h), j), l), m), n), o) e p) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro." "A não entrega de REEE nos locais adequados para a sua recolha selectiva, por parte do último detentor, em violação da obrigação estabelecida no n.º 2 do artigo 9.º;"	Cumprimento	Conforme	-	x	x	-	-
Embalagens	Decreto-Lei n.º 366-A/97 de 20 de Dezembro	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens (revoga o Decreto-Lei n.º 322/95 de 28 de Novembro)	Os produtores de resíduos de embalagens não urbanas são responsáveis pela sua valorização (n.º7 Art. 4º - Alterado). A gestão das embalagens e resíduos de embalagens pode ser por consignação ou integrado (n.º1, Art.5º). A OMATAPALO utiliza o sistema integrado, ou seja, a responsabilidade pela gestão dos resíduos de embalagens pode ser transferida para uma entidade devidamente licenciada para exercer essa actividade, nos termos do presente diploma e demais legislação aplicável (n.º2, Art.5º). A responsabilidade pelo destino final dos resíduos de embalagens só cessa mediante declaração de assunção de responsabilidade pela empresa ou entidade a quem as embalagens ou resíduos de embalagens forem entregues (n.º4, Art.5º). O Art.6º explica como deverão ser identificadas as embalagens - Alterado.	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Decreto-Lei n.º 162/2000 de 27 de Julho	Altera os artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 366-A/97 de 20 de Dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens	Os produtores de resíduos de embalagens não urbanas têm de proceder, dentro das suas instalações, à recolha selectiva e triagem desses resíduos e providenciar a sua valorização, directamente em unidades devidamente licenciadas para o efeito ou de acordo com o disposto no artigo seguinte (n.º 7, Art.º 4º). O Art.º 6º explica como deverão ser identificadas as embalagens.	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
	Decreto-Lei n.º 92/2006 de 25 de Maio	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97 de 20 de Dezembro, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens	Verificar o n.º 5 do Art.6 (no sentido de facilitar os operadores, os rótulos poderão ter a natureza do ou dos materiais de embalagem utilizados).	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-
	Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.	Gestão adequada de resíduos (Art. 5º), Separação de resíduos na origem (n.º3 Art.7º), Proibição da realização de Operações de gestão não licenciadas (n.º2 Art.9º), Proibição do abandono de resíduos e/ou a descarga em locais não licenciados (n.º3 Art.9º), Cumprimento das normas técnicas (Art. 20º), Não estão sujeitas a licenciamento as operações de recolha, transporte e armazenamento de resíduos no próprio local de produção (n.º4 Art. 23º), Licenciamento simplificado (Art.32º), Emissão do alvará (Art.33º), Adaptabilidade da Licença (Art. 34º), Prazo de validade da licença (Art.35º), Eventual necessidade de pedir uma alteração das condições de operação (Art.36º), Suspensão e revogação da licença (Art.º 38º), situações em que caduca a licença (Art.39º), Registo SIRER (Art.48º), Taxa de Emissão da licença mediante procedimento simplificado (Art.52º), Taxa do registo SIRER (Art.57º), Contra - Ordenações (Art. 67º), Sanções Acessórias (Art.68º).	Cumprimento	Todos os pontos estão conformes à exceção do art. 32º (faz referência ao licenciamento simplificado) que ainda se encontra em processo	x	x	x	Guias de Acompanhamento de resíduos, Processo do licenciamento simplificado (licença), registo SIRER	-
	Decreto-Lei n.º 257/2007 de 16 de Julho	Transporte de mercadorias. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 1/2007 de 11 de Janeiro, institui o regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg	A circulação de veículos aos quais estejam ligados, de forma permanente e exclusiva, equipamentos ou máquinas (alínea c Art.1.) As coimas resultantes do excesso de carga encontram-se apresentadas no Art. 31º. APLICÁVEL APENAS A EMPRESAS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS. MAS O ART. 31 É APLICÁVEL!!!	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
RCD	Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março	Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.	A Gestão dos RCD é da responsabilidade de todos os que intervêm no ciclo de vida do resíduos (Art. 3º). Metodologias a adoptar nas fases de projecto e obra (Art.5º). Reutilização de solos e rochas (Art.6º). A utilização de RCD tem que cumprir com as normas nacionais comunitárias ou especificações técnicas dos LNEC (Art. 7º). Triagem e Fragmentação de RCD (Art.8º) - As condições que o local terá que ter encontram-se no Anexo I (condições importantes para o licenciamento simplificado). Só é permitida a deposição de RCD em aterro quando os mesmos são previamente sujeitos a triagem (Art. 9º). Elaboração de um PPGRCD para obras públicas (n.º1 Art.10º). Conteúdos do PPGRCD (n.º2 Art. 10º). O empreiteiro é responsável pela elaboração do PPGRCD (n.º3 Art.10). Sempre que devidamente fundamentado, o Dono da obra pode alterar o PPGRCD (n.º4 Art.10). Gestão de RCD para obras particulares (Art.11º). Transporte do RCD (Art. 12º). Os Fluxos específico de resíduos terão que ser cumpridos (Art.14).	Cumprimento	Conforme	x	-	-	PPGRCD (IMP03.02)/Registro de Dados de RCD (IMP03.03)	-
	Portaria n.º 417/2008 de 11 de Junho	Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).	O transporte de RCD deve ser acompanhado de guias de acompanhamento de resíduos (n.º1 Art. 1). O anexo I contém o modelo de RCD provenientes de um único produtor/detentor (n.º2 Art.1). O anexo II contém o modelo de RCD provenientes de mais de um produtor/detentor (n.º3 Art.1). O produtor ou detentor deve preencher os campos II, III e IV do modelo constante do anexo I ou os campos II e III do modelo constante do anexo II e certificar-se que o destinatário desse transporte detém as licenças necessárias, caso seja um operador de gestão de RCD (alínea a Art.2º). Caso o destinatário não seja o operador de gestão de resíduos deve fornecer ao produto/detentor no prazo de 30 dias a cópia do exemplar da guia de acompanhamento (Art.5º).	Cumprimento	Conforme	x	-	-	Guias de acompanhamento dos RCD	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Transporte Rodoviário de Resíduos	Portaria n.o 335/97 de 16 de Maio	Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional (faz referência às Guias de Modelo A)	O transporte rodoviário de resíduos apenas pode ser realizado por produtor de resíduos (n.º 1 alínea a Art. 2º). Condições de acondicionamento da mercadoria (Art. 3.º). O produtor, o detentor e o transportador de resíduos respondem solidariamente pelos danos causados pelo transporte de resíduos (Art. 4º). O transporte de resíduos tem que ser acompanhado das guias de acompanhamento de resíduos (Art.5º). Procedimento de preenchimento (Art.6º).	Cumprimento	Conforme	x			Guias de acompanhamento de resíduos.	-
Mercado de resíduos	Decreto-Lei n.º 210/2009 de 3 de Setembro	Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos	-	Conhecimento						
Taxas	Portaria n.º 72/2010 de 4 de Fevereiro	Estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos e revoga a Portaria n.º 1407/2006, de 18 de Dezembro	Taxas de gestão de resíduos	Conhecimento						

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRITOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
GERAL										
Lei das Bases	Lei n.º 11/87 de 7 de Abril	Lei de Bases do Ambiente	Políticas de promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva e otimizar a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado."	Cumprimento	Conforme	x	x	x	-	-
Avaliação de Impacte Ambiental	Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio	Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997	NÃO APLICÁVEL	Conhecimento						
	Portaria n.º 330/2001 de 2 de Abril	Fixa as normas técnicas para a estrutura da proposta de definição do âmbito do EIA (PDA) e normas técnicas para a estrutura do estudo do impacte ambiental (EIA)	NÃO APLICÁVEL	Conhecimento						
Sirer	Portaria n.o 1408/2006 de 18 de Dezembro	Registo Sirer	O preenchimento dos mapas deverão ser feitos até ao final de Março de cada ano relativamente ao ano anterior.	Cumprimento	Conforme	x	x	x	Comprovativo do Registo Sirer	-

Versão:	0.0
Data:	
Realizada por:	Técnico Ambiente

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

APLICABILIDADE: OB - Obras EA - Edifício Administrativo UPI - Unidade de Produção Interna										
IDENTIFICAÇÃO					AVALIAÇÃO					
DESCRIPTOR	DIPLOMA	DESCRIÇÃO	RESUMO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	APLICAÇÃO	CONFORMIDADE LEGAL	OB	EA	UPI	CONTROLO/ EVIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Coimas	Lei n.º 50/2006 de 29 de Agosto	Aprova a lei quadro das contra-ordenações ambientais.	Contra-ordenações leves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>9.000 a 13.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>16.000 a 22.500 euros</u> em caso de dolo. Contra-ordenações graves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>25.000 a 34.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>42.000 a 48.000 euros</u> em caso de dolo. Contra-ordenações muito graves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>60.000 a 70.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>500.000 a 2.500.000 euros</u> em caso de dolo. (Art.22º - Sofreu alteração)	Conhecimento	-	x	x	x		
	Lei n.º 89/2009 de 31 de Agosto	Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais	Contra-ordenações leves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>3.000 a 13.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>6.000 a 22.500 euros</u> em caso de dolo. Contra-ordenações graves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>15.000 a 30.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>30.000 a 48.000 euros</u> em caso de dolo. Contra-ordenações muito graves , quando praticadas por pessoas colectivas vão de <u>38.500 a 70.000 euros</u> em caso de negligência e de <u>200.000 a 2.500.000 euros</u> em caso de dolo. (Art.22º)	Conhecimento	-	x	x	x		
	Declaração de Rectificação n.º 70/2009	Rectifica a Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto, que procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2009. Republicação da Lei 50/2006.	Alterações não significativas para conhecimento da OMATAPALO.	Conhecimento	-	x	x	x		

ANEXO 2

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPETOS AMBIENTAIS

Obra:	REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA	Cód. Obra:	
Dono de Obra:	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA		

Ref.ª	Mapa de Identificação e Avaliação de Aspectos Ambientais
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.00	Geral
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.01	Montagem, Manutenção e Desmontagem de Estaleiro
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.02	Desmatação
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.03	Movimentação de Terras
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.04	Fundações Especiais
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.05	Paredes de Contenção e Ancoragem
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.06	Estruturas e Elementos de Betão
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.07	Alvenarias, Rebocos e Cantarias
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.08	Estuques, Pinturas e Outros Revestimentos
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.09	Carpintarias
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.10	Perfis não Estruturais
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.11	Canalizações e Condutas
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.12	Soldadura e Corte
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.13	Saneamento Básico
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.14	Impermeabilizações e Isolamentos
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.15	Aplicação de Betuminoso
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.16	Demolições
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.17	Trabalhos em Coberturas
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.18	Arranjos Exteriores
<input checked="" type="checkbox"/> MIAAA.19	Trabalhos de Escritório/Administrativos

Elaboração:	Técnico Ambiente	Data:	
--------------------	-------------------------	--------------	--

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA										CÓDIGO OBRA:		
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA										DATA:		
ACTIVIDADE:		GERAL												
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional		
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora									
Consumo de electricidade				x		N	D/I	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08).		
Consumo de água				x		N	D/I	2	5	10	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são registados/controlados no IMP03.08.		
Consumo Papel e Cartão				x		N	D/I	1	4	4	NP	A produção de cartão/papel tem origem num bem renovável. O seu consumo é de elevada frequência.		
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D/I	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de elevada frequência.		
Consumo de Plástico				x		N	D/I	3	3	9	NP	A produção de plástico tem origem num bem não renovável (renovável, mas muito lentamente). O seu consumo é de moderada frequência.		
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D/I	3	3	9	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de moderada frequência.		
Produção de Resíduos Sólidos Urbanos		x	x			N	D/I	1	5	5	NP	Os RSU produzidos são resíduos orgânicos, logo resíduos biodegradáveis. A produção dos mesmos é diária.		
Consumo de Lâmpadas				x		A	D	4	2	8	NP	A gravidade é elevada devido à presença de mercúrio nas lâmpadas.		
Produção de Resíduos de Lâmpadas		x	x			A	D	4	2	8	NP	Algumas lâmpadas utilizadas são facilmente recicláveis, contudo ainda se utilizam lâmpadas não recicláveis ou dificilmente recicláveis. Devido à última situação a avaliação da gravidade foi mais rígida. Prevê-se gradualmente a utilização de lâmpadas mais mais facilmente recicláveis (quando a antigas se consumirem colocam-se lâmpadas novas e recicláveis).		
Produção de Efluentes Líquidos do tipo doméstico		x	x			N	D/I	1	5	5	NP	-		
Produção de Efluentes Líquidos de limpezas de equipamentos		x	x			A	D/I	1	4	4	NP	-		
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-		
Incêndio (Produção de resíduos do sinistro, Emissões gasosas e efluente contaminado resultante do rescaldo)	x	x	x			E	D/I	4	1	4	NP	É provavel ocorrer um incêndio, no entanto nunca aconteceu em obra.		
Inundação (Produção de resíduos decorrentes da deterioração de equipamentos)		x	x			E	D/I	4	1	4	NP	É provavel ocorrer uma inundação, no entanto nunca aconteceu em obra.		
Uso temporário do Solo			x			N	D	1	5	5	NP	A avaliação da gravidade é feita através do "Consumo de recursos".		
Consumo de gasóleo				x		N	D	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)		
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D	1	5	5	NP	-		
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D	1	3	3	NP	-		

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		
ACTIVIDADE:		MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTALEIRO										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora							
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)
Consumo de água				x		N	D	2	5	10	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são contabilizados no IMP03.08.
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Consumo de Madeira				x		N	D	1	4	4	NP	
Produção de Resíduos de Madeira		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de madeira virgem são encaminhados para o Estaleiro Central da OMATAPALO e reutilizados para aproveitamento energético. Os resíduos de madeira contaminada, são encaminhados para o estaleiro da OMATAPALO e posteriormente encaminhados para operador autorizado. A produção dos mesmos é de elevada
Produção de Resíduos de Óleos		x	x			A	D	4	2	8	NP	Os resíduos de óleos são esporádicos e só existem se o equipamento possuir uma anomalia inesperada.
Derrames de Óleos		x	x			E	D	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se o equipamento possuir uma anomalia inesperada.
Produção de Efluentes Líquidos de limpezas de equipamentos		x	x			A	D	2	4	8	NP	-
Consumo de gasóleo				x		N	D	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)
Emissões Gasosas de Equipamentos	x					N	D	1	4	4	NP	-
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos					x	N	D	1	3	3	NP	-

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:			
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:			
ACTIVIDADE:		DESMATAÇÃO										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Produção de Resíduos de Madeira				x		N	D	1	4	4	NP	O resíduos de madeira virgem são encaminhados para o Estaleiro Central da OMATAPALO e reutilizados para aproveitamento energético. A produção dos mesmos é de elevada frequência.
Produção de resíduos resultantes de desmatação						N	D	1	4	4	NP	Os resíduos produzidos são considerados essencialmente "resíduos verdes". Este tipo de resíduos não são perigosos para o ambiente, contudo é obrigatório dar um destino adequado, que apesar de serem "resíduos verdes", produzem poluição visual. Os resíduos são encaminhados para o Estaleiro Central, onde é efectuada a valorização dos mesmos.
Derrames de Óleos		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados.
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		
ACTIVIDADE:		MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Derrames de óleos		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados.
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-
Solos não contaminados						N	D	1	4	4	NP	Não são perigosos para o ambiente, contudo é obrigatório dar um destino adequado.
Solos contaminados			x			A	D	4	2	8	NP	Sempre que possível, os resíduos misturados com os solos serão removidos e separados para valorização, caso contrário, os solos contaminados serão encaminhados para aterro.
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).



IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		
ACTIVIDADE:		FUNDAÇÕES ESPECIAIS										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Derrames de óleos		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados.
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-
Solos não contaminados						N	D	1	4	4	NP	Não são perigosos para o ambiente, contudo é obrigatório dar um destino adequado.
Solos contaminados			x			A	D	4	2	8	NP	Sempre que possível, os resíduos misturados com os solos serão removidos e separados para valorização, caso contrário, os solos contaminados serão encaminhados para aterro.
Produção de resíduos de betão			x			N	D	1	3	3	NP	-
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA										CÓDIGO OBRA:		
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA										DATA:		
ACTIVIDADE:		PAREDES DE CONTENÇÃO E ANCORAGEM												
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional		
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora									
Consumo de electricidade				x		N	D/I	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)		
Consumo de água				x		N	D/I	2	5	10	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são registados/controlados no IMP03.08.		
Derrames de óleos		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados.		
Produção de resíduos de aço/ferro		x	x			N	D	1	3	3	NP	Os resíduos de ferro são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.		
Produção de Efluentes Líquidos de limpezas de equipamentos			x			A	D/I	1	4	4	NP	-		
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-		
Produção de resíduos de betão			x			N	D	1	3	3	NP	-		
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)		
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.		
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.		

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA									CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA									DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		ESTRUTURAS E ELEMENTOS DE BETÃO												
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional		
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora									
Consumo de electricidade				x		N	D/I	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)		
Consumo de água				x		N	D/I	3	5	15	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são		
Produção de Resíduos de madeira				x		N	D/I	1	4	4	NP	O resíduos de madeira virgem são encaminhados para o Estaleiro Central da OMATAPALO e reutilizados para aproveitamento energético. Os resíduos de madeira contaminada, são encaminhados para o estaleiro da OMATAPALO e posteriormente encaminhados para oper		
Produção de Resíduos de Óleos (embalagens de óleo descofrante)		x	x			A	D/I	1	3	3	NP	A avaliação é feita tendo em conta que o óleo descofrante não é prejudicial para o ambiente.		
Derrames de Óleos (óleo descofrante)		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Apesar de o óleo descofrante não ser perigoso para o ambiente, o derrame tem perigosidade.		
Produção de resíduos de aço/ferro		x	x			N	D/I	1	3	3	NP	Os resíduos de ferro são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.		
Produção de Efluentes Líquidos de limpezas de equipamentos			x			A	D/I	1	4	4	NP	-		
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-		
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)		
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.		
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.		

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA										CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA										DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		ALVENARIAS, REBOCOS E CANTARIAS													
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional			
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora										
Consumo de electricidade				x		N	D/I	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)			
Consumo de água				x		N	D/I	3	5	15	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são			
Produção de Resíduos de Papel e Cartão (Embalagens)		x	x			N	D/I	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.			
Produção de Resíduos de Plásticos (filmes das paletes)		x	x			A	D/I	1	4	4	NP				
Produção de Resíduos de Madeira (paletes)		x	x			A	D/I	1	4	4	NP				
Produção de Resíduos de Construção e Demolição não perigosos (tijolo, cimento, massa de reboco)		x	x			N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º03 (a gravidade é avaliada tendo em conta que os resíduos são eliminados e não valorizados, pois encontram-se misturados).			
Produção de Efluentes Líquidos de limpeza de equipamentos		x	x			A	D/I	1	4	4	NP	-			
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D/I	1	3	3	NP	-			
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos					x	N	D/I	1	3	3	NP	-			

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).



IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA									CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA									DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		ESTUQUES, PINTURAS E OUTROS REVESTIMENTOS												
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional		
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora									
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)		
Consumo de água				x		N	D	3	5	15	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são		
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.		
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.		
Produção de Resíduos de Colas/Tintas/Diluentes/Vernizes		x	x			N	D	2	4	8	NP	As colas e os diluentes são produtos mais perigosos que as tintas pois utilizam-se essencialmente "tintas plásticas". A avaliação da gravidade é dada tendo em conta principalmente a perigosidade das colas e diluentes.		
Derrames de Colas/Tintas/Diluentes/Vernizes		x	x			E	D	4	3	12	P2	PGA n.º02 (As colas e os diluentes são produtos mais perigosos que as tintas pois utilizam-se essencialmente "tintas plásticas" - não são tão perigosas. A avaliação da gravidade é dada tendo em conta principalmente a perigosidade das colas e diluentes.)		
Derrames de Outros Produtos Químicos		x	x			E	D	4	2	8	NP	-		
Produção de Resíduos de Construção e Demolição não perigosos (estuques, revestimentos)		x	x			N	D	3	5	15	P2	PGA n.º03 (a gravidade é avaliada tendo em conta que os resíduos são eliminados e não valorizados, pois encontram-se misturados).		
Produção de Efluentes Líquidos de limpezas de equipamentos		x	x			A	D	1	4	4	NP	-		

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA										CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA										DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		CARPINTARIAS													
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional			
	Polição Atmosférica	Polição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polição Sonora										
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)			
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem.			
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem.			
Produção de Resíduos de Madeira		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de madeira são encaminhados para o Estaleiro Central da OMATAPALO.			
Produção de Resíduos de Colas/Tintas/Diluentes/Vernizes		x	x			N	D	2	4	8	NP	Os vernizes e os diluentes são produtos perigosos para o ambiente, no entanto, os resíduos que contenham estas substâncias são anvminhados para valorização.			
Derrames de Colas/Tintas/Diluentes/Vernizes		x	x			E	D	4	3	12	P2	PGA n.º02			
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D	1	3	3	NP	-			

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).



IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		PERFIS NÃO ESTRUTURAIS - SERRALHARIAS (COLOCAÇÃO DE CAIXILHARIA E VIDRO)										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Consumo de Electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)
Produção de Resíduos de Papel e Cartão (embalagens)		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de frequência elevada.
Produção de Resíduos de Plástico (filme que envolve as embalagens)		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de frequência elevada.
Produção de resíduos de Alumínio		x	x			N	D	1	4	4	NP	Os resíduos de alumínio são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.
Produção de resíduos de Vidro		x	x			N	D	3	3	9	NP	Os resíduos de vidro são produzidos em pequenas quantidades e com reduzida frequência, pois só existem caso algum vidro se parta.

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		CANALIZAÇÕES E CONDUTAS										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)
Produção de Resíduos de Papel e Cartão (Embalagens)		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de Resíduos de Plástico (filme de envolver as embalagens)		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de resíduos de aço		x	x			N	D	1	3	3	NP	Os resíduos de ferro são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.
Produção de resíduos de plástico (PVC)		x	x			N	D/I	1	4	4	NP	
Produção de Resíduos de Construção e Demolição não perigosos		x	x			N	D	3	5	15	P2	PGA n.º03 (a gravidade é avaliada tendo em conta que os resíduos de tijolo, cimento e cerâmicos se encontram misturados, ou seja, como estão misturados não são recicláveis)

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA										CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA										DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		SOLDADURA E CORTE													
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional			
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora										
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)			
Produção de resíduos de aço/ferro		x	x			N	D	1	3	3	NP	Os resíduos de ferro são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.			
Produção de resíduos de alumínio		x	x			N	D	1	3	3	NP	Os resíduos de alumínio são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.			
Emissões Gasosas de Equipamentos	x					N	D	2	4	8	NP	-			

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		SANEAMENTO BÁSICO										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora							
Derrames de óleos (provenientes dos equipamentos)		x	x			E	D/I	4	2	8	NP	Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados.
Solos não contaminados						N	D	1	4	4	NP	Não são perigosos para o ambiente, contudo é obrigatório dar um destino adequado.
Consumo de gasóleo				x		N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D/I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D/I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		IMPERMEABILIZAÇÕES E ISOLAMENTOS										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)
Produção de Resíduos de Tela Asfáltica		x	x			N	D	3	3	9	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de Resíduos de embalagens que contenham emulsões betuminosas		x	x			N	D	2	4	8	NP	Os resíduos resultantes são encaminhados para destino final autorizado (valorização)
Derrames de emulsões betuminosas		x	x			E	D	4	3	12	P2	PGA n.º02
Emissões Gasosas de Equipamentos	x					N	D	1	5	5	NP	-

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		APLICAÇÃO DE BETUMINOSO											
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional	
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora								
Derrames de Óleos		x	x			E	I	4	3	12	P2	PGA n.º02 (Os derrames de óleos poderão existir se algum dos equipamentos envolvidos possuir uma anomalia inesperada. De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados).	
Produção de resíduos de misturas betuminosas		x	x			A	D/I	2	3	6	NP	Os resíduos resultantes são encaminhados para destino final ou reaproveitados.	
Consumo de gasóleo					x	N	I	3	5	15	P2	Dado se tratar de um aspecto ambiental indirecto, a contabilização do consumo não é feita. Contudo o subempreiteiro é sensibilizado para a redução dos consumos.	
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	I	1	5	5	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.	
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	I	1	3	3	NP	De forma a verificar se os equipamentos se encontram em bom estado de conservação, os documentos (de acordo com Decreto-Lei 50-2005) referentes a cada equipamento são verificados - Ficha de Inspeção e Manutenção.	

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		DEMOLIÇÕES											
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional	
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora								
Consumo de água				x		N	D	2	5	10	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são	
Produção de Resíduos de Construção e Demolição não perigosos		x	x			N	D	3	5	15	P2	PGA n.º03 (a gravidade é avaliada tendo em conta que os RCD se encontram misturados, ou seja, como estão misturados não são recicláveis)	
Produção de Resíduos de Construção e Demolição perigosos (placas de fibrocimento)		x	x			A	D	4	2	8	NP	O aspecto ambiental resulta da tarefa de remoção de placas de fibrocimento	
Emissão de poeiras (partículas totais em suspensão)	x					A	D	1	3	3	NP	A emissão de poeiras não resulta propriamente dos equipamentos mas sim da demolição do(s) edifício(s). No entanto todos os equipamentos envolvidos possuem inspeção conforme.	
Solos Contaminados		x	x			A	D	4	1	4	NP	Possíveis solos contaminados resultantes da demolição.	
Consumo de gasóleo				x		N	D	3	5	15	P2	PGA n.º04 (contabilização do gasóleo dos equipamentos e das viaturas)	
Emissões Gasosas de Equipamentos e Frota da Empresa	x					N	D	1	5	5	NP	-	
Emissões de Ruído Ambiental de Equipamentos e Frota da Empresa					x	N	D	1	3	3	NP	-	

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA							CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA							DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		TRABALHOS EM COBERTURAS										
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora							
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D	1	3	3	NP	Resíduos de Embalagens. O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D	1	3	3	NP	Filme plástico que envolve as embalagens. O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.
Produção de resíduos de aço/ferro		x	x			N	D	1	5	5	NP	Resíduo resultantes da soldaduras e cortes. Os resíduos de ferro são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.
Produção de resíduos de alumínio		x	x			N	D	1	3	3	NP	Resíduos resaultantes da soldadura e cortes. Os resíduos de alumínio são produzidos em pequenas quantidades e são encaminhados para reciclagem.
Emissões Gasosas de Equipamentos (resultantes da soldadura)	x					N	D	2	4	8	NP	-

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA								CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA								DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		ARRANJOS EXTERIORES (Execução de Pavimento, Rede de Rega e Plantações)											
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional	
	Polluição Atmosférica	Polluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Polluição Sonora								
Consumo de Electricidade				x		N	D/I	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)	
Consumo de água					x	N	D/I	2	5	10	P2	OPGA n.º01 (é considerado um recurso natural renovável, a quantidade é renovável, contudo a qualidade da água, não. Tendo em conta a heterogeneidade da distribuição do recurso e a localização da obra, o gravidade é considerada moderada). - Os consumos são contabilizados no IMP03.08.	
Produção de Resíduos de Papel		x	x			N	D/I	1	3	3	NP	Resíduos de Embalagens. O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.	
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D/I	1	3	3	NP	O resíduos de plástico (Filme) são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente.	
Produção de Resíduos de Construção e Demolição não perigosos (pedra, cantarias...)		x	x			N	D/I	3	5	15	P2	PGA n.º03 (a gravidade é avaliada tendo em conta que os resíduos se encontram misturados, ou seja, como estão misturados não são recicláveis)	

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA									CÓDIGO OBRA:		0	
DONO DE OBRA:		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA									DATA:		00/01/1900	
ACTIVIDADE:		TRABALHOS DE ESCRITÓRIO/ADMINISTRATIVOS												
Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional		
	Poluição Atmosférica	Poluição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poluição Sonora									
Consumo de electricidade				x		N	D	1	5	5	NP	OEST n.º01 (Os consumos são registados/controlados no IMP03.08)		
Consumo Papel e Cartão				x		N	D	1	5	5	NP	A produção de cartão/papel tem origem num bem renovável. O seu consumo é de muito elevada frequência.		
Produção de Resíduos de Papel e Cartão		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de cartão/papel são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de elevada frequência.		
Produção de Resíduos de Plástico		x	x			N	D	1	4	4	NP	O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é de elevada frequência.		
Consumo de Tonners e Tinteiros				x		A	D	3	2	6	NP	A produção de tonners e tinteiros tem um impacte negativo no ambiente pois é constituído por substâncias perigosas para o ambiente. E com origem num bem não renovável. O seu consumo é de baixa frequência.		
Produção de Resíduos de Toners e Tinteiros		x	x			A	D	2	2	4	NP	Os resíduos de tonners e tinteiros são reutilizados. A produção dos mesmos é de baixa frequência.		
Consumo de Outros Materiais de Escritório				x		N	D	3	3	9	NP	Os outros materiais de escritório são considerados esferográficas, canetas, agraphadores, furadores, borrachas, etc. Tratam-se de produtos compostos essencialmente por plástico, tendo origem num bem não renovável. O seu consumo é considerado moderado.		
Produção de Resíduos de Outros Materiais de Escritório		x	x			N	D	1	3	3	NP	Os outros materiais de escritório são considerados esferográficas, canetas, agraphadores, furadores, borrachas, etc. O resíduos de plástico são reencaminhados para reciclagem. A produção dos mesmos é moderadamente frequente. Nota: as cargas das canetas e esferorográficas são consideradas um residuos perigoso pois possuem restos de tinta, contudo, dado se tratar de uma quantidade reduzida e fazerem parte de um produto constituído maioritariamente por material reciclável a sua avaliação foi atenuada.		
Consumo de Pilhas e Acumuladores				x		A	D	3	2	6	NP	A gravidade é elevada devido à presença de substâncias perigosas (tais como,metais pesados).		
Produção de Resíduos de Pilhas e Acumuladores		x	x			A	D	2	2	4	NP	Apesar destes resíduos conterem substâncias perigosas, a gravidade é considerada moderada, pois apesar de serem perigosos são recicláveis.		
Produção de Resíduos Sólidos Urbanos		x	x			N	D	1	5	5	NP	Os RSU produzidos são resíduos orgânicos, logo resíduos biodegradáveis. A produção dos mesmos é diária.		
Ar Condicionado (Emissão de substâncias que empobrecem a camada de ozono)	x					E	D	1	5	5	NP	-		
Produção de Efluentes Líquidos do tipo doméstico		x	x			N	D	1	5	5	NP	-		

Nota: OEST N.º 02 (A avaliação dos aspectos ambientais indirectos é feita tendo em conta a frequência com que os fornecedores e subempreiteiros prestam os serviços à OMATAPALO).

ANEXO 3

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL



OMATAPALO

PLANO DE MONITORIZ

Ano:

Tipo	Aspecto Ambiental	Objectivo	Indicador/Fórmula	Meta	Resultado Ano Transacto		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
OPGA n.º01	Consumo de Água	Diminuir o consumo de água (m3)	$\frac{((\Sigma \text{Consumo água mês0} - \Sigma \text{Consumo água mês-1}) / \Sigma \text{Consumo de água mês-1}) * 100}{}$	-2%	35973,9296 (m3)	Valor (m3)					
						Variação					
OEST n.º01	Consumo de Energia (Electricidade + Gasóleo)	Diminuir o consumo de energia	$\frac{((\Sigma \text{Consumo energia mês0} - \Sigma \text{Consumo energia mês-1}) / \Sigma \text{Consumo de energia mês-1}) * 100}{}$	-2%	400,71 (Tep)	Valor (Tep)					
						Variação					
OPGA n.º02	Consumo de gasóleo (Frota Automóvel)	Diminuir o consumo de gasóleo	$\frac{((\Sigma \text{Consumo gasóleo frota mês0} - \Sigma \text{Consumo gasóleo frota mês-1}) / \Sigma \text{Consumo de gasóleo mês-1}) * 100}{}$	-2%	183,97 (Tep)	Valor (Tep)					
						Variação					
OEST n.º02	Ar Condicionado (Emissão de substâncias que empobrecem a camada de ozono (Áreas comuns e Escritório)	Não possuir equipamentos que contenham substâncias que empobrecem a camada de ozono	Número de equipamentos removidos	>=2	2						

OPGA n.º03	Derrames de óleo provenientes dos automóveis/equipamentos (Mecânica)	Prevenir a ocorrência de derrames e caso aconteçam proceder à correcta contenção.	N.º de acidentes ocorridos	<=5 derrames/ano	11						
OEST n.º04	Derrames Colas/Tintas/Diluentes/Óleos/Outros Produtos Químicos	Prevenir a ocorrência de derrames e caso aconteçam proceder à correcta contenção.	Média do N.º de acidentes/obra	<=5 derrames/obra	Não existe						
OEST n.º03	Resíduos	Anomalias corrigidas	N.º anomalias corrigidas /N.º total de anomalias	70%	56%						
OEST n.º 05	Emissões atmosféricas da caldeira da serração	Prevenir a ocorrência das emissões	Aquisição de um filtro para a chaminé da caldeira da serração, com o objectivo de garantir o cumprimento dos requisitos legais relativos às emissões atmosféricas (nomeadamente CO)	100%	Não existe						

Objectivo PGA (OPGA): Objectivos resultantes da avaliação dos Aspectos Ambientais

Objectivo Estratégico (OEST): Objectivos definidos pela empresa, mesmo que cujo aspecto ambiental não seja significativo

VARIAÇÃO CONSUMO DE ÁGUA

VARIAÇÃO CONSUMO DE ENERGIA (ELECTRICIDADE)

PROGRAMA DE GESTÃO DO SIG - AMBIENTE

Nº	Aspecto	Objectivo	Meta	Ações	Recursos	Responsável	Prazo	Evidências	Estado de Implementação	Data de Conclusão
OEST N.º01	Consumo de Energia (Electricidade + Gasóleo)	Diminuir os Consumos de Energia	-2%	Promover acções de formação/sensibilização, dos colaboradores, para as boas práticas associadas ao consumo de energia	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA; TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP04.07)	Em tratamento	
				Substituir gradualmente as lâmpadas com elevados consumos de energia	Recursos Humanos (Dep. Compras e DSA)	DSA	Até final de 2011	-	Em tratamento	
				Visitas periódicas ao estaleiro (pelo menos 1 vez/mês), verificar as fugas e utilizações desnecessárias de energia)	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo	Fichas de Inspeção (IMP04.03) e/ou Relatório Mensal (IMP04.50) e Levantamento de Anomalias (IMP03.14)	Em tratamento	
OPGA N.º01	Consumo de Água	Diminuir os Consumos de água	-2%	Promover acções de formação/sensibilização, dos colaboradores, para as boas práticas associadas ao consumo de água	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA; TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP04.07)	Em tratamento	
				Visitas periódicas ao estaleiro (pelo menos 1 vez/mês), verificar as fugas e utilizações desnecessárias de água)	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo	Fichas de Inspeção (IMP04.03) e/ou Relatório Mensal (IMP04.50) e Levantamento de Anomalias (IMP03.14)	Em tratamento	
OEST N.º02	Ar Condicionado (Emissão de substâncias que empobrecem a camada de ozono)	Não possuir equipamentos que contenham substâncias que empobrecem a camada de ozono	100%	Substituição dos Ar-Condicionados que contenham substâncias que empobrecem a camada de ozono	Recursos Financeiros (A estimar); Recursos Humanos (Tecnico de Instalação)	DSIG; Administração	Até final de 2014	Levantamento de Gases Refrigerantes (IMP03.07)	Em tratamento	
OPGA N.º02	Consumo de gasóleo (Frota Automóvel)	Diminuição do Consumo de Gasóleo	-2%	Promover acções de formação/sensibilização, dos colaboradores, para as boas práticas associadas ao consumo de Gasóleo	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA; TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP02.07)	Em tratamento	
OPGA N.º03	Derrames de óleo provenientes dos automóveis/equipamentos (Mecânica)	Prevenir a ocorrência de derrames e caso aconteçam proceder à correcta contenção.	<= 5 derrames / ano	Comunicação/sensibilização aos colaboradores da obrigatoriedade de conter os derrames e como actuar	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA; TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP02.07)	Em tratamento	
				Visitas periódicas ao estaleiro (pelo menos 1 vez/mês), verificar possíveis ocorrências.	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo (Verificar de 6 em 6 meses)	Registo de Consumos (IMP03.08)	Em tratamento	

PROGRAMA DE GESTÃO DO SIG - AMBIENTE

Nº	Aspecto	Objectivo	Meta	Ações	Recursos	Responsável	Prazo	Evidências	Estado de Implementação	Data de Conclusão
OEST N.º03	Resíduos	Aumento das anomalias corrigidas	70%	Promover acções de formação/sensibilização sobre a correcta triagem de resíduos e seu reencaminhamento	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP02.07)	Em tratamento	
				Visitas periódicas ao estaleiro (pelo menos 1 vez/mês), verificar possíveis situações de inadequada gestão de resíduos.	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo (Verificar de 6 em 6 meses)	Fichas de Inspeção (IMP04.03) e/ou Relatório Mensal (IMP04.50) e Levantamento de Anomalias (IMP03.14)	Em tratamento	
OEST N.º04	Derrames Colas/Tintas/Diluentes/Óleos/Outros Produtos Químicos	Prevenir a ocorrência de derrames e caso aconteçam proceder à correcta contenção.	<=5 derrames / obra	Comunicação/sensibilização aos colaboradores da obrigatoriedade de conter os derrames e como actuar	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA; TSA	Contínuo	Registos de Formação (IMP02.07)	Em tratamento	
				Contabilização da ocorrência de derrames, para a definição de uma meta	Recursos Humanos (Encarregado da UPI)	DSA; TSA e Responsável Mecânica	fevereiro/2012	Registo Ocorrência e Derrames (IMP13.09)	Em tratamento	
				Visitas periódicas ao estaleiro (pelo menos 1 vez/mês), verificar possíveis ocorrências.	Recursos Humanos (DSA e TSA)	DSA;TSA	Contínuo (Verificar de 6 em 6 meses)	Registo de Consumos (IMP03.08)	Em tratamento	

Objectivo PGA (OPGA): Objectivos resultantes da Avaliação dos Aspectos Ambientais

Objectivo Estratégico (OEST): Objectivos definidos pela empresa, mesmo que cujo aspecto ambiental não seja significativo

Elaborado:	Data:	Aprovado por:	Data:
------------	-------	---------------	-------

ANEXO 4

ZONA DE GESTÃO DE RESÍDUOS



OMATAPALO

GESTÃO DE RESÍDUOS

OBRA:	REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S DE PAREDES DE COURA			CÓDIGO:	
DONO DE OBRA:	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA			DATA:	
Resíduo	Código LER	Armazenagem	Quantidade de Recipientes para Armazenagem	Localização	Destinatário
RESÍDUOS DOMÉSTICOS					
Orgânicos	20 01 08	Bidão de plástico	2	Sala comum e Zona da máquina de café	Contentor Municipal
Vidro	20 01 02	Bidão de plástico	2	Sala comum e Zona da máquina de café	Ecoponto na proximidade
Plástico/metal	20 01 39	Bidão de plástico	2	Sala comum e Zona da máquina de café	Ecoponto na proximidade
Papel/Cartão	15 01 01	Bidão de plástico	2	Sala comum e Zona da máquina de café	Ecoponto na proximidade
RESÍDUOS INDUSTRIAIS					
Papel / Cartão	15 01 01	Big-Bag	1	Zona de Armazenamento de Resíduos - Big-Bags fixos a estrutura composta por vigas de madeira, vedação e telheiro.	Empresa de Gestão de Resíduos devidamente autorizada (A definir)
Embalagens / Plástico	17 02 03	Big-Bag	1		
Materiais de construção à base de gesso	17 08 02	Big-Bag	1		
Sacos de cimento/reboco	17 09 04	Big-Bag	1		
Pilhas e Acumuladores	16 06 03 (*) / 16 06 04	Caixa plástico (pilhas) ; Bidão de plástico (acumuladores)	1 para as pilhas / 1 para os acumuladores	Zona de Armazenamento de Resíduos	1º - Estaleiro Central; 2º - Microambiente
Tonners e Tinteiros	08 03 17 (*) / 08 03 18	Caixa plástico	1	Contentor Direcção de Obra	
Lâmpadas	20 01 21 (*)	Caixa plástico	1	Contentor Encarregado	
Vidro	17 02 02	Contentor metálico de capacidade entre 6-10m3	1	Zona de Armazenamento de Resíduos	Empresa de Gestão de Resíduos devidamente autorizada (A definir)
Madeira	17 02 01	Contentor metálico de capacidade entre 6-10m3	1	Zona de Armazenamento de Resíduos	
Ferro / Aço	17 04 05	Contentor metálico de capacidade entre 6-10m3	1	Zona de Armazenamento de Resíduos	
Alumínio	17 04 02				
Cobre, bronze e latão	17 04 01				
Embalagens contaminadas – Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas (resultantes das obras)	17 02 04 (*)	Local devidamente identificado, impermeabilizado com tinas de contenção, ventilado, com vedação de chapa galvanizada ondulada e telheiro.	1	Zona de Armazenamento de Resíduos	Empresa de Gestão de Resíduos devidamente autorizada (A definir)
Embalagens metálicas – Resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas.	17 04 09 (*)		1		
Terra/areia contaminada	17 05 03 (*)		1		
Resíduos resultantes da lavagem de embalagens contaminadas	16 10 01(*)	1			

Mistura de RCD (misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos)	17 01 06 (*)	Zona devidamente delimitada e identificada	1	Zona de Armazenamento de Resíduos
Solos	17 05 04	Zona devidamente delimitada e identificada	1	Zona de Armazenamento de Resíduos
Misturas betuminosas	17 03 01 (*) / 17 03 02	Zona devidamente delimitada e identificada	1	Zona de Armazenamento de Resíduos
Telhas de fibrocimento	16 06 01*	Telhas empilhadas sobre paletes , devidamente filmadas com película plástica	1	Zona de Armazenamento de Resíduos

ANEXO 5

FICHAS DE PREVENÇÃO AMBIENTAL



FICHAS DE PREVENÇÃO

Dono de Obra:	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA
----------------------	-------------------------------

[illegible]



Descritor Ambiental:	RECURSOS HIDRÍCOS
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir o impacto na qualidade das águas superficiais• Optimizar a utilização de recursos hídricos

Medidas de Minimização / Acções

- Antes do início da fase de construção, elaborar um inventário dos elementos de drenagem existentes nas zonas adjacentes às obras.
- Disponibilizar tanques para lavagem de auto betoneiras, bem como para a decantação de bentonites/polímeros;
- Utilizar detergentes e produtos biodegradáveis e de baixa toxicidade aquando da lavagem de máquinas, equipamentos e veículos;
- Efectuar a ligação das águas residuais ao sistema municipal ou, alternativamente, recolha em tanques ou fossas estanques e posteriormente encaminhados para tratamento.
- Incorporar um sistema de drenagem de águas pluviais na área afecta à obra;
- Caso a descarga dos efluentes seja feita no meio hídrico, submeter a tratamento adequado e obtidas as autorizações para descargas de efluentes líquidos;
- A área de tratamento deverá localizar-se próxima das zonas de obra, facilitando a operação de boa drenagem de águas residuais;
- Realizar manutenção periódica e adequada ao sistema, de forma a garantir a sua limpeza e evitar obstruções;
- Proibir a descarga na rede pública de substâncias indesejáveis ou perigosas, tais como óleos, combustíveis e produtos químicos, entre outros.
- Todas as águas contaminadas ou potencialmente contaminadas por substâncias químicas (óxidos, detergentes, tintas, etc.) deverão ser recolhidas, acondicionadas e enviadas para destino final.
- Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afectos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização dos riscos de contaminação das águas.
- A zona de armazenamento de produtos e o parque de estacionamento de viaturas devem ser drenados para uma bacia de retenção, impermeabilizada e isolada da rede de drenagem natural, de forma a evitar que os derrames acidentais de óleos, combustíveis ou outros produtos perigosos contaminem os solos e as águas.



Descritor Ambiental:	AR
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Reduzir o impacto na qualidade do ar• Reduzir as emissões de poeiras e gases resultantes das actividades

Medidas de Minimização / Acções

- As principais emissões para a atmosfera que serão libertadas durante o decorrer dos trabalhos encontram-se associadas às actividades seguintes:
 - Demolições;
 - Remoção e transporte dos produtos resultantes das demolições;
 - Remoção e transporte das terras movimentadas;
 - Funcionamento das máquinas e veículos;
 - Armazenamento de agregados finos;
 - Utilização de produtos químicos voláteis;
 - Combustão de gasóleo pelos veículos e máquinas.
- Delimitação da área afectada à obra recorrendo a vedações para restringir a dispersão de poeiras;
- Seleccionar, sempre que possível, técnicas e processos construtivos que gerem a emissão e dispersão de menos poluentes atmosféricos;
- Utilizar veículos e equipamentos de apoio às obras projectados para evitar e controlar a poluição do ar;
- Garantir a presença em obra unicamente de equipamentos que apresentem homologação nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção;
- Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afectos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização das emissões gasosas;
- Racionalizar a circulação e assegurar a manutenção de veículos e equipamentos de apoio às obras, nomeadamente ao nível das emissões gasosas;
- Conferir cuidados especiais nas operações de carga e descarga de materiais de construção e/ou residuais, nomeadamente através do acondicionamento controlado durante a carga e a adopção de menores alturas de descarga;
- O transporte de e para o estaleiro deve efectuar-se em correctas condições de acondicionamento de forma a minimizar a libertação de poeiras ou outros materiais. As cargas de materiais de construção ou materiais residuais da obra a serem transportadas, especialmente se forem pulverulentos ou do tipo particulado, dever ser bem acondicionadas, cobertas e humidificadas, especialmente em dias secos e ventosos, para evitar a sua queda e o seu espalhamento na via pública.
- Sempre que a travessia de zonas habitadas for inevitável, deverão ser adoptadas velocidades moderadas, de forma a minimizar a emissão de poeiras;
- Acondicionar, cobrir e/ou humidificar, os materiais de construção e residuais de obra, especialmente se forem pulverulentos ou do tipo particulado;
- Assegurar a rega regular e controlada na zona afectada à obra, evitando assim a emissão de poeiras para a atmosfera. Nomeadamente as actividades com elevada produção de poeira, como por exemplo o corte de pedra, demolições de material pulverulento e execução de estacas serão executadas com recurso a aspersão de água e com a devida protecção dos trabalhadores.
- Proceder à compactação do pavimento do estaleiro e acessos não pavimentados, de forma a minimizar o levantamento de poeiras devido à circulação de máquinas e veículos;
- A área afectada à obra e os acessos deverão ser limpos regularmente ou sempre que necessário, especialmente se tiverem sido depositados ou vertidos materiais de construção ou materiais residuais da obra, no sentido de evitar a acumulação e a ressuspensão de poeiras, quer por acção do vento, quer por acção da circulação de equipamentos e veículos de apoio à obra. Em condições adversas e com grande intensidade de circulação de camiões deve ser executado/instalado um sistema de lavagem de rodados, especialmente se a obra se situar em áreas de maior densidade populacional.
- Na limpeza dos arruamentos de acesso, durante o tempo seco deve ser utilizada uma cisterna. Para além da limpeza dos arruamentos este procedimento funcionará como rega do pavimento, evitando o levantamento de poeiras. Em dias húmidos (com chuva) os arruamentos de acesso à obra deverão ser limpos manualmente ou com uma vassoura mecânica. A manutenção dos acessos limpos será da responsabilidade do Encarregado da obra.
- Para minimizar a libertação de compostos voláteis provenientes da utilização de produtos químicos, as respectivas embalagens só permanecerão abertas durante o tempo estritamente necessário à sua utilização, sendo depois devidamente fechadas e guardadas.
- Manter as embalagens de produtos químicos abertas durante o tempo estritamente necessário à sua utilização, sendo depois devidamente fechadas e guardadas.
- Efectuar um correcto manuseamento das embalagens de produtos químicos, de modo a evitar eventuais derrames.

Descritor Ambiental:	RUÍDO E VIBRAÇÕES
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o impacto no ruído, minimizando os aumentos de níveis de ruído associados às obras e à movimentação de equipamentos e viaturas afectas ao Estaleiro; • Minimizar a produção de vibrações.

Medidas de Minimização / Acções
RUÍDO:

- Sempre que se justifique, deve-se realizar uma avaliação/levantamento dos níveis de ruído na zona de implantação do projecto, com medição e registo dos níveis sonoros nos períodos diurno e nocturno;
- Definir um horário de trabalho adequado, e submeter à aprovação da Fiscalização/Dono de Obra. Após a aprovação deverá ser afixado em local visível no Estaleiro;
- Sempre que seja necessário laborar fora do horário diurno de trabalho, deverá ser dado início ao processo de obtenção da Licença Especial de Ruído (ver legislação em vigor);
- Solicitar, nos casos aplicáveis, à entidade licenciadora a emissão da Licença especial de ruído, devendo esta conter a seguinte informação:
 - a) A localização exacta ou o percurso definido para o exercício da actividade;
 - b) A data do início e termo da Licença;
 - c) O horário a autorizar;
 - d) A indicação das medidas de prevenção e redução do ruído provocado pela actividade;
 - e) Outras medidas adequadas;
- No caso da existência da Licença Especial de Ruído, os trabalhos que provoquem níveis de ruído mais elevados deverão ser minimizados durante o período nocturno, fins-de-semana e feriados;
- Programar e coordenar as actividades de construção, especialmente as que geram elevados níveis de ruído, tendo em atenção as funções desenvolvidas nas zonas adjacentes à obra;
- A Fiscalização deverá ser antecipadamente informada da ocorrência de actividades geradoras de elevado ruído, que não poderão de forma alguma ser evitadas.
- Seleccionar técnicas e processos construtivos que gerem menos ruído. A programação e a coordenação das actividades de construção, especialmente as que gerem elevados níveis de ruído, terão em atenção as funções desenvolvidas nas zonas adjacentes à obra.
- Caso se justifique, deverão ser efectuadas medições e registo dos níveis sonoros durante a realização de trabalhos particularmente ruidosos;
- Deverá ser garantida a presença em obra unicamente de equipamentos que apresentem homologação acústica nos termos da legislação aplicável e que se encontrem em bom estado de conservação/manutenção;
- Deverão ser utilizados veículos e máquinas de apoio às obras, projectados para evitar e controlar a geração de ruído, sendo efectuadas as manutenções e revisões periódica dos mesmos;
- Organizar os veículos e equipamentos, de modo a reduzir na fonte a geração de ruído, e garantir o maior afastamento possível das fachadas dos edifícios localizados nas zonas adjacentes às obras;
- Isolar acusticamente, sempre que possível, os equipamentos que se possam revelar fontes significativas de emissão sonora;
- Limitar a velocidade de circulação de veículos, nas principais vias afectadas pelas obras;
- Implantar tapumes que evitem a propagação de ruído para a zona exterior à obra, sobretudo nas zonas de maior sensibilidade;
- A população residente e existente na envolvente, deverá ser informada da ocorrência de actividades geradoras de elevado ruído.

VIBRAÇÕES:

- A população residente e existente nas zonas adjacentes à obra, deverá ser sensibilizada para a eventual ocorrência de vibrações. As vibrações produzidas são consideradas sensíveis, ou seja, não são excessivas logo não são perigosas para a estabilidade das construções nem para os seus revestimentos (uma vibração com uma velocidade eficaz de 0,1mm/s pode ser sensível, mas só acima de 5mm/s poderá originar danos nos revestimentos de prédios antigos).
- Programar e coordenar as actividades de construção que gerem vibrações, tendo em conta as actividades desenvolvidas nas zonas adjacentes à obra;
- Introduzir, sempre que necessário, medidas de protecção suplementares de minimização das vibrações.
- Racionalizar a circulação de veículos e de equipamentos de apoio à obra.
- Utilizar equipamentos de apoio à obra com potências de trabalho adequadas, de modo a evitar a geração de vibrações excessivas.
- Todos os veículos e equipamentos de apoio à obra, deverão estar organizados de forma a reduzir, na fonte, a geração de vibrações e a garantir o maior afastamento possível das fachadas dos edifícios localizados na zonas adjacentes à obra.
- Sempre que possível, veículos e equipamentos de apoio à obra deverão estar projectados para evitar e controlar a geração de vibrações.
- Seleccionar, sempre que possível, técnicas e processos construtivos que gerem menos vibrações;
- A definição do horário de trabalho, deverá considerar a frequência de actividades de construção que gerem elevadas vibrações (por exemplo, circulação de veículos pesados de apoio à obra, trabalhos que recorram à utilização de equipamentos de apoio à obra geradores de elevadas vibrações) apenas no período diurno e nos dias úteis.
- Cumprimento das normas legais relativamente às vibrações resultantes da utilização de equipamentos de apoio à obra.



Descritor Ambiental:	RESÍDUOS
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Efectuar uma correcta gestão de resíduos.

Medidas de Minimização / Acções**RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO:**

- Preparação dos terrenos (de forma a evitar a contaminação dos solos devido a escorrências dos contentores com resíduos contaminantes);
- Selecção dos contentores a colocar (em função da classe, tamanho e peso do resíduo considerado);
- Definição de zonas fixas de depósito temporário de resíduos (junto ao estaleiro principal), devidamente delimitadas e identificadas;
- Sempre que possível dar-se-á prioridade à valorização dos resíduos, em detrimento de operações de eliminação;
- A triagem dos resíduos produzidos deverá efectuar-se preferencialmente no local de produção do resíduo, de forma a evitar o contacto com outros resíduos de diferentes tipologias;
- Após a triagem dos materiais, estes deverão ser acondicionados e armazenados temporariamente em boas condições, de modo a que não ocorra degradação, nem mistura de resíduos de natureza distinta;
- Sempre que possível, os resíduos resultantes das actividades de execução da empreitada, são reutilizados na própria obra, ou em outra obra;
- Todos os transportes de resíduos são acompanhados da respectiva Guia de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição (GARCD);
- Quando os contentores atingirem a sua capacidade total, dever-se-á proceder à sua recolha imediata e transporte para o destinatário;
- Selecção de entidades gestoras de resíduos e respectivos transportadores com autorização para efectuarem gestão de resíduos e transporte de resíduos respectivamente de acordo com a legislação em vigor;
- O transporte dos resíduos sólidos pode ser efectuado a granel, em veículo de caixa fechada ou aberta, desde que a carga seja devidamente coberta;
- Definição previa dos locais de deposição de terras e outros materiais residuais das obras, bem como os percursos entre estes e o estaleiro;
- O transporte dos resíduos sólidos pode ser efectuado a granel, em veículo de caixa fechada ou aberta, desde que a carga seja devidamente coberta;
- Deverão definir-se previamente os locais de deposição de terras e outros materiais residuais das obras, bem como os percursos entre estes e o estaleiro.
- Definir/Actualizar o Plano de Prevenção de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (MODELO).

ÓLEOS USADOS/SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS:

- A armazenagem de resíduos perigosos/óleos usados deverá ser numa zona pavimentada, coberta, provida de sistema de contenção de derrames (que deverão ser encaminhadas para destino final adequado) e ter acesso condicionado;
- Os óleos usados de veículos e maquinaria afecta à obra devem ser recolhidos separadamente para contentores estanques amovíveis e armazenados separadamente, evitando misturas com águas ou resíduos não oleosos;
- No caso de ocorrer um derrame de óleo ou combustíveis, deverá ser realizada de imediato a limpeza da zona, recorrendo a produtos absorventes;
- Os produtos derramados e os utilizados para a recolha dos derrames deverão ser posteriormente tratados como resíduos;
- Os resíduos que resultem da contenção de eventuais derrames deverão ser acondicionados em embalagem estanque e fechada por um período máximo de 3 meses, e posteriormente enviados para operador licenciado.

MANUTENÇÃO:

- Deverá definir-se, no interior do estaleiro, uma zona de manutenção e abastecimento de viaturas e maquinarias, impermeabilizada e com um sistema de drenagem e captação de escorrências bem como uma bacia de retenção amovível para mudanças de óleos;

RESÍDUOS DOMÉSTICOS:

- Os resíduos domésticos produzidos nos estaleiros ou áreas afectas à obra, deverão ser depositados em contentores apropriados para separação selectiva de resíduos domésticos;
- Os resíduos domésticos são essencialmente resíduos associados às instalações administrativas do estaleiro da obra, temos a considerar sobretudo embalagens de água, refrigerantes e papel. Sempre que possível, estes resíduos serão segregados, afim de serem depositados no Ecoponto municipal mais próximo ou nos contentores localizados no Estaleiro da Obra fornecidos pela Câmara Municipal da zona.
- Os contentores/recipientes destinados à colocação de resíduos domésticos deverão estar devidamente identificados.



Descritor Ambiental:	OCUPAÇÃO E USO DE SOLO
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Minimizar a afectação e alteração, temporária e definitiva, dos usos do solo nas zonas adjacentes às obras;• Reduzir a compactação dos solos e otimizar os percursos existentes;• Recolonizar rapidamente com os menores custos possíveis.
Medidas de Minimização / Acções	
<ul style="list-style-type: none">• Vedar as zonas afectas às obras, de acordo com a legislação aplicável;• Reduzir, o quanto possível, as zonas afectas às obras para acessos temporários e todas as actividades de construção, atendendo às condicionantes da zona;• Identificar e definir os esquemas de desvios de serviços e ocupações do subsolo, assegurando o seu funcionamento e manutenção;• Os trabalhos de escavações e aterros devem ser iniciados logo que os solos estejam limpos, evitando repetição de acções sobre as mesmas áreas;• Os trabalhos que envolvam escavações a céu aberto e movimentação de terras deverão ser executados de forma a minimizar a exposição dos solos nos períodos de maior pluviosidade, de modo a diminuir a erosão hídrica e o transporte sólido;• A execução de escavações e aterros deve ser interrompida em períodos de elevada pluviosidade e devem ser tomadas as devidas precauções para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar o respectivo deslizamento;• Os solos sobrantes das acções de escavação deverão ser protegidos e disponibilizados, para utilização noutros locais que não disponham de solos de boa qualidade;• Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afectos à obra, de forma a manter as condições de funcionamento e assim a minimização dos riscos de contaminação dos solos;• Os produtos de escavação que não possam ser aproveitados, ou em excesso, devem ser armazenados em locais com características adequadas para depósito;• Deverá ser prevista uma área impermeabilizada, destinada à execução das operações de abastecimento de combustível, limpeza e manutenção de equipamento;• Caso existam materiais de escavação com vestígios de contaminação, antes do encaminhamento para destino final adequado, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais;• Durante o armazenamento temporário de terras, deve efectuar-se a sua protecção com coberturas impermeáveis. As pilhas de terras devem ter uma altura que garanta a sua estabilidade;• Caso existam materiais de escavação com vestígios de contaminação, antes do encaminhamento para destino final adequado, estes devem ser armazenados em locais que evitem a contaminação dos solos e das águas subterrâneas, por infiltração ou escoamento das águas pluviais;• Durante o armazenamento temporário de terras, deve efectuar-se a sua protecção com coberturas impermeáveis. As pilhas de terras devem ter uma altura que garanta a sua estabilidade;• Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra. Caso seja necessário proceder à abertura de novos acessos ou à melhoria dos acessos existentes, deverá estar prevista em obra a redução ao mínimo das alterações na ocupação do solo fora das zonas que posteriormente ficarão ocupadas pelo acesso;• Implementar um sistema de lavagem permanente de rodados dos veículos de apoio, à saída das zonas afectas à obra;• Garantir a limpeza regular dos acessos e da área afectada à obra, de forma a evitar a acumulação e ressuspensão de poeiras, quer por acção do vento, quer por acção da circulação de veículos e de equipamentos de obra;• Os camiões de transporte de terras para vazadouro devem estar munidos de toldo de cobertura para evitar a queda de terra durante o percurso;• Caso se aplique, definir um plano de circulação que identifique os desvios de trânsito e as alterações na circulação rodoviária e pedestre, e submetê-lo à Fiscalização;• Construir passadiços para peões em ruas cujos pavimentos tenham sido afectados;• Após o término da obra deverá ser removido todo o material e equipamento, efectuar a recuperação paisagística das áreas utilizadas para estaleiro, recuperação dos solos após a construção (repondo no mínimo as características iniciais do solo, através de medidas de descompactação e arejamento dos mesmos e/ou eventual cobertura com terra arável) e repor, ou substituir adequadamente, as infra-estruturas e serviços existentes nas zonas adjacentes à obra.	



Descritor Ambiental:	SOCIOECONÓMICA
-----------------------------	-----------------------

Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Minimizar a afectação á população
--------------------	---

Medidas de Minimização / Acções
--

- Deverão criar-se esquemas alternativos de circulação da população, implementando a necessária sinalização, evitando o tráfego de veículos pesados nas horas mais críticas e limitando a velocidade de circulação dos veículos afectos às obras;
- Deverá ser colocada vedação e sinalização adequada nas zonas de obra;
- Deverá ser assegurada a continuidade dos pavimentos nos acessos localizados na zona de obras;
- Deverá ser assegurada uma boa iluminação nas zonas envolventes à obra;
- Deve ser previsto um sistema de limpeza dos rodados dos camiões de transporte de terras;
- Os camiões de transporte de terras para vazadouro devem estar munidos de toldo de cobertura para evitar a queda de terra durante o percurso;
- Caso as medidas referidas anteriormente se mostrem insuficientes para minorar o impacte da execução dos trabalhos na limpeza dos arruamentos, devem ser previstas medidas correctivas para regularizar a situação.



Descritor Ambiental:	FAUNA E FLORA
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Minimizar a afectação de espécies faunísticas e arbóreas, existentes nos locais de obra;• Preservar agrupamentos vegetais.

Medidas de Minimização / Acções

- Efectuar um levantamento dos elementos arbóreos de interesse existentes na zona de implantação do projecto e nas zonas verdes eventualmente afectadas.
- O levantamento deverá contemplar a exacta implantação de cada exemplar arbóreo e eventualmente discriminar as suas principais características, tais como a conformação do tronco, altura de inserção da copa, diâmetro da copa e estado fitossanitário.
- Definir as operações a ser executadas, nomeadamente abate, transplante (com definição do local de transplante), armazenamento (com definição do local de armazenamento), conservação e protecção (com definição das medidas de protecção).
- Adoptar medidas que visem preservar e minimizar a afectação total ou parcial de elementos arbóreos de interesse existentes na área afectada à obra, nomeadamente com a delimitação de uma faixa vedada na sua envolvente e a interdição de qualquer actividade de construção dentro dessa mesma faixa.
- Todas as espécies florísticas classificadas como espécies protegidas, de acordo com a legislação em vigor, tais como sobreiros e/ou azinheiras, carecem de autorização prévia para abate emitida pela Direcção Geral de Florestas ou a Direcção Regional de Agricultura consoante o número e características dos exemplares a abater.
- O pedido de autorização para abate é elaborado de acordo com a legislação em vigor e pode ser autorizado nos seguintes casos:
 - a) Em desbaste, sempre com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado pela Direcção-Geral das Florestas;
 - b) Em cortes de conversão em empreendimentos de imprescindível utilidade pública e empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local;
 - c) Por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem.
- Antes dos trabalhos de movimentação de terras, proceder à decapagem da terra viva e ao seu armazenamento em pargas, para posterior reutilização em áreas afectadas pela obra.
- Em qualquer circunstância de corte ou arranque de sobreiros e/ou azinheiras é obrigatória a prévia cintagem das árvores a abater com tinta indelével e de forma visível.
- A biomassa vegetal e outros resíduos resultantes destas actividades devem ser removidos e devidamente encaminhados para destino final, privilegiando-se a sua reutilização.
- Após o término das obras deverá garantir-se a remoção dos resíduos da obra e limpeza do local, de forma a permitir uma rápida recuperação e/ou colonização da área afectada;
- Os trabalhos de recuperação dos habitats deverão ocorrer após o término das obras;



Descritor Ambiental:	ENERGIA
-----------------------------	----------------

Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição dos consumos de energia
--------------------	--

Medidas de Minimização / Acções
--

Para poupar o Gasóleo dos automóveis é aconselhado:

- Ter em atenção a manutenção dos veículos, não deixar passar as datas previstas para fazer revisões e inspecções, mudanças de óleo, entre outros, para que esteja sempre afinado;
- Ter em atenção aos pneus, trocar sempre que necessário e manter sempre com a pressão aconselhada pela marca, pois irá reflectir-se no consumo de combustível do veículo.
- Antes de iniciar a viagem, é aconselhado ligar o automóvel uns momentos antes para que o motor possa aquecer, seguindo então a viagem mas inicialmente com acelerações suaves, evitando o seu funcionamento a frio que gera um maior consumo de combustível.
- Para poupar o motor e ao mesmo tempo combustível conduzir em rotações baixas (conduzir devagar), em grande parte dos carros até às três mil rotações são consideradas baixas rotações, isto claro dependerá do carro.
- O ar condicionado é uma fonte de grande gasto de combustível, sempre que possível é aconselhado abrir as janelas.

Sempre que possível:

- Desligar as luzes e aparelhos quando não estão a ser utilizados, utilizar lâmpadas de baixo consumo.
- Utilizar baterias recarregáveis em vez das descartáveis.
- Para economizar energia sob a forma de aquecimento, isolar melhor o edifício, por exemplo, evitar janelas e portas abertas.
- Evite a utilização de aquecedores com a resistência eléctrica à vista: o seu consumo é muito elevado e secam demasiado ao ar.
- Utilizar, sempre que possível, luz natural.
- Utilizar os aparelhos eléctricos com moderação, desligar quando não estão a ser utilizados.



Descritor Ambiental:	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Evitar a ocorrência de derrames;• Prevenir a Poluição.

Medidas de Minimização / Acções

- Sempre que possível evitar a ocorrência de derrames;
- Substituir as substâncias perigosas por outras menos perigosas;
- Efectuar as trasfegas de substâncias sobre superfícies impermeáveis;
- Ao transferir uma substância de um recipiente para outro, deverá ser colocado o rótulo correspondente;
- O rótulo deverá conter as seguintes informações:
 - Nome do produto;
 - Concentração;
 - Símbolos da classe;
 - Cuidados;
 - Data de validade;
- Sempre que não estão a ser utilizados, os recipientes deverão manter-se fechados;
- As Fichas de Dados de Segurança deverão estar disponíveis junto dos produtos.
- As substâncias deverão ser armazenadas por classes de perigosidade;
- O armazenamento as substâncias perigosas deverá considerar o estado de limpeza do local (sem a presença de material combustível ou inflamável);
- O local de armazenamento deverá ser ventilado e protegido das intempéries, incidência dos raios solares e água, longe de habitações e de qualquer fonte de ignição e calor que não esteja sob controlo;
- O armazenamento deverá ser limitados em volume e no tempo;
- Caso as substâncias químicas sejam óleos ou tintas deverão ser armazenados sobre bacias de retenção devidamente dimensionadas;
- O local de armazenamento de produtos perigosos deve possuir uma correcta sinalização, e dispor de EPI e EPC;
- Não deverão ser armazenadas cargas perigosas em embalagens inadequadas ou danificadas;
- Deverá ser realizada vigilância e inspeção periódica das condições de armazenamento.

EM CASO DE DERRAME:

- Comunicar imediatamente ao superior hierárquico sobre a ocorrência.
- Localizar a proveniência do derrame e tentar evitá-lo fechando as válvulas necessárias;
- Desligar ou impedir de ligar todo e qualquer motor de combustão e equipamentos eléctricos nas instalações;
- Identificar a substância derramada;
- Consulta a respectiva Fichas de Dados de Segurança;
- Garantir que o pessoal envolvido na operação de contenção do derrame está protegido com os devidos EPI, nomeadamente luvas, máscaras, óculos, etc.
- Tomar medidas para evitar o alastramento imediato do derrame, nomeadamente através da trasfega de embalagens danificadas e do reposicionamento das embalagens tombadas;
- Evitar a propagação do produto derramado, utilizando desperdícios e/ou areia e proceder à remoção de acordo com a Ficha de Dados de Segurança.
- Não utilizar serradura ou outro produto absorvente de combustível;
- Nunca utilizar água;
- O material contaminado será recolhido e acondicionado nos recipientes identificados para o efeito;
- Se necessário, remover o material contaminado com o auxílio de pás e sacos plásticos;
- Enquanto a operação de contenção de derrame ocorrer é estritamente proibido fumar, comer e beber na área contaminada;
- O Encarregado deverá preencher o registo de ocorrência (IMP42.52) e o Registo de Derrames (IMP03.10);
- A ocorrência deverá ser comunicada ao TSA;
- Em caso de derrame para o exterior contactar a Protecção Civil e os Bombeiros Municipais da zona;
- Os resíduos decorrentes da contenção do derrame são geridos de acordo com a Gestão de Resíduos implementada pela empresa.

ANEXO 6

ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO

**OMATAPALO**Obra: Reabilitação da Escola EB 2,3/S de Paredes de Coura Cód.: _____Dono de Obra: MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA**PLANO DE FORMAÇÃO/INFORMAÇÃO**

Tema	N.º de Ações	Tempo de Duração	Destinatários	Local da Ação	Data Prevista	Conteúdo Programático
1. Regras do Estaleiro	A definir	10 minutos	Todos os trabalhadores	Frente de obra	Início dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none">▶ Acolhimento;▶ Regras de cumprimento obrigatório no interior do Estaleiro;▶ Organização do Estaleiro
2. Identificação de Perigos, Avaliação de Riscos e Medidas Preventivas	A definir	10 minutos	Todos os trabalhadores	Frente de obra	Início dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none">▶ Identificação de Perigos, Avaliação de Riscos e Medidas Preventivas inerentes aos trabalhos a executar
3. Álcool nos Locais de Trabalho	A definir	5 minutos	Todos os trabalhadores	Frente de obra	Início dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none">▶ O álcool e o trabalho;▶ Sanção disciplinar
4. Plano de Emergência	A definir	10 minutos	Todos os trabalhadores	Frente de obra	Início dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none">▶ Existência do Plano de Emergência,▶ Potenciais situações de emergência;▶ Equipa de resposta;▶ Modos de actuação;▶ Números de contacto
5. Sensibilização Ambiental	A definir	15 minutos	Todos os trabalhadores	Frente de obra	Início dos trabalhos	<ul style="list-style-type: none">▶ Redução dos consumos de água, electricidade e gasóleo;▶ Correcta separação e gestão de resíduos;▶ Limpeza da obra;▶ Potenciais situações de emergência ambiental e modos de actuação;▶ Modos de minimização do ruído ambiental.






ANEXO 7

PLANO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE ACIDENTE/DOENÇA

- Chamar os serviços de emergência – 112;
- Prestar os primeiros-socorros, caso esteja habilitado para isso;
- Deixar a vítima como está, sem a deslocar a não ser que corra risco maior;
- Impedir os curiosos à volta do acidentado;
- Impedir que lhe seja dado de beber; Tapar a vítima com um agasalho;
- Acalmar a vítima;
- Estancar qualquer hemorragia
- Tratando-se de electrocussão, não tocar na vítima mas cortar imediatamente a corrente eléctrica;
- Isolar a área do acidente.

Assistência Rápida Em Caso de Inconsciência:

				
1. Ligue o 112	2. Levante o queixo e incline a cabeça para trás. Verifique sinais de respiração	3. Posicione as mãos no meio do peito e comprima o tórax 3 a 4 cm, 30 vezes	CONTINUE COM 30 COMPRESSÕES E 2 INSUFLAÇÕES ATÉ QUE A AJUDA CHEGUE	

EM CASO DE INCÊNDIO

- Manter a serenidade;
- Alertar os Bombeiros;
- Dar o alarme;
- Evacuar as pessoas em risco (esta operação é prioritária, só depois se inicia o combate ao incêndio);
- Iniciar o combate ao incêndio, sem risco pessoal, utilizando os meios disponíveis. Retirar os materiais combustíveis do alcance do fogo e proceder ao corte da alimentação de combustíveis e energia eléctrica.
- Caso verifique que os meios disponíveis são insuficientes para o combate às chamas, abandonar o local; Se as vias de evacuação estiverem invadidas pelo fumo, baixe-se, caminhe nessa posição e coloque um lenço molhado nas vias respiratórias;
- Auxiliar os Bombeiros no acesso ao local e prestar colaboração no combate ao incêndio, se solicitado;
- Os resíduos resultantes do incêndio serão acondicionados em local apropriado e reencaminhados para destino final.

EM CASO DE INUNDAÇÃO

- Manter a serenidade;
- Dar o alarme;
- Alertar os Bombeiros;
- Evacuar as pessoas em risco (esta operação é prioritária, só depois se inicia o combate à inundação);
- Desligar água, electricidade e gás;
- Não vá, só por curiosidade, aos locais mais atingidos;
- Afaste-se das zonas inundadas para não ser arrastado pela corrente;
- Não toque em cabos eléctricos caídos. Pode ficar electrocutado;
- Procure abrigo em locais altos;
- Respeite as indicações que lhe forem dadas;
- Os resíduos resultantes da inundação serão acondicionados em local apropriado para posterior reencaminhamento para destino final.

PLANO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE DERRAME

- Localizar a proveniência do derrame e tentar evitá-lo fechando as válvulas necessárias;
- Desligar ou impedir de ligar todo e qualquer motor de combustão e equipamentos eléctricos nas instalações;
- Ter em atenção o que está descrito nas Fichas de Segurança do respectivo produto derramado;
- pessoal envolvido terá que estar protegido com os devidos EPI, nomeadamente luvas, máscaras, óculos, etc;
- Tomar medidas para evitar o alastramento imediato do derrame, nomeadamente através da trasfega de embalagens danificadas e do reposicionamento das embalagens tombadas;
- Conter o derrame, removendo o produto utilizando para isso areia ou outro material absorvente;

1º



2º



3º



4º



- Não utilizar serradura ou outro produto absorvente de combustível;
- Nunca utilizar água;
- material contaminado será recolhido e acondicionado em contentores identificados para o efeito;
- Enquanto a operação de contenção de derrame ocorrer é estritamente proibido fumar, comer e beber na área contaminada;
- Em caso de derrame para o exterior contactar a Protecção Civil e os Bombeiros Municipais da zona.

EVACUAÇÃO DO ESTALEIRO

Se for ordenada a evacuação do estaleiro:

- Siga as instruções do Encarregado;
- Dirija-se para o Ponto de Encontro assinalado na Planta de Emergência e Evacuação;
- Permaneça no Ponto de Encontro, até receber ordens em contrário. O Encarregado procederá à contagem dos efectivos.






PLANTA DE EMERGÊNCIA E EVACUAÇÃO









- Consulte a Planta de Emergência e Evacuação na vitrina de afixação;
- Intei-re-se das vias de evacuação, localização de saídas, pontos de reunião, meios e recursos existentes no socorro a feridos e combate a incêndios.

AVISE IMEDIATAMENTE

SÓ ESTAS PESSOAS ESTÃO AUTORIZADOS A PRESTAR DECLARAÇÕES!

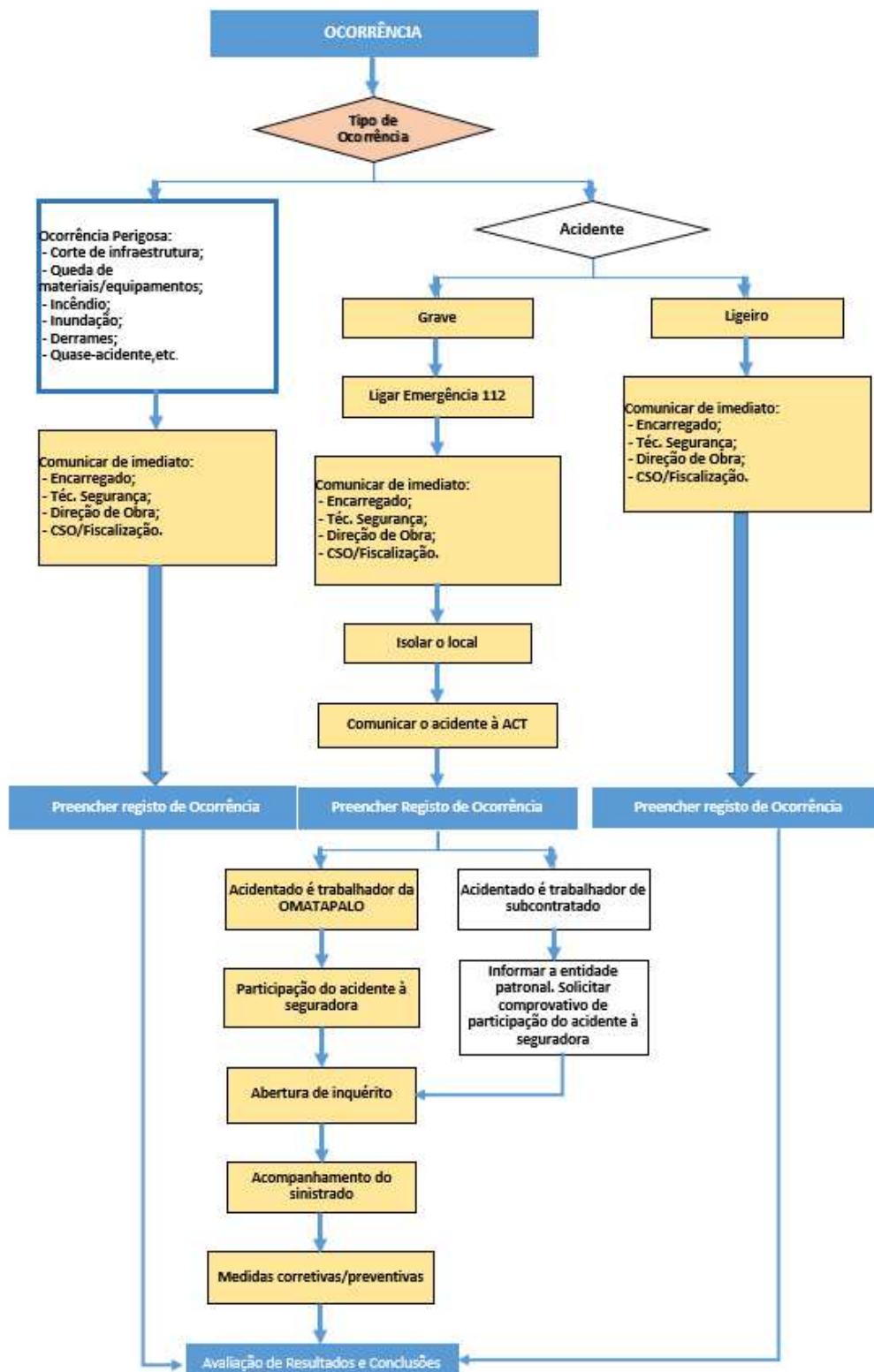
PLANO DE EMERGÊNCIA

NÚMERO EUROPEU DE SOCORRO		
	112	
	HOSPITAIS	
	BOMBEIROS	
	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	

PROTECÇÃO DA FLORESTA		
117		
	INTOXICAÇÕES	
	808 250 143	
	CENTROS DE SAÚDE	
	FARMÁCIAS	
	Electricidade	800 506 506
	Gás	800 272 020
	Água/Esgotos	
		

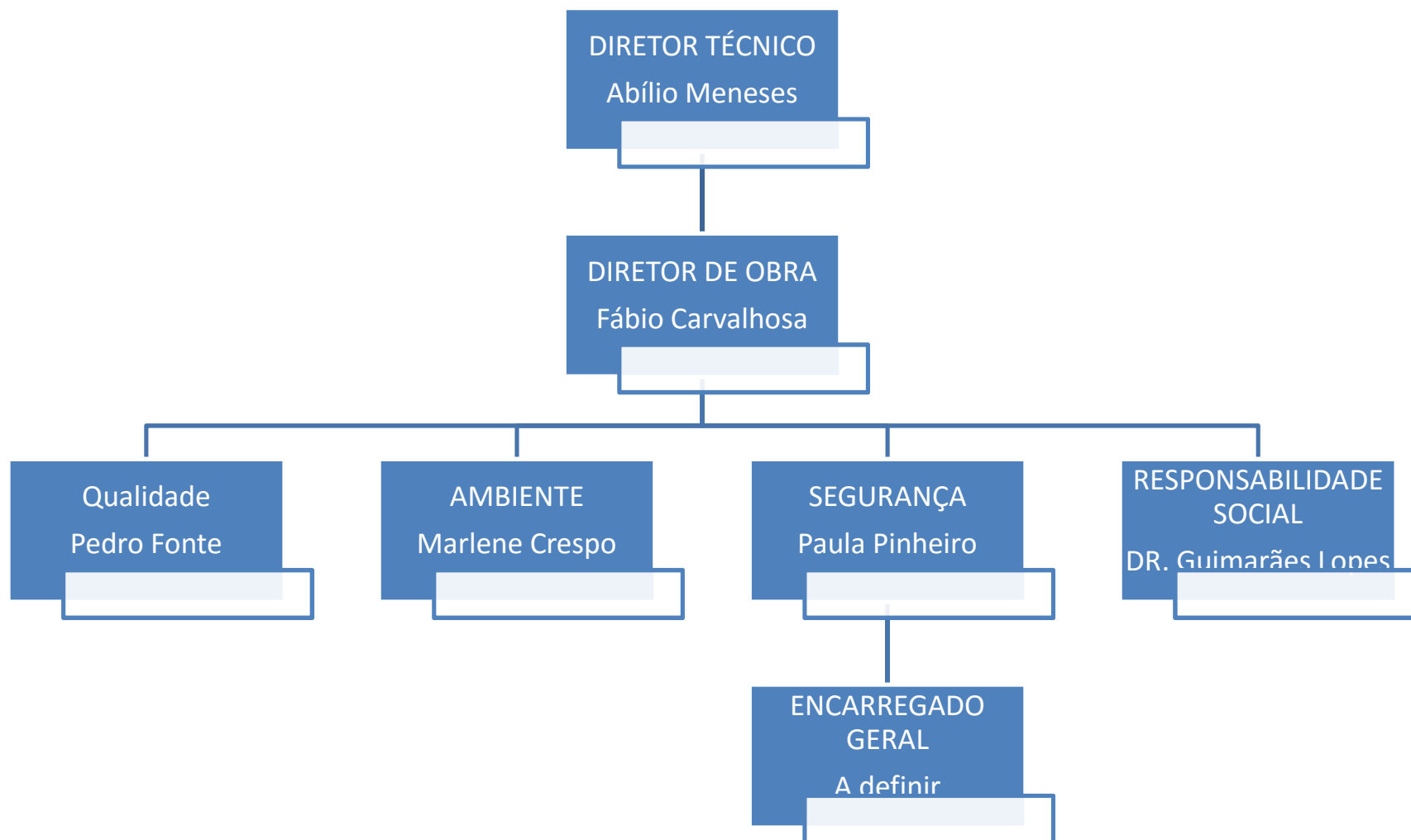
ANEXO 8

GESTÃO DE OCORRÊNCIAS



ANEXO 9

ORGANOGRAMA DE EMPREITADA



ANEXO 10

IMPRESSOS



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]



OMATAPALO

Versão:	
Data:	
Realizada por:	

LISTA DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL - AMBIENTE

[illegible]

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AMBIENTAIS 02

OBRA:		CÓDIGO OBRA:	
DONO DE OBRA:		DATA:	
ATIVIDADE:			

Aspecto Ambiental	Impacte Ambiental					Cond. (N/A/E)	D / I	Gravidade das Consequências	Probabilidade /Frequência de Ocorrência	Classificação	Hierarquização	Observações/Medidas Estabelecidas/ Tipo de Controlo Operacional
	Poliuição Atmosférica	Poliuição Aquática	Contaminação Solo	Depleção Recursos Naturais	Poliuição Sonora							
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		
										0		

--

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção

Obra:	
Dono de Obra:	

I. Dados Gerais da Entidade Responsável Pela Obra

Nome:		Morada:	
Concelho:		Cód. Postal:	
Telefone:		NIPC:	
Fax:		CAE Principal Rev3:	
E-Mail:			

II - Dados Gerais da Obra

Tipo de Obra:	
Código do CPV:	Não Aplicável
Nº de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):	Não Aplicável
Identificação do local de implantação:	Não Aplicável

III. Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

1. Caracterização da obra

a) Caracterização sumária da obra a efectuar:
b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no artº 2º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março:

2. Incorporação de reciclados

a) Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD:

Origem	Utilizações possíveis

b) Reciclados de RCD Integrados na Obra

Identificação dos Reciclados	Quantidade Integrada na Obra (t ou m³)	Quantidade Integrada Relativamente ao Total de Materiais Usados (%)
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
Valor Total	0	0,00%

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção

Obra:	
Dono de Obra:	

3. Prevenção de resíduos

a) Metodologia de prevenção de RCD:

b) Materiais a reutilizar em obra:

Identificação dos Materiais	Quantidade a Reutilizar (t ou m ³)	Quantidade a Reutilizar Relativamente ao Total de Materiais Usados (%)
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
		0,00%
Valor Total	0	0,00%

4. Acondicionamento e triagem

a) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afecto à mesma:

b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade:

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção

Obra:

0

Dono de Obra:

0

5. Produção de RCD								Data de saída de obra	N.º da Guia	Transportador	Destinatário	Data de recepção de certificado de RCD
Código LER	Quantidades produzidas (t ou m³)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação de reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação					
Total	0											

III 2. a)

Descrever por exemplo se têm que ter certificação ou não. **(VER ESPECIFICAÇÕES DO LNEC)**

Produzir betões/argamassas/ muros/ bases e sub-bases com incorporação crescente de agregados grossos reciclados.

Produzir betões com incorporação crescente de agregados finos reciclados de betão compensada, para manter o nível de trabalhabilidade, o teor em cimento e a curva granulométrica, pelo aumento da relação água/cimento efectiva

III 2. a)

BETÃO PARA RECICLAGEM	
Origem	Utilizações Possíveis
Betão de demolições	Material de aterro, base de enchimento para valas de tubagens e pisos térreos de edifícios.
Betão triturado e crivado com poucas ou nenhuma impurezas	Sub-base na construção de estradas, agregado reciclado para o fabrico de betão e base de enchimento para sistemas de drenagem.
Betão triturado e crivado, limpo de impurezas e com menos de 5 % de tijolo	Construção de estradas, produção de betão, material de aterro estrutural e base de enchimento para valas de tubagem)
ALVENARIAS RECICLÁVEIS	
Origem	Utilizações Possíveis
Alvenaria de pedra	Reutilização directa, conservação e restauro
Tijolos	Agregados para betão, agregados para a produção de peças pré-fabricadas em betão, agregados para tijolos de silicato de cálcio, material de enchimento para estradas para estabilização de caminhos rurais, revestimentos de campos de ténis.
Azulejos	Ornamento quando intactos, material de enchimento quando triturados.
Tijolos e blocos inteiros	Reutilização
Alvenarias britadas	Aplicações idênticas às de betão com diferenças agregados de betão, agregados para betão asfáltico (betume) e nas sub-bases de estradas.
PAVIMENTOS	
Origem	Utilizações Possíveis
Asfálticos	Construção e manutenção de estradas como pavimento asfáltico ou agregados para bases e sub- bases, agregados para bermas e camadas drenantes e em pavimentos estabilizados.
De betão	Construção e reabilitação de estradas como agregados de betão, agregados em pavimentos asfálticos, material para bases de taludes e agregados não ligados para bases de estradas.
METAIS	
Origem	Utilizações Possíveis
Aparas de ferros, demolições	Aço e ferro – reutilização directa
	Alumínio – sucata e fabrico de novos elementos

MADEIRA	
Origem	Utilizações Possíveis
Escombros de cofragem e carpintaria de limpos... Demolições, renovações.	Mobiliário
	Soalhos, portas caixilhos de janelas
	Estacas para plantas
	Reparação de edifícios rurais
	Camas para animais, na forma de aparas e serradura
	Material de enchimento para correcção de taludes
	Incineração com recuperação de calor
	Pirólise
	Compostagem
	Produção de combustível derivado de refugos (CDR)
SOLOS	
Origem	Utilizações Possíveis
Escavação	Terra arável
	Aterros de estradas
	Integração paisagística (minas e pedreiras)
	Acerto topográfico
VIDRO	
Origem	Utilizações Possíveis
Demolição. Renovação	Reutilização (difícil pratica)
	Construção de estradas
	Fabrico de novo vidro

PAPEL E CARTÃO	
Origem	Utilizações Possíveis
Embalagens	Produção de cartão
	Combustível para incineração
	Isolamentos com celulose
	Reciclagem pouco viável
PLÁSTICOS	
Origem	Utilizações Possíveis
Embalagens	Incineração com recuperação energética
	Reciclagem por processamento mecânico (nem todos os plásticos)
	Reciclagem de fontes energéticas (petróleo bruto e gás sintéticos)
MATERIAIS DE ISOLAMENTO	
Origem	Utilizações Possíveis
	Pirólise
	Moldagem de tijolos artificiais
	Espalhamento sobre o produto não curado após separação da espuma em fibras simples
	Incineração

III 3. a)

3. Prevenção de resíduos

a) Metodologia de prevenção de RCD:

O primeiro passo para uma correcta gestão de resíduos é o desenvolvimento de esforços que minimizem a sua produção e que diminuam a sua perigosidade (utilizar materiais que não originem RCD perigosos). A redução de resíduos causados pela demolição de edifícios depende:

Do prolongamento da vida útil dos edifícios e dos seus componentes, que depende tanto da tecnologia de projecto quanto de materiais.

Da tecnologia de projecto e demolição ou desmontagem que permita a reutilização dos componentes. Neste sentido serão utilizadas tecnologias de demolição que permitam a futura reutilização dos materiais. A geração de resíduos durante a fase de construção é fruto das perdas dos processos construtivos. Parte das perdas do processo permanecem incorporadas nas construções, na forma de componentes, cujas dimensões finais são superiores àquelas projectadas. Este é o caso das argamassas de revestimento, concretos, etc. Outra parcela converte-se em resíduos de construção. É possível diminuir estas perdas e da quantidade de resíduos de construção, através das metodologias abaixo descritas, e que serão contempladas ao longo da execução da presente obra.

Aperfeiçoamento de projectos.

Evitar comprar materiais em excesso, diminuir quantidades em stock.

Utilizar materiais reciclados.

Reutilizar os próprios resíduos gerados em obra na execução de novas estruturas em que a sua utilização seja possível, sem colocar em causa a qualidade de execução.

Seleção adequada de materiais. Estudar a compra de materiais alternativos de menor perigosidade, (definir critérios de compra a exigir aos nossos empreiteiros, por exemplo – com rotulo ecológico, ...)

Exigir embalagens recicláveis/reutilizáveis na compra dos materiais.

Introduzir uma componente ambiental nos procedimentos de inspecção na recepção de matérias-primas.

Formar os recursos humanos, nomeadamente no que concerne à correcta separação de resíduos. Etiquetar cada contentor ou bidão, para mais facilmente cada colaborador realizar a correcta separação dos resíduos.

III 4. a)

Numa estratégia de sustentabilidade é necessário existir uma política de maximização da reciclagem dos resíduos produzidos. Em geral, uma correcta triagem no local de produção é um dos contributos mais directos para maximizar a valorização dos resíduos.

A zona de armazenagem de resíduos no estaleiro designa-se por parque de resíduos, compreendendo duas zonas distintas:

Zona de resíduos não perigosos para armazenamento de RIB's (resíduos industriais banais) e equipados com todo o equipamento necessário e específico para o armazenamento adequado aos vários tipos de resíduos. Estes permanecerão na zona de resíduos não perigosos, até serem retirados e transportados para o seu destino final, pelos operadores licenciados.

Zona de resíduos perigosos para armazenamento dos diferentes perigosos gerados nas distintas fases da obra, com todo o equipamento específico para o armazenamento adequado aos vários tipos de resíduos, que a título de exemplo destacamos:

- Zona pavimentada, coberta e devidamente impermeabilizada
- Sinalética de prevenção
- Bacias de retenção para os resíduos líquidos perigosos (ex. óleos usados)
- Materiais absorventes
- Extintores

A metodologia a adoptar para a preparação do parque de resíduos, bem com a sua gestão engloba:

- Preparação do terreno para colocação do parque de resíduos, de forma a evitar contaminação dos solos,
- Selecção dos contentores a colocar, em função da classe, tamanho e peso do resíduo considerado;
- Definição de zonas fixas de depósito temporário de resíduos devidamente delimitadas e identificadas.

No parque de resíduos estarão presentes contentores para armazenamento temporário de resíduos que possuem Rótulos de identificação. Os rótulos contêm a identificação dos resíduos, os respectivos códigos LER, indicação dos resíduos a colocar e o grau de perigosidade dos resíduos (fundo do rótulo a cor laranja para resíduos perigosos).

A triagem dos resíduos de construção e demolição produzidos na obra deverão efectuar-se preferencialmente no local de produção do resíduo, de forma a evitar o contacto com outros resíduos de diferentes tipologias. Os resíduos serão armazenados temporariamente em boas condições, de modo a que não ocorra degradação, nem mistura de resíduos de natureza distinta, de modo a não inviabilizar posteriores tratamentos uma vez que, havendo uma mistura de resíduos, pode ocorrer contaminação e/ou conferir-lhes perigosidade, que não acontecerá se esta separação for efectuada correctamente.

Sempre que ocorram derrames de combustíveis, óleos, tintas, vernizes, etc., e os sistemas de retenção utilizados não sejam suficientes, deverá ser recolhida a terra contaminada e colocada num bidão estanque, coberto e devidamente identificado, destinado apenas para este resíduo.

Embora não seja previsível a produção de óleos usados, haverá em estaleiro um recipiente fechado para colocação de óleos usados provenientes de uma anomalia que ocorra numa máquina da obra.

Os resíduos perigosos não devem ser armazenados na obra durante mais de três meses, contabilizados desde o enchimento total do recipiente utilizado. O recipiente de armazenamento de resíduos perigosos será fechado. No final, estes resíduos serão encaminhados para operadores de resíduos licenciados para valorização/eliminação.

Para madeiras e metais ferrosos será criado no Parque de Resíduos um espaço delimitado para armazenamento temporário deste tipo de resíduos, bem como os resíduos inertes (escombros, terras excedentes, restos de betão, desperdícios de ferro, madeira, plásticos) que após triagem e armazenamento, serão encaminhados para operadores de gestão licenciados em função do tipo de resíduo.

Outros resíduos como borrachas, sacos de cimento e outros resíduos não especificados que sejam gerados no decorrer da obra, serão armazenados temporariamente e separadamente em contentores apropriados para cada tipo, enquanto aguardam recolha e transporte por um operador devidamente licenciado.

A todas as empresas envolvidas na recolha, valorização, tratamento ou eliminação de resíduos será solicitada documentos de identificação.

Relativamente aos possíveis Resíduos Urbanos existentes, nomeadamente embalagens de comida e refrescos, restos de comida, papel, etc., serão disponibilizados em obra recipientes para a sua recolha, devendo depositar-se periodicamente nos contentores municipais mais próximos.

Este Parque de Resíduos, consoante as necessidades da obra, poderá aumentar e possibilitar o armazenamento temporário de outros resíduos.

Lista Europeia de Resíduos (LER)

17 RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (INCLUINDO SOLOS ESCAVADOS DE LOCAIS CONTAMINADOS)

17 01 betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos

17 01 01 betão

17 01 02 tijolos

17 01 03 ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos

17 01 06* misturas ou fracções separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, contendo substâncias perigosas

17 01 07 misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidos em 17 01 06

17 02 madeira, vidro e plástico

17 02 01 madeira

17 02 02 vidro

17 02 03 plástico

17 02 04* vidro, plástico e madeira, contendo ou contaminados com substâncias perigosas

17 03 misturas betuminosas, alcatrão de carvão e produtos de alcatrão

17 03 01* misturas betuminosas contendo alcatrão de carvão

17 03 02 misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01

17 03 03* alcatrão de carvão e produtos de alcatrão

17 04 metais (incluindo ligas)

17 04 01 cobre, bronze e latão

17 04 02 alumínio

17 04 03 chumbo

17 04 04 zinco

17 04 05 ferro e aço

17 04 06 estanho

17 04 07 mistura de metais

17 04 09* resíduos metálicos contaminados com substâncias perigosas

17 04 10* cabos contendo hidrocarbonetos, alcatrão ou outras substâncias perigosas

17 04 11 cabos não abrangidos em 17 04 10

17 05 solos (incluindo solos escavados de locais contaminados), rochas e lamas de dragagem

17 05 03* solos e rochas, contendo substâncias perigosas

17 05 04 solos e rochas, não abrangidas em 17 05 03

17 05 05* lamas de dragagem, contendo substâncias perigosas

17 05 06 lamas de dragagem, não abrangidas em 17 05 05

17 05 07* balastros de linhas de caminho-de-ferro, contendo substâncias perigosas

17 05 08 balastros de linhas de caminho-de-ferro, não abrangidos em 17 05 09

17 06 materiais de isolamento e materiais de construção, contendo amianto

17 06 01* materiais de isolamento contendo amianto

17 06 03* outros materiais de isolamento, contendo ou constituídos por substâncias perigosas

17 06 04 materiais de isolamento, não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03

17 06 05* materiais de construção contendo amianto

17 08 materiais de construção à base de gesso

17 08 01* materiais de construção à base de gesso, contaminados com substâncias perigosas

17 08 02 materiais de construção à base de gesso

17 09 outros resíduos de construção e demolição

17 09 01* resíduos da construção e demolição, contendo mercúrio

17 09 02* resíduos de construção e demolição, contendo PCB (por exemplo, vedantes com PCB, revestimentos de piso à base de resinas com PCB, envidraçados vedados contendo PCB, condensadores com PCB)

17 09 03* outros resíduos de construção e demolição (incluindo misturas de resíduos), contendo substâncias perigosas

17 09 04 misturas de resíduos de construção e demolição, não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03

13 ÓLEOS USADOS E RESÍDUOS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS (excepto óleos alimentares, e capítulos 05, 12 e 19)

13 01 óleos hidráulicos usados

13 01 01* óleos hidráulicos contendo PCB

13 01 04* emulsões cloradas

13 01 05* emulsões não cloradas

13 01 09* óleos hidráulicos minerais clorados

13 01 10* óleos hidráulicos minerais não clorados

13 01 11* óleos hidráulicos sintéticos

13 01 12* óleos hidráulicos facilmente biodegradáveis

13 01 13* outros óleos hidráulicos

13 02 óleos de motores, transmissões e lubrificação usados

13 02 04* óleos minerais clorados de motores, transmissões e lubrificação

13 02 05* óleos minerais não clorados de motores, transmissões e lubrificação

13 02 06* óleos sintéticos de motores, transmissões e lubrificação

13 02 07* óleos facilmente biodegradáveis de motores, transmissões e lubrificação

13 02 08* outros óleos de motores, transmissões e lubrificação

13 03 óleos isolantes e de transmissão de calor usados

13 03 01* óleos isolantes e de transmissão de calor contendo PCBs

13 03 06* óleos minerais isolantes e de transmissão de calor clorados, não abrangidos em 13 03 01

13 03 07* óleos minerais isolantes e de transmissão de calor não clorados

13 03 08* óleos sintéticos isolantes e de transmissão de calor

13 03 09* óleos facilmente biodegradáveis isolantes e de transmissão de calor

13 03 10* outros óleos isolantes e de transmissão de calor

13 04 óleos de porão

13 04 01* óleos de porão de navios de navegação interior

13 04 02* óleos de porão provenientes das canalizações dos cais

13 04 03* óleos de porão de outro tipo de navios

13 05 conteúdo de separadores óleo/água

13 05 01* resíduos sólidos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água

13 05 02* lamas provenientes dos separadores óleo/água

13 05 03* lamas provenientes do interceptor

13 05 06* óleos provenientes dos separadores óleo/água

13 05 07* água com óleo proveniente dos separadores óleo/água

13 05 08* misturas de resíduos provenientes de desarenadores e de separadores óleo/água

13 07 resíduos de combustíveis líquidos

13 07 01* fuelóleo e gasóleo

13 07 02* gasolina

13 07 03* outros combustíveis (incluindo misturas)

13 08 outros óleos usados não anteriormente especificados

13 08 01* lamas ou emulsões de dessalinização

13 08 02* outras emulsões

13 08 99* outros resíduos não anteriormente especificados

01 RESÍDUOS DA PROSPECÇÃO E EXPLORAÇÃO DE MINAS E PEDREIRAS, BEM COMO DE TRATAMENTOS FÍSICOS E QUÍMICOS DAS MATÉRIAS EXTRAÍDAS

01 01 resíduos da extração de minérios

01 01 01 resíduos da extração de minérios metálicos

01 01 02 resíduos da extração de minérios não metálicos

01 03 resíduos da transformação física e química de minérios metálicos

01 03 04* rejeitados geradores de ácidos, resultantes da transformação de sulfuretos

01 03 05* outros rejeitados contendo substâncias perigosas

01 03 06 rejeitados não abrangidos em 01 03 04 e 01 03 05

01 03 07* outros resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios metálicos

01 03 08 poeiras e pós, não abrangidos em 01 03 07

01 03 09 lamas vermelhas da produção de alumina, não abrangidas em 01 03 07

01 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

01 04 resíduos da transformação física e química de minérios não metálicos

01 04 07* resíduos contendo substâncias perigosas, resultantes da transformação física e química de minérios não metálicos

01 04 08 gravilhas e fragmentos de rocha, não abrangidos em 01 04 07

01 04 09 areias e argilas

01 04 10 poeiras e pós, não abrangidos em 01 04 07

01 04 11 resíduos da preparação de minérios de potássio e de sal-gema, não abrangidos em 01 04 07

01 04 12 rejeitados e outros resíduos, resultantes da lavagem e limpeza de minérios, não abrangidos em 01 04 07 e 01 04 11

01 04 13 resíduos do corte e serragem de pedra, não abrangidos em 01 04 07

01 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

01 05 lamas e outros resíduos de perfuração

01 05 04 lamas e outros resíduos de perfuração, contendo água doce

01 05 05* lamas e outros resíduos de perfuração, contendo hidrocarbonetos

01 05 06* lamas e outros resíduos de perfuração, contendo substâncias perigosas

01 05 07 lamas e outros resíduos de perfuração, contendo sais de bário, não abrangidos em 01 05 05 e 01 05 06

01 05 08 lamas e outros resíduos de perfuração, contendo cloretos, não abrangidos em 01 05 05 e 01 05 06

01 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 RESÍDUOS DA AGRICULTURA, HORTICULTURA, AQUACULTURA, SIVICULTURA, CAÇA E PESCA, E DA PREPARAÇÃO E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES

02 01 resíduos da agricultura, horticultura, aquacultura, sivicultura, caça e pesca

02 01 01 lamas provenientes da lavagem e limpeza

02 01 02 resíduos de tecidos animais

02 01 03 resíduos de tecidos vegetais

02 01 04 resíduos de plásticos (excluindo embalagens)

02 01 06 fezes, urina, e estrume de animais (incluindo palha suja), efluentes recolhidos separadamente e tratados noutro local

02 01 07 resíduos silvícolas

02 01 08* resíduos agroquímicos contendo substâncias perigosas

02 01 09 resíduos agroquímicos não abrangidos em 02 01 08

02 01 10 resíduos metálicos

02 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 02 resíduos da preparação e processamento de carne, peixe e outros produtos alimentares de origem animal

02 02 01 lamas provenientes da lavagem e limpeza

02 02 02 resíduos de tecidos animais

02 02 03 materiais impróprios para consumo ou processamento

02 02 04 lamas do tratamento local de efluentes

02 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 03 resíduos da preparação e processamento de frutos, legumes, cereais, óleos alimentares, cacau, café e tabaco; resíduos da produção de conserva; resíduos da produção de levedura e extracto de levedura, e da preparação e fermentação de melaços

02 03 01 lamas de lavagem, limpeza, descasque, centrifugação e separação

02 03 02 resíduos de agentes conservantes

02 03 03 resíduos da extracção por solventes

02 03 04 materiais impróprios para consumo ou processamento

02 03 05 lamas do tratamento local de efluentes

02 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 04 resíduos do processamento de açúcar

02 04 01 terra proveniente da limpeza e lavagem da beterraba

02 04 02 carbonato de cálcio fora de especificação

02 04 03 lamas do tratamento local de efluentes

02 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 05 resíduos da indústria de lacticínios

02 05 01 materiais impróprios para consumo ou processamento

02 05 02 lamas do tratamento local de efluentes

02 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 06 resíduos da indústria de panificação, pastelaria e confeitaria

02 06 01 materiais impróprios para consumo ou processamento

02 06 02 resíduos de agentes conservantes

02 06 03 lamas do tratamento local de efluentes

02 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

02 07 resíduos da produção de bebidas alcoólicas e não alcoólicas (excluindo café, chá e cacau)

02 07 01 resíduos da lavagem, limpeza e redução mecânica das matérias-primas

02 07 02 resíduos da destilação de álcool

02 07 03 resíduos de tratamentos químicos

02 07 04 materiais impróprios para consumo ou processamento

02 07 05 lamas do tratamento local de efluentes

02 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

03 RESÍDUOS DO PROCESSAMENTO DE MADEIRA E DO FABRICO DE PAINÉIS, MOBILIÁRIO, PASTA PARA PAPEL, PAPEL E CARTÃO

03 01 resíduos processamento de madeira e fabrico de painéis e mobiliário

03 01 01 resíduos do descasque de madeira e de cortiça

03 01 04* serradura, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados, contendo substâncias perigosas

03 01 05 serradura, aparas, fitas de aplainamento, madeira, aglomerados e folheados, não abrangidos em 03 01 04

03 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

03 02 resíduos da preservação de madeira

03 02 01* produtos orgânicos não halogenados de preservação da madeira

03 02 02* agentes organoclorados de preservação da madeira

03 02 03* agentes organometálicos de preservação da madeira

03 02 04* agentes inorgânicos de preservação da madeira

03 02 05* outros agentes de preservação da madeira, contendo substâncias perigosas

03 02 99 outros agentes de preservação, não anteriormente especificados

03 03 resíduos da produção e da transformação de pasta para papel, papel e cartão

03 03 01 resíduos do descasque de madeira e cortiça

03 03 02 lamas da lixívia verde (provenientes da valorização da lixívia de cozimento)

03 03 05 lamas de destintagem, provenientes da reciclagem de papel

03 03 07 rejeitados mecanicamente separados, do fabrico de pasta a partir de papel e cartão usado

03 03 08 resíduos da triagem de papel e cartão destinados a reciclagem

03 03 09 resíduos de lamas de cal

03 03 10 rejeitados de fibras e lamas de fibras, filers e revestimentos, provenientes da separação mecânica

03 03 11 lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 03 03 10

03 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

04 RESÍDUOS DAS INDÚSTRIAS DO COURO E PRODUTOS DE COURO E DA INDÚSTRIA TÊXTIL

04 01 resíduos das indústrias do couro e produtos de couro

04 01 01 resíduos das operações de descarna e divisão de tripa

04 01 02 resíduos da operação de calagem

04 01 03* resíduos de desengorduramento, contendo solventes sem fase aquosa

04 01 04 licores de curtimenta, contendo crómio

04 01 05 licores de curtimenta, sem crómio

04 01 06 lamas, em especial do tratamento local de efluentes, contendo crómio

04 01 07 lamas, em especial do tratamento local de efluentes, sem crómio

04 01 08 resíduos de pele curtida (aparas azuis, surragem, poeiras), contendo crómio

04 01 09 resíduos da confecção e acabamentos

04 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

04 02 resíduos da indústria têxtil

04 02 09 resíduos de materiais compósitos (têxteis impregnados, elastômeros, plastômeros)

04 02 10 matéria orgânica de produtos naturais (por exemplo, gordura, cera)

04 02 14* resíduos dos acabamentos, contendo solventes orgânicos

04 02 15 resíduos dos acabamentos não abrangidos em 04 02 14

04 02 16* corantes e pigmentos contendo substâncias perigosas

04 02 17 corantes e pigmentos não abrangidos em 04 02 16

04 02 19* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

04 02 20 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 04 02 19

04 02 21 resíduos de fibras têxteis não processadas

04 02 22 resíduos de fibras têxteis processadas

04 02 99 outros resíduos não especificados anteriormente

05 RESÍDUOS DA REFINAÇÃO DE PETRÓLEO, DA PURIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL E DO TRATAMENTO PIROLÍTICO DE CARVÃO

05 01 resíduos da refinação de petróleo

05 01 02* lamas de dessalinização

05 01 03* lamas de fundo dos depósitos

05 01 04* lamas alquílicas ácidas

05 01 05* derrames de hidrocarbonetos

05 01 06* lamas contendo hidrocarbonetos, provenientes da operação e manutenção dos equipamentos e instalações

05 01 07* alcatrões e betumes ácidos

05 01 08* outros alcatrões

05 01 09* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

05 01 10 lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 05 01 09

05 01 11* resíduos da limpeza de combustíveis com bases

05 01 12* hidrocarbonetos contendo ácidos

05 01 13 lamas do tratamento de água para abastecimento de caldeiras

05 01 14 resíduos de colunas de arrefecimento

05 01 15* argilas de filtração usadas

05 01 16 resíduos contendo enxofre, da dessulfuração de petróleo

05 01 17 betumes

05 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

05 06 resíduos do tratamento pirolítico do carvão

05 06 01* alcatrões ácidos

05 06 03* outros alcatrões

05 06 04 resíduos de colunas de arrefecimento

05 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

05 07 resíduos da purificação e transporte de gás natural

05 07 01* resíduos contendo mercúrio

05 07 02 resíduos contendo enxofre

05 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 RESÍDUOS DE PROCESSOS QUÍMICOS INORGÂNICOS

06 01 resíduos do fabrico, formulação, distribuição e utilização (FFDU) de ácidos

06 01 01* ácido sulfúrico e ácido sulfuroso

06 01 02* ácido clorídrico

06 01 03* ácido fluorídrico

06 01 04* ácido fosfórico e ácido fosforoso

06 01 05* ácido nítrico e ácido nitroso

06 01 06* outros ácidos

06 01 99* outros resíduos não anteriormente especificados

06 02 resíduos do FFDU de bases

06 02 01* hidróxido de cálcio

06 02 03* hidróxido de amónio

06 02 04* hidróxido de sódio e de potássio

06 02 05* outras bases

06 02 99* outros resíduos não anteriormente especificados

06 03 resíduos do FFDU de sais e suas soluções e de óxidos metálicos

06 03 11* sais no estado sólido e em soluções, contendo cianetos

06 03 13* sais no estado sólido e em soluções, contendo metais pesados

06 03 14 sais no estado sólido e em soluções, não abrangidos em 06 03 11 e 06 03 13

06 03 15* óxidos metálicos contendo metais pesados

06 03 16 óxidos metálicos não abrangidos em 06 03 15

06 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 04 resíduos contendo metais, não abrangidos em 06 03

06 04 03* resíduos contendo arsénio

06 04 04* resíduos contendo mercúrio

06 04 05* resíduos contendo outros metais pesados

06 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 05 lamas do tratamento local de efluentes

06 05 02* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

06 05 03 lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 06 05 02

06 06 resíduos do FFDU de produtos e processos químicos do enxofre e de processos de dessulfuração

06 06 02* resíduos contendo sulfuretos perigosos

06 06 03 resíduos contendo sulfuretos, não abrangidos em 06 06 02

06 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 07 resíduos do FFDU de halogéneos e processos químicos dos halogéneos

06 07 01* resíduos contendo amianto, provenientes de electrólise

06 07 02* resíduos de carvão activado utilizado na produção do cloro

06 07 03* lamas de sulfato de bário, contendo mercúrio

06 07 04* soluções e ácidos, por exemplo, ácido de contacto

06 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 08 resíduos do FFDU do silício e seus derivados

06 08 02* resíduos contendo clorossilanos perigosos (a)

06 08 99 outros resíduos não especificados anteriormente

06 09 resíduos do FFDU de produtos e processos químicos do fósforo

06 09 02 escórias com fósforo

06 09 03* resíduos cálcicos de reacção, contendo ou contaminados com substâncias perigosas

06 09 04 resíduos cálcicos de reacção, não abrangidos em 06 09 03

06 09 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 10 resíduos do FFDU de produtos e processos químicos do azoto e do fabrico de fertilizantes

06 10 02* resíduos contendo substâncias perigosas

06 10 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 11 resíduos do fabrico de pigmentos inorgânicos e opacificantes

06 11 01 resíduos cálcicos de reacção, da produção de dióxido de titânio

06 11 99 outros resíduos não anteriormente especificados

06 13 resíduos de outros processos químicos inorgânicos não anteriormente especificados

06 13 01* produtos inorgânicos de protecção das plantas, agentes de preservação da madeira e outros biocidas

06 13 02* carvão activado usado (excepto 06 07 02)

06 13 03 negro de fumo

06 13 04* resíduos do processamento de amianto

06 13 05* fuligem

06 13 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 RESÍDUOS DE PROCESSOS QUÍMICOS ORGÂNICOS

07 01 resíduos do fabrico, formulação, distribuição e utilização (FFDU) de produtos químicos orgânicos de base

07 01 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 01 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 01 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 01 07* resíduos de destilação e resíduos de reacção halogenados

07 01 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reacção

07 01 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 01 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 01 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 01 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 01 11

07 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 02 resíduos do FFDU de plásticos, borracha e fibras sintéticas

07 02 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 02 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 02 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 02 07* resíduos de destilação e resíduos de reacção halogenados

07 02 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reacção

07 02 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 02 10 outros absorventes usados e bolos de filtração

07 02 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 02 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 02 11

07 02 13 resíduos de plásticos

07 02 14* resíduos de aditivos, contendo substâncias perigosas

07 02 15 resíduos de aditivos, não abrangidos em 07 02 14

07 02 16* resíduos contendo silicones perigosos (b)

07 02 17 resíduos contendo silicones que não os mencionados na rubrica 17 02 16

07 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 03 resíduos do FFDU de corantes e pigmentos orgânicos (excepto 06 11)

07 03 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 03 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 03 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 03 07* resíduos de destilação e resíduos de reacção halogenados

07 03 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reacção

07 03 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 03 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 03 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 03 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 03 11

07 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 04 resíduos do FFDU de produtos orgânicos de protecção das plantas (excepto 02 01 08 e 02 01 09), agente de preservação da madeira (excepto 03 02) e outros biocidas

07 04 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 04 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 04 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 04 07* resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados

07 04 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reação

07 04 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 04 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 04 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 04 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 04 11

07 04 13* resíduos sólidos contendo substâncias perigosas

07 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 05 resíduos do FFDU de produtos farmacêuticos

07 05 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 05 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 05 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 05 07* resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados

07 05 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reação

07 05 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 05 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 05 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 05 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 05 11

07 05 13* resíduos sólidos, contendo substâncias perigosas

07 05 14 resíduos sólidos, não abrangidos em 07 05 13

07 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 06 resíduos do FFDU de gorduras, sabões, detergentes, desinfetantes e cosméticos

07 06 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 06 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 06 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 06 07* resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados

07 06 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reação

07 06 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 06 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 06 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 06 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 06 11

07 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

07 07 resíduos do FFDU da química fina e de produtos químicos não anteriormente especificados

07 07 01* líquidos de lavagem e licores-mãe aquosos

07 07 03* solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados

07 07 04* outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos

07 07 07* resíduos de destilação e resíduos de reação halogenados

07 07 08* outros resíduos de destilação e resíduos de reação

07 07 09* absorventes usados e bolos de filtração halogenados

07 07 10* outros absorventes usados e bolos de filtração

07 07 11* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

07 07 12 lamas do tratamento local de efluentes não abrangidas em 07 07 11

07 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

08 RESÍDUOS DO FABRICO, FORMULAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO (FFDU) DE REVESTIMENTOS (TINTAS, VERNIZES E ESMALTES VÍTREOS), COLAS, VEDANTES E TINTAS DE IMPRESSÃO

08 01 resíduos do FFDU e remoção de tintas e vernizes

08 01 11* resíduos de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 01 12 resíduos de tintas e vernizes, não abrangidos em 08 01 11

08 01 13* lamas de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 01 14 lamas de tintas e vernizes, não abrangidas em 08 01 13

08 01 15* lamas aquosas, contendo tintas e vernizes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 01 16 lamas aquosas contendo tintas e vernizes, não abrangidas em 08 01 15

08 01 17* resíduos da remoção de tintas e vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 01 18 resíduos da remoção de tintas e vernizes, não abrangidos em 08 01 17

08 01 19* suspensões aquosas contendo tintas ou vernizes, com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 01 20 suspensões aquosas contendo tintas ou vernizes, não abrangidas em 08 01 19

08 01 21* resíduos de produtos de remoção de tintas e vernizes

08 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

08 02 resíduos do FFDU de outros revestimentos (incluindo materiais cerâmicos)

08 02 01 resíduos de revestimentos na forma pulverulenta

08 02 02 lamas aquosas contendo materiais cerâmicos

08 02 03 suspensões aquosas contendo materiais cerâmicos

08 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

08 03 resíduos do FFDU de tintas de impressão

08 03 07 lamas aquosas, contendo tintas de impressão

08 03 08 resíduos líquidos aquosos, contendo tintas de impressão

08 03 12* resíduos de tintas, contendo substâncias perigosas

08 03 13 resíduos de tintas, não abrangidos em 08 03 12

08 03 14* lamas de tintas de impressão, contendo substâncias perigosas

08 03 15 lamas de tintas de impressão, não abrangidas em 08 03 14

08 03 16* resíduos de soluções de águas-fortes

08 03 17* resíduos de toner de impressão, contendo substâncias perigosas

08 03 18 resíduos de toner de impressão, não abrangidos em 08 03 17

08 03 19* óleos de dispersão

08 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

08 04 resíduos do FFDU de colas e vedantes (incluindo produtos impermeabilizantes)

08 04 09* resíduos de colas ou vedantes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 04 10 resíduos de colas ou vedantes, não abrangidos em 08 04 09

08 04 11* lamas de colas ou vedantes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 04 12 lamas de colas ou vedantes, não abrangidas em 08 04 11

08 04 13* lamas aquosas contendo colas ou vedantes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 04 14 lamas aquosas contendo colas ou vedantes, não abrangidas em 08 04 13

08 04 15* resíduos líquidos aquosos, contendo colas ou vedantes com solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas

08 04 16 resíduos líquidos aquosos contendo colas ou vedantes, não abrangidos em 08 04 15

08 04 17* óleo de resina

08 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

08 05 outros resíduos não anteriormente especificados em 08

08 05 01* resíduos de isocianatos

09 RESÍDUOS DA INDÚSTRIA FOTOGRÁFICA

09 01 resíduos da indústria fotográfica

09 01 01* banhos de revelação e activação, de base aquosa

09 01 02* banhos de revelação de chapas litográficas de impressão, de base aquosa

09 01 03* banhos de revelação à base de solventes

09 01 04* banhos de fixação

09 01 05* banhos de lavagem e de fixação / lavagem

09 01 06* resíduos contendo prata, provenientes do tratamento local de resíduos fotográficos

09 01 07 película e papel fotográfico com prata ou compostos de prata

09 01 08 película e papel fotográfico sem prata ou compostos de prata

09 01 10 máquinas fotográficas descartáveis sem pilhas

09 01 11* máquinas fotográficas descartáveis com pilhas incluídas em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03

09 01 12 máquinas fotográficas descartáveis com pilhas não abrangidas em 09 01 11

09 02 13* resíduos líquidos aquosos da recuperação local de prata, não abrangidos em 09 01 06

09 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 RESÍDUOS DE PROCESSOS TÉRMICOS

10 01 resíduos de centrais eléctricas e de outras instalações de combustão (excepto 19)

10 01 01 cinzas, escórias e poeiras de caldeiras (excluindo as poeiras de caldeiras abrangidas em 10 01 04)

10 01 02 cinzas volantes da combustão de carvão

10 01 03 cinzas volantes da combustão de turfa ou madeira não tratada

10 01 04* cinzas volantes da combustão de hidrocarbonetos

10 01 05 resíduos cálcicos de reacção, na forma sólida, provenientes da dessulfuração de gases de combustão

10 01 07 resíduos cálcicos de reacção, na forma de lamas, provenientes da dessulfuração de gases de combustão

10 01 09* ácido sulfúrico

10 01 13* cinzas volantes da combustão de hidrocarbonetos emulsionados utilizados como combustível

10 01 14* cinzas, escórias e poeiras de caldeiras de co-incineração, contendo substâncias perigosas

10 01 15 cinzas, escórias e poeiras de caldeiras de co-incineração, não abrangidas em 10 01 14

10 01 16* cinzas volantes da co-incineração, contendo substâncias perigosas

10 01 17 cinzas volantes da co-incineração, não abrangidas em 10 01 16

10 01 18* resíduos de limpeza de gases, contendo substâncias perigosas

10 01 19 resíduos de limpeza de gases, não abrangidos em 10 01 05, 10 01 07 e 10 01 18

10 01 20* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

10 01 21 lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 10 01 20

10 01 22* lamas aquosas provenientes da limpeza de caldeiras, contendo substâncias perigosas

10 01 23 lamas aquosas provenientes da limpeza de caldeiras, não abrangidas em 10 01 22

10 01 24 areias de leitos fluidizados

10 01 25 resíduos do armazenamento de combustíveis e da preparação de centrais eléctricas a carvão

10 01 26 resíduos do tratamento da água de arrefecimento

10 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 02 resíduos da indústria do ferro e do aço

10 02 01 resíduos do processamento de escórias

10 02 02 escórias não processadas

10 02 07* resíduos sólidos do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 02 08 resíduos sólidos do tratamento de gases, não abrangidos em 10 02 07

10 02 10 escumas de laminagem

10 02 11* resíduos do tratamento com água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 02 12 outros resíduos do tratamento com água de arrefecimento

10 02 13* lamas e bolos de filtração do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 02 14 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases, não abrangidos em 10 02 13

10 02 15 outras lamas e bolos de filtração

10 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 03 resíduos da pirometalurgia do alumínio

10 03 02 resíduos de ânodos

10 03 04* escórias da produção primária/impurezas brancas

10 03 05 resíduos de alumina

10 03 08* escórias salinas da produção secundária

10 03 09* impurezas negras da produção secundária

10 03 15* escumas inflamáveis ou que, em contacto com a água, libertem gases inflamáveis em quantidades perigosas

10 03 16 escumas não abrangidas em 10 03 15

10 03 17* resíduos do fabrico de ânodos, contendo alcatrão

10 03 18 resíduos do fabrico de ânodos, contendo carbono, não abrangidos em 10 03 17

10 03 19* poeiras de gás de combustão, contendo substâncias perigosas

10 03 20 poeiras de gás de combustão, não abrangidas em 10 03 19

10 03 21* outras partículas e poeiras (incluindo poeiras da trituração de escórias), contendo substâncias perigosas

10 03 22 outras partículas e poeiras (incluindo poeiras da trituração de escórias), não abrangidas em

10 03 21* outras partículas e poeiras (incluindo poeiras da trituração de escórias) contendo substâncias perigosas

10 03 23* resíduos sólidos do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 03 24 resíduos sólidos do tratamento de gases, não abrangidos em 10 03 23

10 03 25* lamas e bolos de filtração do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 03 26 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases, não abrangidos em 10 03 25

10 03 27* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 03 28 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 03 27

10 03 29* resíduos do tratamento das escórias salinas e do tratamento de impurezas negras, contendo substâncias perigosas

10 03 30 resíduos do tratamento das escórias salinas e do tratamento de impurezas negras, não abrangidos em 10 03 29

10 03 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 04 resíduos da pirometalurgia do chumbo

10 04 01* escórias da produção primária e secundária

10 04 02* impurezas e escumas da produção primária e secundária

10 04 03* arseniato de cálcio

10 04 04* poeiras de gases de combustão

10 04 05* outras partículas e poeiras

10 04 06* resíduos sólidos do tratamento de gases

10 04 07* lamas e bolos de filtração do tratamento de gases

10 04 09* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 04 10 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 04 09

10 04 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 05 resíduos da pirometalurgia do zinco

10 05 01* escórias da produção primária e secundária

10 05 03* poeiras de gases de combustão

10 05 04 outras partículas e poeiras

10 05 05* resíduos sólidos do tratamento de gases

10 05 06* lamas provenientes do tratamento de gases

10 05 08* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 05 09 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 05 08

10 05 10* impurezas e escumas inflamáveis ou que, em contacto com a água, libertem gases inflamáveis em quantidades perigosas

10 05 11 impurezas e escumas, não abrangidas em 10 05 10

10 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 06 resíduos da pirometalurgia do cobre

10 06 01 escórias da produção primária e secundária

10 06 02 impurezas e escumas da produção primária e secundária

10 06 03* poeiras de gases de combustão

10 06 04 outras partículas e poeiras

10 06 06* resíduos sólidos do tratamento de gases

10 06 07* lamas e bolos de filtração provenientes do tratamento de gases

10 06 09* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 06 10 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 06 09

10 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 07 resíduos da pirometalurgia da prata, do ouro e da platina

10 07 01 escórias da produção primária e secundária

10 07 02 impurezas e escumas da produção primária e secundária

10 07 03 resíduos sólidos do tratamento de gases

10 07 04 outras partículas e poeiras

10 07 05 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases

10 07 07* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 07 08 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 07 07

10 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 08 resíduos da pirometalurgia de outros metais não ferrosos

10 08 04 partículas e poeiras

10 08 08* escórias salinas da produção primária e secundária

10 08 09 outras escórias

10 08 10* impurezas e escumas inflamáveis ou que, em contacto com a água, libertem gases inflamáveis em quantidades perigosas

10 08 11 impurezas e escumas, não abrangidas em 10 08 10

10 08 12* resíduos do fabrico de ânodos, contendo alcatrão

10 08 13 resíduos do fabrico de ânodos, contendo carbono, não abrangidos em 10 08 12

10 08 14 resíduos de ânodos

10 08 15* poeiras de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 08 16 poeiras de gases de combustão, não abrangidas em 10 08 15

10 08 17* lamas e bolos de filtração do tratamento de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 08 18 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases de combustão não abrangidos em 10 08 17

10 08 19* resíduos do tratamento da água de arrefecimento, contendo hidrocarbonetos

10 08 20 resíduos do tratamento da água de arrefecimento, não abrangidos em 10 08 19

10 08 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 09 resíduos da fundição de peças ferrosas

10 09 03 escórias do forno

10 09 05* machos e moldes de fundição não vazados, contendo substâncias perigosas

10 09 06 machos e moldes de fundição não vazados, não abrangidos em 10 09 05

10 09 07* machos e moldes de fundição vazados, contendo substâncias perigosas

10 09 08 machos e moldes de fundição vazados, não abrangidos em 10 09 07

10 09 09* poeiras de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 09 10 poeiras de gases de combustão, não abrangidos em 10 09 09

10 09 11* outras partículas contendo substâncias perigosas

10 09 12 outras partículas, não abrangidas em 10 09 11

10 09 13* resíduos de aglutinantes contendo substâncias perigosas

10 09 14 resíduos de aglutinantes não abrangidos em 10 09 13

10 09 15* resíduos de agentes indicadores de fendilhação, contendo substâncias perigosas

10 09 16 resíduos de agentes indicadores de fendilhação, não abrangidos em 10 09 15

10 09 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 10 resíduos da fundição de peças não ferrosas

10 10 03 escórias do forno

10 10 05* machos e moldes de fundição não vazados, contendo substâncias perigosas

10 10 06 machos e moldes de fundição não vazados, não abrangidos em 10 10 05

10 10 07* machos e moldes de fundição vazados, contendo substâncias perigosas

10 10 08 machos e moldes de fundição vazados, não abrangidos em 10 10 07

10 10 09* poeiras de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 10 10 poeiras de gases de combustão, não abrangidos em 10 10 09

10 10 11* outras partículas contendo substâncias perigosas

10 10 12 outras partículas, não abrangidas em 10 10 11

10 10 13* resíduos de aglutinantes, contendo substâncias perigosas

10 10 14 resíduos de aglutinantes, não abrangidos em 10 10 13

10 10 15* resíduos de agentes indicadores de fendilhação, contendo substâncias perigosas

10 10 16 resíduos de agentes indicadores de fendilhação, não abrangidos em 10 10 15

10 10 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 11 resíduos do fabrico do vidro e de produtos de vidro

10 11 03 resíduos de materiais fibrosos à base de vidro

10 11 05 partículas e poeiras

10 11 09* resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico), contendo substâncias perigosas

10 11 10 resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico), não abrangidas em 10 11

10 11 11* resíduos de vidro em pequenas partículas e em pó de vidro, contendo metais pesados (por exemplo, tubos catódicos)

10 11 12 resíduos de vidro, não abrangidos em 10 11 11

10 11 13* lamas de polimento e rectificação, de vidro, contendo substâncias perigosas

10 11 14 lamas de polimento e rectificação, de vidro, não abrangidas em 10 11 13

10 11 15* resíduos sólidos do tratamento de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 11 16 resíduos sólidos do tratamento de gases de combustão, não abrangidos em 10 11 15

10 11 17* lamas e bolos de filtração do tratamento de gases de combustão, contendo substâncias perigosas

10 11 18 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases de combustão, não abrangidos em 10 11

10 11 19* resíduos sólidos do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

10 11 20 resíduos sólidos do tratamento local de efluentes, não abrangidos em 10 11 19

10 11 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 12 resíduos do fabrico de peças cerâmicas, tijolos, ladrilhos, telhas e produtos de construção

10 12 01 resíduos da preparação da mistura (antes do processo térmico)

10 12 03 partículas e poeiras

10 12 05 lamas e bolos de filtração do tratamento de gases

10 12 06 moldes fora de uso

10 12 08 resíduos do fabrico de peças cerâmicas, tijolos, ladrilhos, telhas e produtos da construção (após o processo térmico)

10 12 09* resíduos sólidos do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 12 10 resíduos sólidos do tratamento de gases, não abrangidos em 10 12 09

10 12 11* resíduos de vidragem contendo metais pesados

10 12 12 resíduos de vidragem, não abrangidos em 10 12 11

10 12 13 lamas do tratamento local de efluentes

10 12 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 13 resíduos do fabrico de cimento, cal e gesso e de artigos e produtos fabricados a partir deles

10 13 01 resíduos da preparação de misturas antes do processo térmico

10 13 04 resíduos da calcinação e hidratação da cal

10 13 06 partículas e poeiras (excepto 10 13 12 e 10 13 13)

10 13 07 lamas e bolos de filtração provenientes do tratamento de gases

10 13 09* resíduos do fabrico de fibrocimento, contendo amianto

10 13 10 resíduos do fabrico de fibrocimento, não abrangidos em 10 13 09

10 13 11 resíduos de materiais compósitos à base de cimento, não abrangidos em 10 13 09 e 10 13

10 13 12* resíduos sólidos do tratamento de gases, contendo substâncias perigosas

10 13 13 resíduos sólidos do tratamento de gases, não abrangidos em 10 13 12

10 13 14 resíduos de betão e lamas de betão

10 13 99 outros resíduos não anteriormente especificados

10 14 resíduos de crematório

10 14 01* resíduos de limpeza de gases, contendo mercúrio

11 RESÍDUOS DE TRATAMENTOS QUÍMICOS DE SUPERFÍCIE E REVESTIMENTOS DE METAIS E OUTROS MATERIAIS;
RESÍDUOS DA HIDROMETALURGIA DE METAIS NÃO FERROSOS

11 01 resíduos de tratamentos químicos de superfície e revestimentos e outros materiais (por exemplo, galvanização, zincagem, decapagem, contrastação, fosfatação, desengorduramento alcalino, anodização)

11 01 05* ácidos de decapagem

11 01 06* ácidos não anteriormente especificados

11 01 07* bases de decapagem

11 01 08* lamas de fosfatação

11 01 09* lamas e bolos de filtração, contendo substâncias perigosas

11 01 10 lamas e bolos de filtração, não abrangidos em 11 01 09

11 01 11* líquidos de lavagem aquosos, contendo substâncias perigosas

11 01 12 líquidos de lavagem aquosos, não abrangidos em 11 01 11

11 01 13* resíduos de desengorduramento, contendo substâncias perigosas

11 01 14 resíduos de desengorduramento, não abrangidos em 11 01 13

11 01 15* eluatos e lamas de sistema de membranas ou de permuta iônica, contendo substâncias perigosas

11 01 16* resinas de permuta iônica, saturadas ou usadas

11 01 98* outros resíduos contendo substâncias perigosas

11 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

11 02 resíduos de processos hidrometalúrgicos de metais não ferrosos

11 02 02* lamas da hidrometalurgia do zinco (incluindo jarosite, goetite)

11 02 03 resíduos da produção de ânodos dos processos electrolíticos aquosos

11 02 05* resíduos de processos hidrometalúrgicos do cobre, contendo substâncias perigosas

11 02 06 resíduos de processos hidrometalúrgicos do cobre, não abrangidos em 11 02 05

11 02 07* outros resíduos contendo substâncias perigosas

11 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

11 03 lamas e sólidos de processos de têmpera

11 03 01* resíduos contendo cianetos

11 03 02* outros resíduos

11 05 resíduos de processos de galvanização a quente

11 05 01 escórias de zinco

11 05 02 cinzas de zinco

11 05 03* resíduos sólidos do tratamento de gases

11 05 04* fluxantes usados

11 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

12 RESÍDUOS DA MOLDAGEM E DO TRATAMENTO FÍSICO E MECÂNICO DE SUPERFÍCIE DE METAIS E PLÁSTICOS

12 01 resíduos da moldagem e do tratamento físico e mecânico de superfície de metais e plásticos

12 01 01 aparas e limalhas de metais ferrosos

12 01 02 poeiras e partículas de metais ferrosos

12 01 03 aparas e limalhas de metais não ferrosos

12 01 04 poeiras e partículas de metais não ferrosos

12 01 05 aparas de matérias plásticas

12 01 06* óleos minerais de maquinaria, com halogéneos (excepto emulsões e soluções)

12 01 07* óleos minerais de maquinaria, sem halogéneos (excepto emulsões e soluções)

12 01 08* emulsões e soluções de maquinaria, com halogéneos

12 01 09* emulsões e soluções de maquinaria, sem halogéneos

12 01 10* óleos sintéticos de maquinaria

12 01 12* ceras e gorduras usadas

12 01 13 resíduos de soldadura

12 01 14* lamas de maquinagem, contendo substâncias perigosas

12 01 15 lamas de maquinagem, não abrangidas em 12 01 14

12 01 16* resíduos de materiais de granalhagem, contendo substâncias perigosas

12 01 17 resíduos de materiais de granalhagem, não abrangidos em 12 01 16

12 01 18* lamas metálicas (lamas de rectificação, superacabamento e lixagem) contendo óleo

12 01 19* óleos de maquinagem facilmente biodegradáveis

12 01 20* mós e materiais de rectificação usados, contendo substâncias perigosas

12 01 21 mós e materiais de rectificação usados, não abrangidos em 12 01 20

12 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados.

12 03 resíduos de processos de desengorduramento a água e a vapor (excepto 11)

12 03 01* líquidos de lavagem aquosos

12 03 02* resíduos do desengorduramento a vapor

14 RESÍDUOS DE SOLVENTES, FLUIDOS DE REFRIGERAÇÃO E GASES PROPULSORES ORGÂNICOS (excepto 07 e 08)

14 06 resíduos de solventes, fluidos de refrigeração e gases propulsores de espumas/aerossóis, orgânicos

14 06 01* clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC

14 06 02* outros solventes e misturas de solventes halogenados

14 06 03* outros solventes e misturas de solventes

14 06 04* lamas ou resíduos sólidos, contendo solventes halogenados

14 06 05* lamas ou resíduos sólidos, contendo outros solventes

15 RESÍDUOS DE EMBALAGENS, ABSORVENTES, PANOS DE LIMPEZA, MATERIAIS FILTRANTES E VESTUÁRIO DE PROTECÇÃO NÃO ANTERIORMENTE ESPECIFICADOS

15 01 embalagens (incluindo resíduos urbanos e equiparados de embalagens, recolhidos separadamente)

15 01 01 embalagens de papel e cartão

15 01 02 embalagens de plástico

15 01 03 embalagens de madeira

15 01 04 embalagens de metal

15 01 05 embalagens compósitas

15 01 06 misturas de embalagens

15 01 07 embalagens de vidro

15 01 09 embalagens têxteis

15 01 10* embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas

15 01 11* embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo amianto)

15 02 absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza, vestuário de protecção

15 02 02* absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não especificados anteriormente), panos de limpeza, vestuário de protecção contaminados por substâncias perigosas

15 02 03 absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza, vestuário de protecção não abrangidos em 15 02 02

16 RESÍDUOS NÃO ESPECIFICADOS EM OUTROS CAPÍTULOS DESTA LISTA

16 01 veículos em fim de vida de diferentes meios de transporte (incluindo máquinas todo o terreno) e resíduos do desmantelamento de veículos em fim de vida e de manutenção de veículos (excepto 13, 14, 16 06 e 16 08)

16 01 03 pneus usados

16 01 04 veículos em fim de vida (c)

16 01 06 veículos em fim de vida que não contenham líquidos ou outros componentes perigosos

16 01 07* filtros de óleos

16 01 08* componentes contendo mercúrio

16 01 09* componentes contendo PCBs

16 01 10* componentes explosivos [por exemplo almofadas de ar (air bags)]

16 01 11* pastilhas de travões, contendo amianto

16 01 12 pastilhas de travões, não abrangidas em 16 01 11

16 01 13* fluidos de travões

16 01 14* fluidos anti-congelantes, contendo substâncias perigosas

16 01 15 fluidos anti-congelantes, não abrangidos em 16 01 14

16 01 16 depósitos para gás liquefeito

16 01 17 metais ferrosos

16 01 18 metais não ferrosos

16 01 19 plástico

16 01 20 vidro

16 01 21* componentes perigosos não abrangidos em 16 01 07 a 16 01 11, 16 01 13 e 16 01 14

16 01 22 componentes não anteriormente especificados

16 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

16 02 resíduos de equipamento eléctrico e electrónico

16 02 09* transformadores e condensadores contendo PCBs

16 02 10* equipamento fora de uso, contendo ou contaminado por PCBs, não abrangido em 16 02 09

16 02 11* equipamento fora de uso contendo clorofluorocarbonetos, HCFC, HFC

16 02 12* equipamento fora de uso contendo amianto livre

16 02 13* equipamento fora de uso contendo componentes perigosos (2) não indicado em 16 02 09 a 16 02 12

16 02 14 equipamento fora de uso, não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13

16 02 15* componentes perigosos retirados de equipamento fora de uso

16 02 16 componentes retirados de equipamento fora de uso, não abrangidos em 16 02 15

16 03 lotes fora de especificação e produtos não utilizados

16 03 03* resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas

16 03 04 resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03

16 03 05* resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas

16 03 06 resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05

16 04 resíduos de explosivos

16 04 01* resíduos de munições

16 04 02* resíduos de fogo de artifício

16 04 03* outros resíduos de explosivos

16 05 gases em recipientes sob pressão e produtos químicos fora de uso

16 05 04* gases em recipientes sob pressão (incluindo halons), contendo substâncias perigosas

16 05 05 gases em recipientes sob pressão, não abrangidos em 16 05 04

16 05 06* produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório

16 05 07* produtos químicos inorgânicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas

16 05 08* produtos químicos orgânicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas

16 05 09 produtos químicos fora de uso, não abrangidos em 16 05 06, 16 05 07 ou 16 05 08

16 06 pilhas e acumuladores

16 06 01* pilhas de chumbo

16 06 02* pilhas de níquel-cádmio

16 06 03* pilhas contendo mercúrio

16 06 04 pilhas alcalinas (excepto 16 06 03)

16 06 05 outras pilhas e acumuladores

16 06 06* electrólitos de pilhas e acumuladores recolhidos separadamente

16 07 resíduos da limpeza de tanques de transporte, de depósitos de armazenagem e de barris (excepto 05 e 13)

16 07 99 outros resíduos não anteriormente especificados

16 07 08* resíduos contendo hidrocarbonetos

16 07 09* resíduos contendo outras substâncias perigosas

16 08 catalisadores usados

16 08 01 catalisadores contendo ouro, prata, rênio, ródio, paládio, irídio ou platina (excepto 16 08 07)

16 08 02* catalisadores usados metais de transição (3) ou compostos de metais de transição perigosos

16 08 03 catalisadores usados contendo metais de transição ou compostos de metais de transição, não especificados de outra forma

16 08 04 catalisadores usados de cracking catalítico em leito fixo (excepto 16 08 07)

16 08 05* catalisadores fora de uso contendo ácido fosfórico

16 08 06* líquidos usados utilizados como catalisadores

16 08 07* catalisadores usados contaminados com substâncias perigosas

16 09 substâncias oxidantes

16 09 01* permanganatos, por exemplo permanganato de potássio

16 09 02* cromatos, por exemplo, cromato de potássio, dicromato de potássio ou de sódio

16 09 03* peróxidos, por exemplo, água oxigenada

16 09 04* substâncias oxidantes não anteriormente especificadas

16 10 resíduos líquidos aquosos destinados a tratamento noutra local

16 10 01* resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas

16 10 02 resíduos líquidos aquosos não abrangidos em 16 10 01

16 10 03* concentrados aquosos contendo substâncias perigosas

16 10 04 concentrados aquosos não abrangidos em 16 10 03

16 11 resíduos de revestimentos de fornos e refractários

16 11 01* revestimentos de fornos e refractários à base de carbono, provenientes de processos metalúrgicos, contendo substâncias perigosas

16 11 02* revestimentos de fornos e refractários à base de carbono, não abrangidos em 16 11 01

16 11 03* outros revestimentos de fornos e refractários, provenientes de processos metalúrgicos, contendo substâncias perigosas

16 11 04 outros revestimentos de fornos e refractários, não abrangidos em 16 11 03

16 11 05* revestimentos de fornos e refractários, provenientes de processos não metalúrgicos, contendo substâncias perigosas

16 11 06 revestimentos de fornos e refractários, provenientes de processos não metalúrgicos, não abrangidos em 16 11 05

18 RESÍDUOS DA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE A SERES HUMANOS OU ANIMAIS E/OU INVESTIGAÇÃO RELACIONADA (excepto resíduos de cozinha e restauração não provenientes directamente da prestação de cuidados de saúde)

18 01 resíduos de maternidades, diagnóstico, tratamento ou prevenção de doença em seres humanos

18 01 01 objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)

18 01 02 partes anatómicas e órgãos, incluindo sacos de sangue e sangue conservado (excepto 18 01 03)

18 01 03* resíduos cuja recolha e eliminação está sujeita a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções

18 01 04 resíduos cuja recolha e eliminação não está sujeita a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções (por exemplo pensos, compressas, ligaduras, gessos, roupas, vestuário descartável, fraldas)

18 01 06* produtos químicos contendo ou compostos por substâncias perigosas

18 01 07 produtos químicos não abrangidos em 18 01 06

18 01 08* medicamentos citotóxicos e citostáticos

18 01 09 medicamentos não abrangidos em 18 01 08

18 01 10* resíduos de amálgamas de tratamentos dentários

18 02 resíduos da investigação, diagnóstico, tratamento ou prevenção de doenças em animais

18 02 01 objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 02 02)

18 02 02* resíduos cuja recolha e eliminação está sujeita a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções

18 02 03 resíduos cuja recolha e eliminação não está sujeita a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções

18 02 05* produtos químicos contendo ou compostos por substâncias perigosas

18 02 06 produtos químicos não abrangidos em 18 02 05

18 02 07* medicamentos citotóxicos e citostáticos

18 02 08 medicamentos não abrangidos em 18 02 07

19 RESÍDUOS DE INSTALAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS, DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DA PREPARAÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E ÁGUA PARA CONSUMO INDUSTRIAL

19 01 resíduos da incineração ou pirólise de resíduos

19 01 02 materiais ferrosos removidos das cinzas

19 01 05* bolos de filtração provenientes do tratamento de gases

19 01 06* resíduos líquidos aquosos provenientes do tratamento de gases e outros resíduos líquidos aquosos

19 01 07* resíduos sólidos provenientes do tratamento de gases

19 01 10* carvão activado usado proveniente do tratamento de gases de combustão

19 01 11* cinzas e escórias, contendo substâncias perigosas

19 01 12 cinzas e escórias, não mencionadas em 19 01 11

19 01 13* cinzas volantes, contendo substâncias perigosas

19 01 14 cinzas volantes, não mencionadas em 19 01 13

19 01 15* cinzas de caldeiras, contendo substâncias perigosas

19 01 16 cinzas de caldeiras, não mencionadas em 19 01 15

19 01 17* resíduos de pirólise, contendo substâncias perigosas

19 01 18 resíduos de pirólise, não abrangidos em 19 01 17

19 01 19 areias de leitos fluidizados

19 01 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 02 resíduos de tratamentos físico-químicos específicos de resíduos (por exemplo, descromagem, descianetização, neutralização)

19 02 03 misturas de resíduos, contendo apenas resíduos não perigosos

19 02 04* misturas de resíduos, contendo, pelo menos, um resíduo perigoso

19 02 05* lamas de tratamento físico-químico, contendo substâncias perigosas

19 02 06* lamas de tratamento físico-químico, não abrangidas em 19 02 05

19 02 07* óleos e concentrados da separação

19 02 08* resíduos combustíveis líquidos contendo substâncias perigosas

19 02 09* resíduos combustíveis sólidos, contendo substâncias perigosas

19 02 10 resíduos combustíveis, não abrangidos em 19 02 08 e 19 02 09

19 02 11* outros resíduos contendo substâncias perigosas

19 02 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 03 resíduos solidificados/estabilizados (5)

19 03 04* resíduos assinalados como perigosos parcialmente estabilizados (6)

19 03 05 resíduos estabilizados não abrangidos em 19 03 04

19 03 06* resíduos assinalados como perigosos, solidificados

19 03 07 resíduos solidificados não abrangidos em 19 03 06

19 04 resíduos vitrificados e resíduos da vitrificação

19 04 01 resíduos vitrificados

19 04 02* cinzas volantes e outros resíduos do tratamento de gases de combustão

19 04 03* fase sólida não vitrificada

19 04 04 resíduos líquidos aquosos da têmpera de resíduos vitrificados

19 05 resíduos do tratamento aeróbio de resíduos sólidos

19 05 01 fracção não compostada de resíduos urbanos e equiparados

19 05 02 fracção não compostada de resíduos animais e vegetais

19 05 03 composto fora de especificação

19 05 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 06 resíduos do tratamento anaeróbio de resíduos

19 06 03 licores do tratamento anaeróbio de resíduos urbanos e equiparados

19 06 04 lamas e lodos de digestores de tratamento anaeróbio de resíduos urbanos e equiparados

19 06 05 licores do tratamento anaeróbio de resíduos animais e vegetais

19 06 06 lamas e lodos de digestores do tratamento anaeróbio de resíduos vegetais e animais

19 06 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 07 lixiviados de aterros

19 07 02* lixiviados de aterros contendo substâncias perigosas

19 07 03 lixiviados de aterros, não abrangidos em 19 07 02

19 08 resíduos de estações de tratamento de águas residuais não anteriormente especificados

19 08 01 gradados

19 08 02 resíduos do desarenamento

19 08 05 lamas do tratamento de águas residuais urbanas

19 08 06* resinas de permuta iónica saturadas ou usadas

19 08 07* soluções e lamas da regeneração de colunas de permuta iónica

19 08 08* resíduos de sistemas de membranas, contendo metais pesados

19 08 09 misturas de gorduras e óleos da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares

19 08 10* misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, não abrangidas em 19 08 09

19 08 11* lamas do tratamento biológico de águas residuais industriais, contendo substâncias perigosas

19 08 12 lamas do tratamento biológico de águas residuais industriais, não abrangidas em 19 08 11

19 08 13* lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais, contendo substâncias perigosas

19 08 14 lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais, não abrangidas em 19 08 13

19 08 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 09 resíduos do tratamento de água para consumo humano ou de água para consumo industrial

19 09 01 resíduos sólidos de gradagens e filtração primária

19 09 02 lamas de clarificação da água

19 09 03 lamas de decarbonatação

19 09 04 carvão activado usado

19 09 05 resinas de permuta iónica, saturadas ou usadas

19 09 06 soluções e lamas da regeneração de colunas de permuta iónica

19 09 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 10 resíduos da trituração de resíduos, contendo metais

19 10 01 resíduos de ferro ou aço

19 10 02 resíduos não ferrosos

19 10 03* fracções leves e poeiras, contendo substâncias perigosas

19 10 04 fracções leves e poeiras, não abrangidas em 19 10 03

19 10 05* outras fracções, contendo substâncias perigosas

19 10 06 outras fracções, não abrangidas em 19 10 05

19 11 resíduos da regeneração de óleos

19 11 01* argilas de filtração usadas

19 11 02* alcatrões ácidos

19 11 03* resíduos líquidos aquosos

19 11 04* resíduos da limpeza de combustíveis com bases

19 11 05* lamas do tratamento local de efluentes, contendo substâncias perigosas

19 11 06 lamas do tratamento local de efluentes, não abrangidas em 19 11 05

19 11 07* resíduos da limpeza de gases de combustão

19 11 99 outros resíduos não anteriormente especificados

19 12 resíduos do tratamento mecânico de resíduos (por exemplo, triagem, trituração, compactação, peletização), não anteriormente especificados

19 12 01 papel e cartão

19 12 02 metais ferrosos

19 12 03 metais não ferrosos

19 12 04 plástico e borracha

19 12 05 vidro

19 12 06* madeira contendo substâncias perigosas

19 12 07 madeira não abrangida em 19 12 06

19 12 08 têxteis

19 12 09 substâncias minerais (por exemplo, areias, rochas)

19 12 10 resíduos combustíveis (combustíveis derivados de resíduos)

19 12 11* outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos, contendo substâncias perigosas

19 12 12 outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos, não abrangidos em 19 12 11

19 13 resíduos da descontaminação de solos e águas freáticas

19 13 01* resíduos sólidos da descontaminação de solos, contendo substâncias perigosas

19 13 02 resíduos sólidos da descontaminação de solos, não abrangidos em 19 13 01

19 13 03* lamas da descontaminação de solos, contendo substâncias perigosas

19 13 04 lamas da descontaminação de solos, não abrangidas em 19 13 03

19 13 05* lamas da descontaminação de águas freáticas, contendo substâncias perigosas

19 13 06 lamas da descontaminação de águas freáticas, não abrangidas em 19 13 05

19 13 07* resíduos líquidos aquosos e concentrados aquosos da descontaminação de águas freáticas, contendo substâncias perigosas

19 13 08 resíduos líquidos aquosos e concentrados aquosos da descontaminação de águas freáticas, não abrangidas em 19 13 07

20 RESÍDUOS URBANOS E RESÍDUOS EQUIPARADOS DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS, INCLUINDO AS
FRACÇÕES RECOLHIDAS SELECTIVAMENTE

20 01 fracções recolhidas selectivamente

20 01 01 papel e cartão

20 01 02 vidro

20 01 10 roupas

20 01 11 têxteis

20 01 12 tintas, colas e resinas

20 01 13* solventes

20 01 14* ácidos

20 01 15* resíduos alcalinos

20 01 17* produtos químicos para fotografia

20 01 19* pesticidas

20 01 21* lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio

20 01 23* equipamento fora de uso, contendo clorofluorocarbonetos

20 01 25 óleos e gorduras alimentares

20 01 26* óleos e gorduras, não abrangidos em 20 01 25

20 01 27* tintas, produtos adesivos, colas e resinas contendo substâncias perigosas

20 01 28 tintas, produtos adesivos, colas e resinas não abrangidos em 20 01 27

20 01 29* detergentes contendo substâncias perigosas

20 01 30 detergentes não abrangidos em 20 01 29

20 01 31 * medicamentos citotóxicos e citostáticos

20 01 32 medicamentos não abrangidos em 20 01 31

20 01 33* pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores, não triados, contendo essas pilhas ou acumuladores

20 01 34 pilhas e acumuladores não abrangidos em 20 01 33

20 01 35* equipamentos eléctrico e electrónico fora de uso, não abrangido em 20 01 21 e 20 01 23, contendo componentes perigosos

20 01 36 equipamento eléctrico e electrónico fora de uso, não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou

20 01 35

20 01 37* madeira contendo substâncias perigosas

20 01 38 madeira não abrangida em 20 01 37

20 01 39 plásticos

20 01 40 metais

20 01 41 resíduos da limpeza de chaminés

20 01 99 outras fracções não anteriormente especificadas

20 02 resíduos de jardins e parques (incluindo cemitérios)

20 02 01 resíduos biodegradáveis

20 02 02 terras e pedras

20 02 03 outros resíduos não biodegradáveis

20 03 outros resíduos urbanos e equiparados

20 03 01 mistura de resíduos urbanos e equiparados

20 03 02 resíduos de mercados

20 03 03 resíduos da limpeza de ruas

20 03 04 lamas de fossas sépticas

20 03 06 resíduos de limpeza de esgotos

20 03 07 monstros

20 03 99 resíduos urbanos e equiparados não especificados anteriormente

Operações de Eliminação

D1 – depósito à superfície ou no subsolo (por exemplo, depósito em aterro, etc.).

D2 – tratamento em meio ambiente terrestre (por exemplo, biodegradação de resíduos líquidos ou de lamas nos solos, etc.).

D3 – injeção em profundidade (por exemplo, injeção de resíduos bombeáveis em poços, domos de sal, falhas geológicas naturais, etc.).

D4 – lagunagem (por exemplo, descarga de resíduos líquidos ou de lamas em poços, lagos, bacias, etc.).

D5 – depósito em aterro especialmente preparado (por exemplo, colocação em células estanques separadas revestidas e isoladas entre si e do ambiente, etc.).

D6 – descarga de resíduos sólidos no meio aquático, excepto o marítimo.

D7 – imersão em meio marítimo, incluindo o enterramento no subsolo do mar.

D8 – tratamento biológico não especificado noutra ponto deste anexo que tenha como resultado compostos ou misturas que sejam eliminados por um dos processos mencionados no presente anexo.

D9 – tratamento físico-químico não especificado noutra ponto deste anexo que tenha como resultado

compostos ou misturas que sejam eliminados por um dos processos referidos no presente anexo (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

D10 – incineração em terra.

D11 – incineração no mar.

D12 – armazenamento permanente (por exemplo, colocação de contentores em minas, etc.).

D13 – mistura antes de uma das operações referidas no presente anexo.

D14 – reacondicionamento antes de uma das operações referidas no presente anexo.

D15 – armazenamento antes de uma das operações referidas no presente anexo, com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada.

Operações de Valorização

R1 – recuperação ou regeneração de solventes.

R2 – reciclagem ou recuperação de substâncias orgânicas não utilizadas como solventes.

R3 – reciclagem ou recuperação de metais ou compostos metálicos.

R4 – reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas.

R5 – regeneração de ácidos ou bases.

R6 – recuperação de produtos que servem para captar poluentes.

R7 – recuperação de produtos provenientes de catalisadores.

R8 – regeneração ou outros reempregos de óleos.

R9 – utilização principal como combustível. ou outro meio de produção de energia.

R10 – espalhamento no solo em benefício da agricultura ou da ecologia, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas.

R11 – utilização de resíduos obtidos a partir de uma das operações abrangidas pelos pontos R1 a R10.

R12 – ofertas de troca de resíduos para serem submetidos a qualquer das operações numeradas de R1 a R11.

R13 – acumulação de materiais para serem submetidos a uma das operações referidas no presente anexo, com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada.

Operações de Reciclagem

De acordo com a Portaria 15/96 as operações de valorização de resíduos englobam as seguintes categorias:

a) Reciclagem – reprocessamento dos resíduos num processo de produção, para o fim original ou para outros fins, considerando-se incluídos neste tipo de operação, nomeadamente, os seguintes processos:

i) Compostagem – processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmica, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo;

ii) Regeneração – processo de reciclagem por um tratamento que visa obter, de um

produto usado, um produto no mesmo estado e com propriedades iguais às originais, tornando-o apropriado à sua utilização inicial;

b) Valorização energética – a utilização dos resíduos combustíveis para a produção de energia através da incineração directa com recuperação de calor.



CÓDIGO:

RCD Provenientes de Um Único Produtor/Detentor

[illegible]

I - Identificação do Transportador

Nome:

Morada:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

CAE:

NIF:

Telefone:

Fax:

e-mail:

Matrícula do camião ou tractor:		Data:		Assinatura do	
Matrícula do reboque ou semi-reboque:		Motorista:		Motorista:	

II - Identificação da Obra

Nome:

Morada:

Alvará:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

Telefone:

Fax:

II - Identificação do Produtor ou Detentor

Nome:

Morada:

Alvará ou Título de Registo:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

Telefone:

Fax:

IV - Classificação*e Quantificação dos RCD e Identificação do Respetivo Destinatário				
Movimentos	Código L.E.R.	Quantidade (ton ou m³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário
1				
2				
3				

I - Identificação do Transportador

Nome:

Morada:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

CAE:

NIF:

Telefone:

Fax:

e-mail:

Matrícula do camião ou tractor:		Data:		Assinatura do	
Matrícula do reboque ou semi-reboque:		Motorista:		Motorista:	

II - Identificação da Obra

Nome:

Morada:

Alvará:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

Telefone:

Fax:

II - Identificação do Produtor ou Detentor

Nome:

Morada:

Alvará ou Título de Registo:

Localidade:

Concelho:

Código Postal:

Telefone:

Fax:

IV - Classificação*e Quantificação dos RCD e Identificação do Respetivo Destinatário				
Movimentos	Código L.E.R.	Quantidade (ton ou m³)	Destinatário	Assinatura do Destinatário
1				
2				
3				

RCD Provenientes de Um Único Produtor/Detentor

Nº Guia	I. Identificação do Transportador										Matrículas		Motorista	Data	II. Identificação da Obra								III. Identificação do Produtor ou Detentor								Data de Recepção certificado de RCD
	Nome	Morada	Localidade	Concelho	Código Postal	CAE	NIF	Telefone	Fax	e-mail	Camião ou Tractor	Reboque ou semi-reboque			Nome	Morada	Alvará	Localidade	Concelho	Código Postal	Telefone	Fax	Nome	Morada	Alvará/Título de Registo	Localidade	Concelho	Código Postal	Telefone	Fax	
1	OMATAPALO - Engenharia e Construção Unipessoal, Lda	Avenida Conde Carreira nº 13	Viana do Castelo	Viana do Castelo																											
2																															
3																															
4																															
5																															
6																															
7																															
8																															
9																															
10																															
11																															
12																															
13																															
14																															
15																															



OMATAPALO

FPA.000

Edição 00

FICHA DE PREVENÇÃO AMBIENTAL

Descritor Ambiental:

Objectivos:

Medidas de Minimização / Acções



OBRA:		CÓDIGO:	
DONO DA OBRA:		ANO:	

[illegible][illegible]



REGISTO DE OCORRÊNCIA DE DERRAMES


[illegible]

PLANO DE MONITORIZAÇÃO DE INDICADORES AMBIENTAIS

OBRA																	CÓDIGO			
DONO OBRA																	DATA			
Tipo	Aspecto Ambiental	Objectivo	Indicador	Meta	Resultado Ano Transacto		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Resultado	

Objectivo PGA (OPGA): Objectivos resultantes da Avaliação dos Aspectos Ambientais

Objectivo Estratégico (OEST): Objectivos definidos pela empresa, mesmo que cujo aspecto ambiental não seja significativo

 OMATAPALO	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	
	RELATÓRIO MENSAL AMBIENTAL	
	EMPREITADA:	0
Entidade Executante:	OMATAPALO - Engenharia e Construção Lda	

ANEXO 1



MAPA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

DOCUMENTAÇÃO DESTINATÁRIOS E TRANSPORTADORES

[illegible]

Obra: Cód.:



Dono da obra:

REGISTO DE OCORRÊNCIA

Elaborado por: (Assinalar Cat. Profissional com X)	
TSA	Nome:
DirO	
DirO	
Adj	
Enc	
Ap	Assinatura/Rubrica:

1. Tipo de Ocorrência		
Incidente	<input type="checkbox"/> Acidente	<input type="checkbox"/> Acidente ambiental
	<input type="checkbox"/> Quase Acidente	

2. Tipo de Danos			
<input type="checkbox"/> Sem Danos	<input type="checkbox"/> Com Danos Pessoais	<input type="checkbox"/> Com Danos Patrimoniais	<input type="checkbox"/> Com Danos Ambientais

3. Local da Ocorrência			
<input type="checkbox"/> Escritórios	<input type="checkbox"/> Frente de Trabalho	Data	Hora
<input type="checkbox"/> Armazém	<input type="checkbox"/> Fora de Estaleiro de Obra		
<input type="checkbox"/> Estaleiro de Obra	<input type="checkbox"/> UPI:		
Outro:			

4. Descrição da Ocorrência
.....
.....

5. Dados do Sinistrado e do Empregador			
Nome do Trabalhador:		Morada	
Estado Civil:		Idade	
Categoria Profissional:			
Entidade Empregadora:		Contrato com:	
Morada:			
Companhia de Seguros:		N.º apólice	Validade

OBSERVAÇÃO: Entregar ao Dep. de Segurança e Ambiente nas 24 horas seguintes à Ocorrência

Recebido por:		
Data:	Nome:	Assinatura/Rubrica:

=====

=====

INQUÉRITO DE OCORRÊNCIA

Elaboração (Assinalar Cat. Profissional com X)					Distribuição (Rubricar)		
TSA	DirO	DirO Adj	Enc	Ap	DirZ	DirO	DirO Adj
(Rubrica)					Enc	Sub	Outro(s)

1. Tipo de Ocorrência

Incidente	<input type="checkbox"/> Acidente	Incidente n.º: _____	<input type="checkbox"/> Acidente ambiental
	<input type="checkbox"/> Quase Acidente		Acidente ambiental n.º: _____

2. Tipo de Danos

<input type="checkbox"/> Sem Danos	<input type="checkbox"/> Com Danos Pessoais	<input type="checkbox"/> Com Danos Patrimoniais	<input type="checkbox"/> Com Danos Ambientais
------------------------------------	---	---	---

3. Local da Ocorrência

<input type="checkbox"/> Escritórios	<input type="checkbox"/> Frente de Trabalho	Data ____ / ____ / ____	Hora
<input type="checkbox"/> Armazém	<input type="checkbox"/> Fora de Estaleiro de Obra		
<input type="checkbox"/> Estaleiro de Obra	<input type="checkbox"/> UPI: _____		
Outro:			

4. Descrição da Ocorrência

OBSERVAÇÃO: Tratando-se de um Quase Acidente ou Acidente Ambiental, avance para o Ponto 8

5. Dados do Sinistrado e do Empregador

Nome do Trabalhador:		Morada			
Estado Civil:		Idade			
Categoria Profissional:					
Entidade Empregadora:		Contrato com:			
Morada:					
Companhia de Seguros:		N.º apólice		Validade	

Obra: _____

Cód.: _____

INQUÉRITO DE OCORRÊNCIA

6. Inquérito			
Usava equipamento adequado?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Observações:	
Realizava o seu trabalho habitual?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Observações:	
Período de trabalho:	<input type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Suplementar	Observações:	
Experiência no trabalho que executava:	<input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa	Observações:	
O sinistrado trabalhou após o acidente?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Se "Sim", durante quanto tempo?	
Foram prestados Primeiros-Socorros no local do acidente?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Se "Sim" especificar ao meios utilizados e as pessoas envolvidas:	
Destino do sinistrado	<input type="checkbox"/> Hospital _____	<input type="checkbox"/> Posto Médico _____	<input type="checkbox"/> Outro _____
Foram solicitados socorro e transporte especializados?	<input type="checkbox"/> Sim Qual? _____ Tempo estimado de espera: _____		<input type="checkbox"/> Não (Indique meio de transporte utilizado) _____ _____ _____
O sinistrado foi acompanhado até ao destino?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	Se "Sim" indique: Nome(s) do(s) Acompanhante(s): _____ _____	
Testemunhas da Ocorrência:	Nome(s)		Assinatura(s)

Obra:

Cód.:

INQUÉRITO DE OCORRÊNCIA

7. Consequências		
<input type="checkbox"/> Sem ausência ou inferior a 1 dia	<input type="checkbox"/> Incapacidade Permanente: _____ %	Outra: _____
<input type="checkbox"/> Baixa, n.º de dias: _____	<input type="checkbox"/> Mortal	Regresso em: _____ / _____ / _____

8. Classificação do Risco / Aspecto Ambiental		
<input type="checkbox"/> Afecção das Vias Respiratórias e Olhos	<input type="checkbox"/> Exposição a Radiações Ionizantes	<input type="checkbox"/> Queda de Objectos
<input type="checkbox"/> Afogamento	<input type="checkbox"/> Exposição ao Ruído	<input type="checkbox"/> Queimaduras
<input type="checkbox"/> Arranque intempestivo	<input type="checkbox"/> Exposição a Vibrações	<input type="checkbox"/> Sobreesforços
<input type="checkbox"/> Atropelamento	<input type="checkbox"/> Exp. a CEM-Compatib. Electromagnética	<input type="checkbox"/> Soterramento
<input type="checkbox"/> Capotamento	<input type="checkbox"/> Fadiga	<input type="checkbox"/> Stress Térmico
<input type="checkbox"/> Choque com Objecto(s)	<input type="checkbox"/> Fuga de Gases Tóxicos	<input type="checkbox"/> Resíduos de Incêndio
<input type="checkbox"/> Colisão de Veículos	<input type="checkbox"/> Incêndio	<input type="checkbox"/> Derrame de Óleo
<input type="checkbox"/> Contacto com Substâncias Perigosas	<input type="checkbox"/> Incomodidade	<input type="checkbox"/> Derrame de Produtos Químicos
<input type="checkbox"/> Cortes ou Amputação	<input type="checkbox"/> Interferência com terceiros / Coimas	<input type="checkbox"/> Derrame de Combustível
<input type="checkbox"/> Dermatoses e alergias	<input type="checkbox"/> Intoxicação	<input type="checkbox"/> Contaminação de Águas
<input type="checkbox"/> Desorganização	<input type="checkbox"/> Contacto com Substâncias Perigosas	<input type="checkbox"/> Solo contaminado
<input type="checkbox"/> Electrocussão	<input type="checkbox"/> Lesões Corporais	<input type="checkbox"/> Descarga de efluentes líquidos
<input type="checkbox"/> Encadeamento	<input type="checkbox"/> Perfuração	<input type="checkbox"/> Triagem de resíduos inadequada
<input type="checkbox"/> Entaladela	<input type="checkbox"/> Projecção de Objectos	<input type="checkbox"/> Incorrecto encaminhamento de resíduos
<input type="checkbox"/> Esfoladela	<input type="checkbox"/> Projecção de Partículas	<input type="checkbox"/> Destruição de vegetação
<input type="checkbox"/> Esmagamento	<input type="checkbox"/> Queda de Equipamento	<input type="checkbox"/> Emissão de gases para a atmosfera
<input type="checkbox"/> Explosão	<input type="checkbox"/> Queda a nível diferente	<input type="checkbox"/> Emissão de ruído
<input type="checkbox"/> Exposição a Agentes Químicos	<input type="checkbox"/> Queda ao mesmo nível	

Outros: _____

9. Causas imediatas (acto inseguro ou condição insegura)		
<input type="checkbox"/> Acção restrita ou congestionada	<input type="checkbox"/> Falha de aviso	<input type="checkbox"/> Posição imprópria para a tarefa
<input type="checkbox"/> Gases, poeiras, fumos ou vapores	<input type="checkbox"/> Falha de suporte	<input type="checkbox"/> Reparar equipamento em operação
<input type="checkbox"/> Defeitos no equipamento ou material	<input type="checkbox"/> Falha no uso de EPI	<input type="checkbox"/> Risco de incêndio ou explosão
<input type="checkbox"/> Dispositivos de segurança inoperáveis	<input type="checkbox"/> Falta de arrumação ou limpeza	<input type="checkbox"/> Sistema de alerta inadequado
<input type="checkbox"/> Dispositivos de segurança removidos	<input type="checkbox"/> Guardas / Barreiras inadequadas	<input type="checkbox"/> Sob influência de álcool / drogas
<input type="checkbox"/> Distracção	<input type="checkbox"/> Iluminação inadequada	<input type="checkbox"/> Uso impróprio do equipamento
<input type="checkbox"/> Elevação imprópria	<input type="checkbox"/> Manutenção de equipamentos	<input type="checkbox"/> Ventilação inadequada
<input type="checkbox"/> Equipamento de protecção inadequado	<input type="checkbox"/> Manuseamento impróprio	<input type="checkbox"/> Negligência
<input type="checkbox"/> Esforço físico excessivo	<input type="checkbox"/> Operação em velocidade imprópria	<input type="checkbox"/> Lavagem dos equipamentos/veículos
<input type="checkbox"/> Temperaturas extremas	<input type="checkbox"/> Operar equipamento sem autorização	

Outras: _____

10. Causas básicas (factores pessoais e de trabalho)		
<input type="checkbox"/> Capacidade inadequada	<input type="checkbox"/> Falta de supervisão	<input type="checkbox"/> Processos de trabalho inadequados
<input type="checkbox"/> Equipamento inadequado	<input type="checkbox"/> Localização inadequada	<input type="checkbox"/> Stress
<input type="checkbox"/> Excesso de horas de trabalho/Fadiga	<input type="checkbox"/> Materiais inadequados	
<input type="checkbox"/> Falta de conhecimento	<input type="checkbox"/> Motivação imprópria	

Outras: _____


Obra:

Cód.:

INQUÉRITO DE OCORRÊNCIA

11. Acções correctivas e preventivas		
Probabilidade de repetição da ocorrência:	<input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa	Gravidade em caso de repetição: <input type="checkbox"/> Alta <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Baixa
Danos potenciais em caso de repetição:		
11.1. Identificação de acções correctivas a desenvolver:	Prazo:	Responsável:
11.2. Identificação de acções preventivas a desenvolver:	Prazo:	Responsável:
11.3. Verificação da eficácia das acções:	Data de verificação:	Validação:

12. Anexos	
<input type="checkbox"/> Levantamento fotográfico	Outros:
<input type="checkbox"/> Episódio de urgência	
<input type="checkbox"/> Relatório de custos	

SEGURANÇA E AMBIENTE – FICHA DE INSPECÇÃO			N.º		DATA: / /												
OBRA:			TÉCNICO VISITANTE:														
DONO DE OBRA:																	
Descrição da Anomalia			Perigo/Risco		Medidas Correctivas/Preventivas												
Ref.: Nova: <input type="checkbox"/> Repetida: <input type="checkbox"/>								Responsável		Prazo							
								Dirz		Imediato							
								DirO		Dias (n.º):							
								DirO Adj									
								Enc		Outro:							
								Sub									
								TSA									
								Outro (s):									
Ref.: Nova: <input type="checkbox"/> Repetida: <input type="checkbox"/>								Responsável		Prazo							
								Dirz		Imediato							
								DirO		Dias (n.º):							
								DirO Adj									
								Enc		Outro:							
								Sub									
								TSA									
								Outro (s):									
Ref.: Nova: <input type="checkbox"/> Repetida: <input type="checkbox"/>								Responsável		Prazo							
								Dirz		Imediato							
								DirO		Dias (n.º):							
								DirO Adj									
								Enc		Outro:							
								Sub									
								TSA									
								Outro (s):									
Relatório Anterior			Ref.:														
Data: / /		Anomalias Corrigidas:		Corrigida em:													
RECOMENDAÇÕES/COMENTÁRIOS (Reservado ao Técnico Visitante):					OBSERVAÇÕES (Outros Intervenientes):												
Tomei conhecimento:					Direcção de Obra							Encarregado		Outros		Folha _____ De _____	



OMATAPALO

BOAS PRÁTICAS	
CÓDIGO:	0
TÉCNICO:	0
RELATÓRIO N.º:	0
DATA:	

QSA | SEGURANÇA E AMBIENTE

DESCRIÇÃO	01
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Responsável	
Observações:	

DESCRIÇÃO	02
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Responsável	
Observações:	

DESCRIÇÃO	03
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Responsável	
Observações:	

DESCRIÇÃO	04
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
Responsável	
Observações:	



CÓDIGO: _____

MAPA RESUMO DE ACCÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

[illegible]



IMP03.01	Identificação e Avaliação dos Aspectos Ambientais
IMP03.02	Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição
IMP03.04	RCD Provenientes de um único Produtor/Detentor
IMP03.05	RCD Provenientes de mais que único Produtor/Detentor
IMP03.06	Fichas de Prevenção Ambiental
IMP03.08	Registo de Consumos
IMP03.09	Registo de Ocorrência de Derrames
IMP03.11	Plano de Monitorização de Indicadores Ambientais
IMP03.12	Relatório Mensal de Ambiente (Fiscalização)
IMP03.13	Mapa de Gestão de Resíduos
IMP02.07	Folha de Presenças em Formação ou Sensibilização
IMP01.01	Conformidade Legal
IMP04.01	Registo de Ocorrência
IMP04.02	Inquérito Ocorrência
IMP04.03	Ficha de Inspeção – Segurança e Ambiente
IMP04.04	Relatório Mensal - Segurança e Ambiente
PGA	Programa de Gestão Ambiental

IMP03.01

IMP03.02

IMP03.04

IMP03.05

IMP03.06

IMP03.08

IMP03.09

IMP03.11

IMP03.12

IMP03.13

IMP02.07

IMP01.01

IMP04.01

IMP04.02

IMP04.03

IMP04.04

PGA

OBRA:									CÓDIGO:			
DONO DE OBRA:												
Nº	Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Ações	Recursos	Responsável	Prazo	Evidências	Estado de Implementação	Data da Última Verificação	Data de Conclusão	

ANEXO 11

REGISTO DE ATIVIDADES DA FISCALIZAÇÃO DE AMBIENTE